

cadernos do

terceiro mundo

Torrijos:
acidente ou atentado?

Agosto/1981 - Esc. 60\$00 - MT 60,00 - PG 60\$00 - CV 60,00 - Kw 60,00 - Cr\$ 120,00 - Ano IV - nº 36



O assalto à Amazônia



*Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola

s leitores aos leitores aos leitores aos leitores aos leitores aos leitores

O outro lado da História

Dois grandes assuntos ocupam 80% da nossa edição: uma análise completa da situação político-sócio-econômica da Argentina e uma denúncia sobre o assalto ao nosso patrimônio amazônico. Qualquer dos dois trabalhos seria suficiente para garantir a qualidade de um número apenas. Muito melhor com os dois temas reunidos.

As duas matérias exigiram um trabalho cuidadoso, algumas vezes difícil, principalmente no caso argentino, e uma coordenação firme, para que os prazos fossem cumpridos. De nossas sucursais em Roma, Portugal e México vieram colaborações — é bom lembrar que são milhares de argentinos vivendo no exílio, muitos deles políticos influentes, personalidades da vida pública do país e combatentes do povo. Recebemos também muita informação e, até mesmo, uma análise bastante irônica de um de nossos colaboradores (todos argentinos), a partir de Buenos Aires. Na realidade, reunimos um material que poderia, talvez, ser até um número especial.

Sobre a Amazônia, o trabalho restringiu-se à questão dos recursos naturais, tanto do ponto de vista da invasão estrangeira como também da preservação ecológica. É evidente que quando se fala da Amazônia muitos outros temas também estão presentes: os índios, a questão das terras, a participação da igreja etc. Fixamos o enfoque nos recursos naturais mais por uma questão de opção de trabalho do que por critérios de importância. Voltaremos futuramente ao assunto sob outra abordagem. Edilson Martins, jornalista há bastante tempo familiarizado com os assuntos amazônicos, coordenou o trabalho, contribuindo para que iniciássemos com qualidade o nosso *début* nos grandes problemas brasileiros.

Finalmente, uma notícia importante: o guia do terceiro mundo 1981 já chegou. Apesar do atraso, ele está aí contando o outro lado da História.

Despertar

Estou impressionado com o informativo picante, astuto e corajoso, além da publicação das perspectivas e aspirações de países do Terceiro Mundo que, como a "Bela Adormecida" estão acordando de "sono profundo". Gostaria de aproveitar a oportunidade para sugerir (...) a criação de uma sessão especial para que nós, leitores, possamos colaborar com artigos, sugestões, que serviriam para um maior intercâmbio entre os leitores de diferentes países.

João Carlos Pinzetta, Casca, RS, Brasil.

Espelho cristalino

Na qualidade de leitor permanente de **cadernos**, gostaria de cumprimentá-los pelo excelente trabalho de informação que vêm desenvolvendo. Enfim, um espelho cristalino da verdade.

Alcir R. de Oliveira, Franco da Rocha, Brasil.

Conhecer, estudar

Sou um assíduo leitor de **cadernos**, que enfoca e analisa corretamente os problemas e situações dos países irmãos do Terceiro Mundo. Isto nos permite conhecer, estudar e nos informar sobre a política revolucionária dos diversos movimentos de libertação nacional que neste momento estão em luta na América, Ásia, África e Oceania.

Prof. Julio Cesar Pantigoso, Chiclayo, Peru.

Aprimorar conhecimentos

Os **cadernos** permitem aprimorar e incentivar o conhecimento entre os povos e, por conseguinte, facilitar o relacionamento entre as nações subdesenvolvidas.

Henrique Boaventura, Lubango-Huila, República Popular de Angola.

Ressalvas

(...)Tenho duas ressalvas a fazer(...) quanto à falta de reportagens sobre o Brasil(...) e quanto à distribuição aqui em Campina Grande, pois é uma dificuldade encontrar um exemplar da revista. Não consegui comprar o nº 32.

Raimundo C. S. Freire, Campina Grande, Brasil.

Intercâmbio

Alcir Rodrigues de Oliveira
Rua Jayme Duprat, 527, Vila Ramos,
07780 - Franco da Rocha - SP, Brasil.

Raimundo Carlos S. Freire
Av. Assis Chateaubriand, 485, Liberdade, 58100 - Campina Grande - PB, Brasil.

João Carlos Pinzetta
Rua Padre Aneto Bogni, 671, 99260 - Casca - RS, Brasil.

Prof. Julio Cesar Pantigoso Barreto
Lara y Cordero 1220, Int. 4 - Chiclayo, Peru.

Henrique Boaventura
Complexo Escolar Agrário do Tchivinguiri, Lubango, República Popular de Angola.

Domingos Kessongo
Caixa Postal 1235, Lubango-Huila, República Popular de Angola.

José Dino

Caixa Postal 2204, Huambo, República Popular de Angola.

Belmiro Manuel Peio

Caixa Postal 1479, Huambo, República Popular de Angola.

Antônio Cassongo, a/c de Julia Corita

Caixa Postal 96, Dundo, Lunda Norte, República Popular de Angola.

Artur B. C. Silva Neto

Caixa Postal 51, Waco Kungo, Cela, República Popular de Angola.

Pedro Cavanduri Muachissengue, a/c de Augusto Faz-Tudo

Caixa Postal 15, S. O. R. A, Dundo, Diamang, República Popular de Angola.

Linar Wylliams

Caixa Postal 40, Luau, Moxico, República Popular de Angola.

Manuel J. Joaquim de Lima

AVP Agrícola, Caixa Postal 7, Saurimo, Lunda Sul, República Popular de Angola.

Arlete de Souza

Bairro Nelito Soares, Rua Fernando Pessoa, 118, Luanda, República Popular de Angola.

Manuel Ernesto

Caixa Postal 218, Ngunza, República Popular de Angola.

Osvaldo F. Correia, a/c Florentino Santos Correia

Caixa Postal 27, Diamang, Dundo, Lunda Norte, República Popular de Angola.

Souza Tavares Muachissengue, a/c de Augusto Faz-Tudo

Caixa Postal 15, Sorra, Dundo, Lunda Norte, República Popular de Angola.

Zeferino O. Antônio

Escola Secundária de Manhiça, Caixa Postal 35, Manhiça, República Popular de Moçambique.

Emílio Konrath

Caixa Postal 04, 95590, Tramandaí, RS, Brasil.

Nesta Edição:

Matéria de capa: A bancarrota argentina

- 7 Editorial: O fracasso blindado
- 10 Entre a ditadura e a democracia, *Gabriel Ross*
- 13 Repressão: uma doutrina própria, *Martín Morazán*
- 20 Os desaparecidos, *J. Monserrat Filho*
- 21 O capitalismo na encruzilhada, *Carlos Ábalo*
- 28 Políticos no governo, militares no quartel, entrevista com Esteban Righi, *Roberto Bardini*
- 31 Emergência nacional, entrevista com Raúl Alfonsín, *Luis Adolfo Galván*
- 33 Educação: uma ameaça ao regime, *Dora Guagnini*
- 36 Os chefes da "subversão", *Juan Sauna*

América Latina

- 42 Panamá: A morte de Torrijos, *Paulo Cannabrava*

África

- 48 OUA: Um encontro muito especial, *Gabriel Omotozo*
- 49 Namíbia: O terror cotidiano

Ásia

- 50 A escalada militar, *Pablo Piacentini*

Oriente Médio

- 54 Líbano: A interminável batalha, *Beatriz Bissio*
- 55 Palestina: Arafat, "Não temos terra nem para enterrar os nossos mortos" *Sus Van Elzen*

Comunicação

- 62 Filipinas: As transnacionais comandam a ação, *Gerald Susman*

70 Panorama Tricontinental

Especial: O assalto à Amazônia

- 73 Amazônia: Cinquenta anos de fracassos e decepções, *Edilson Martins*
- 75 O ciclo da borracha
- 77 O assalto à floresta, *Orlando Valverde*
- 81 A invasão estrangeira, *Ricardo Bueno*
- 84 Projeto Jari: A luta contra a desnacionalização, *Irene Garrido*
- 86 Carajás: Uma riqueza em perigo, *Luis Alfredo Salomão*
- 91 A Alcoa ameaça destruir São Luís, *Reginaldo Telles*
- 95 A contra-informação: Uma tática entreguista
- 96 Última Página: Humor, *Willy*



Torrijos



Amazônia

Publicações destinadas a informações e análise das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, e a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro — Juan Somavía
Henry Pease García — Aquino de Bragança
Wilfred Burchett

Revista Mensal
nº 35 •

julho — 1981
Preço de capa: Cr\$ 120,00
Números atrasados: Cr\$ 140,00

● **Edições em português**

BRASIL

Diretor e Editor
Neiva Moreira

Diretor Administrativo
Altair Campos

Secretário de Redação
Nilton Caparelli

Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60.086 — CEP 05.033

Arte
Carmem Saporetto
Amaury dos Anjos

Copidesque:
Francisco Viana

Tradução e Revisão
José Carlos Gondim
Cláudia Guimarães

Publicidade
Jesus Antunes

Documentação e Arquivo
Lídia Freitas

Composição
Ronaldo Fonseca

Distribuição
Homero Souza

Fotolito
Colorio Stúdio Gráfico Ltda
Rua 2 de Fevereiro, 33 — Encantado

Impressão
Capemi Editora e Gráfica Ltda.
Rua Pecanha da Silva, 360 (Eng. Novo)
Rio de Janeiro — RJ — Tel.: 201-2596

editora terceiro mundo ltda.
Rua da Glória, 122 — Salas 105/106
Tel.: 242-1957
CEP 20.241 — Rio de Janeiro — RJ
Registro na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registro no INPI: Protocolo nº 013.539
Registro no SCDP/SR/DPF
nº 2.195 — P. 209/73

ANGOLA — CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU — MOÇAMBIQUE
PORTUGAL e SÃO TOMÉ e PRÍNCIPE

Editor
Altair L. Campos

Redação
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos

tricontinental editora ltda.
Calçada do Combro, 10/19
telefone: 32 06 50 — Lisboa — 1200

Birô Africano
Angola:
Eduardo Segui — Luis Henrique
Caixa Postal 3593 — Luanda

Moçambique
Etevaldo Hipólito — João Escadinha
Rua da Kongwa, 153 — Maputo

● **Edições em espanhol**

MÉXICO — AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE e CARIBE

Editor
Roberto Remo

Gerente Geral
Gerônimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a. c.
calle California, 98A — Coyoacán
México, 21 DF — telefone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF

BOLÍVIA — CHILE — COLOMBIA
EQUADOR — PERU — VENEZUELA

(Edição Andina)

Publicada por DESCO: Centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru — Teléfono. 724-712

● **Edições em inglês**

ESTADOS UNIDOS — CANADÁ
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor
Fernando Molina

Editor Consultivo
Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 — México, DF.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irake), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas APSI (Chile), África (Espanha), Nueva (Equador), Noviembre (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

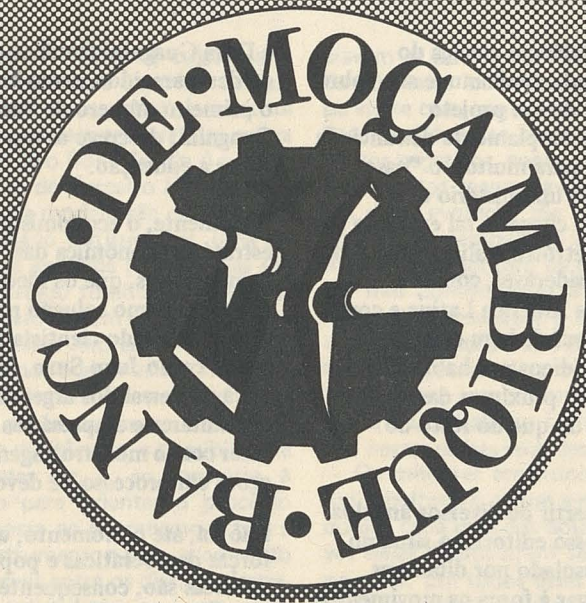
Circulação em 68 países

Alemanha Ocidental — Angola — Argélia
Argentina — Austrália — Áustria — Bangladesh
Belize — Bélgica — Bolívia — Brasil — Cabo Verde — Canadá — Checoslováquia — Chile
Colômbia — Costa Rica — Cuba — Dinamarca
El Salvador — Equador — Espanha — Estados Unidos — Etiópia — Finlândia — França
Granada — Guiana — Guiné-Bissau — Honduras
Iémen Democrático — Índia — Indonésia
Irã — Irake — Iugoslávia — Jamaica — Japão
Kuait — Líbano — México — Moçambique
Nicarágua — Nigéria — Panamá — Paraguai
Peru — Portugal — Porto Rico — Quênia
República Dominicana — Saara — São Tomé e Príncipe — Seychelles — Sri Lanka — Suécia
Suíça — Suriname — Santa Lúzia — Tailândia
Trindade-Tobago — Uruguai — União Soviética
Venezuela — Vietnã — Zâmbia — Zimbábue.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLI: VIA: Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 - Rio de Janeiro. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto — The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St. West, Toronto. COLOMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306 Santiago. EQUADOR: Ediciones sociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil — RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205. Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex 1258. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador — El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois — New World Resources Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Librería Las Américas, 152 East 23rd. Street, New York, N.Y. 10010 — Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 — Librería del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 — Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 — Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 — Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA — Red and Black, 4736 University Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÁ BRETA: NHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA: Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITALIA: Paesi Nuovi, Piazza di Montecitorio 59/60, Roma — Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma — Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Voceadores de Periódico, Humbolt No. 47, México 1, D.F. — Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. — Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D.F. — Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 librerías em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Casasas No. 80, Quinta Soledad, Manágua, Nicarágua. PANAMÁ: Librería Cultural Paramaña, S.A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Dijamarica, Camaná 878, Lima 1. PORTUGAL: Runalmar, Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esq. Ave González, R/o Piedras — Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th inf. Station, Río Piedras, P.R. 00929. REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo — DESVIGNE, S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburg. S. TOMÉ e PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUÉCIA: Wennrgren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

**relações internacionais
comércio externo
investimento de capitais
cooperação técnica
operações bancárias**



GARANTIA DE DESENVOLVIMENTO

Av. 25 de Setembro 1695 - Telef. 28151/8 - C. P. 423 - Telegr. MOBANCO - Telex 6-355
Maputo - República Popular de Moçambique

A BANCARROTA ARGENTINA

Não se trata somente da falência maciça do empresariado neste país sul-americano, e sim sobre todo “fracasso blindado” de um projeto autoritário. A barbarie foi amplamente denunciada nestes últimos anos, mas, para muitos, o “caso argentino” continua sendo um mistério e um paradoxo. Como pode chegar a tal extremo um país auto-suficiente em petróleo e alimentos, com um parque industrial considerável, com o sindicalismo mais forte da América Latina e com o orgulho de ter indicadores de bem-estar (distribuição de renda, médicos por habitantes, escolaridade e outros) mais próximos das economias desenvolvidas do que do resto do Terceiro Mundo?

O assunto é analisado a partir de diversos ângulos nas páginas seguintes. Nosso editorial o situa no contexto do Cone Sul, assolado por ditaduras ferozes que tentam esmagar à força os movimentos populares. No México e Buenos Aires nossa revista entrevistou dois dirigentes políticos que, com diferentes posições ideológicas, concordam em estabelecer a democracia como a única saída possível para a crise. Martín Morazán fala da elaboração de uma doutrina repressiva “original”

e Dora Guagnini (mulher de um dos milhares de desaparecidos, nosso colega e colaborador desde o primeiro número de “cadernos”, Luís Guagnini) descreve as repercussões do modelo sobre a educação.

Finalmente, o economista Carlos Ábalo analisa a estratégia econômica das chamadas vantagens comparativas, que os ideólogos do neoliberalismo propõem como solução para o Terceiro Mundo; e um conhecido cientista político, que aqui se assina como Juan Suan, ironiza, de Buenos Aires, a raiva universal dos argentinos e a perplexidade de militares e empresários que já não sabem o que fazer com o monstro engendrado nestes cinco anos, agora em processo de devorar seus criadores.

Não há, até o momento, uma estratégia única das forças democráticas e populares. As propostas políticas são, consequentemente, polêmicas, o que se reflete no conjunto das matérias publicadas. Se esse debate contribuir para que o povo argentino encontre o caminho para reconquistar a sua liberdade, dignidade e soberania, contando também com um esforço de solidariedade internacional, acreditamos ter alcançado o nosso propósito.

Argentina: o fracasso blindado

A crise que padece a Argentina, cujas manifestações são amplamente descritas nos artigos que compõem esta edição, constitui a evidência do fracasso do esquema de Segurança Nacional, que envolve todo o Cone Sul da América, assim como outras nações do Terceiro Mundo.

As características deste modelo são de uma simplicidade extrema: no plano institucional, uma ditadura rígida e repressiva exercida pelas Forças Armadas. E junto a este Estado totalitário no político, um liberalismo econômico sem controle. Trata-se de uma seleção dos piores valores. O liberalismo aplicado às instituições políticas mostra limitações no que se refere ao desenvolvimento social, mas reúne também valores positivos, como o respeito às diferentes opiniões e militâncias, a possibilidade de revezamento no poder etc. E, ao contrário, a intervenção do Estado para orientar o processo econômico — que é oposto ao liberalismo — tem a virtude de oferecer instrumentos para a correção das desigualdades materiais entre os distintos estratos da sociedade, de redistribuir, com um critério de equidade, a receita e os serviços, de realizar um planejamento econômico em consonância com os interesses nacionais e, de acordo com estes, estabelecer em que grau e em que áreas podem ser admitidos os investimentos estrangeiros.

Os primeiros ideólogos do liberalismo não disso-

ciavam as duas vertentes da doutrina. Mas à medida que essas idéias foram sendo aplicadas na Europa viu-se que, enquanto o mecanismo político dava funcionalidade ao sistema, o econômico gerava aspectos negativos, como, por exemplo, o desamparo dos estratos menos favorecidos da sociedade. Frutos dessa evolução são as sociedades democrático-liberais do capitalismo avançado em cujas economias não se aplicam os cânones do liberalismo puro, mas combinam-se a propriedade privada dos meios de produção e a livre iniciativa empresarial, com intervenções corretivas do Estado. (Recentemente as teorias do monetarismo e do ultraliberalismo foram assumidas pelos governos da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos e já estão sendo sentidos nesses países seus desastrosos efeitos sociais.)

Os militares argentinos e seus colegas do Cone Sul escolheram o que a experiência havia descartado em cada uma das doutrinas mencionadas e através delas submeteram seus povos ao pior sistema possível. Em todos esses países as cúpulas castrenses e seus aliados civis de extrema-direita velam as armas de um Estado que por um lado impede e castiga as liberdades cívicas, enquanto que, por meio da censura e da ação oficial nos meios de comunicação de massa, na educação e na cultura, procura modelar e até regulamentar o pensamento dos cidadãos. E, por outro lado, os interesses eco-

nômicos encontram o caminho aberto para fazer valer a lei do mais forte, realizar uma concentração econômica em favor próprio e contra as camadas populares. Da mesma forma, as empresas transnacionais efetuam a mais profunda penetração no mercado, varrendo em nome da livre concorrência e da eficiência inúmeras empresas nacionais que o Estado abandona à sua sorte. Aparentemente, é uma ação inexplicável. Obviamente, por trás dela existem motivações precisas.

Em todos os países do Cone Sul — no Chile, no Uruguai e na própria Argentina — o golpismo surgiu quando entrou em crise o modelo de desenvolvimento que vinha sendo seguido. Este admitia uma dose consistente de intervenção governamental, assim como um aparelho estatal de serviços sociais de certa importância. O modelo teve sua origem nos anos 50, quando as programações econômicas seguiam, em linhas gerais, uma tendência para a substituição de importações, inspirada na tese dos criadores da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), que, na década seguinte, começaria a emitir sinais do esgotamento comprovado pouco tempo depois.

Entretanto, foram realizados importantes progressos no plano social. A expansão do setor industrial por meio de filiais das empresas transnacionais (em menor grau no Uruguai, país predominantemente agrário) fez crescer a classe operária. Os sindicatos dos três países eram os mais poderosos da América Latina e constituíam um fator fundamental na vida política.

Paralelamente, havia aumentado a importância das forças progressistas. Em 1973, quando houve o golpe no Chile, a coalizão das esquerdas (a "Unidade Popular") encontrava-se no governo e acabava de sair fortalecida das eleições parciais. No Uruguai o golpe foi dado também em 1973, depois de as esquerdas obterem 20% dos votos nas eleições de 1971 e quando estavam em fase de pleno crescimento, enquanto que no Partido Nacional (um dos

maiores do país) dominava a ala progressista. Na Argentina, quando foi dado o golpe em 1974 estava no governo Maria Estela Martínez de Perón e com ela os núcleos da direita peronista, mas entre eles e as forças progressistas havia uma dura luta, assim como os sindicatos continuavam tendo um papel relevante.

Naturalmente, fora destes fatores em comum havia-e há-numerosos elementos específicos em cada um destes processos, que influíram para determinar as particularidades de cada caso.

O dilema sócio-político era, em termos gerais, semelhante e se expressava da seguinte maneira: a continuidade da crise econômica — ou seja, a impossibilidade de se prosseguir com um modelo que tinha estancado — estava modificando as correlações de força no plano político. Nestas condições, caso fosse mantido o modelo político-liberal, tal como estava se sucedendo no Chile, as forças sociais majoritárias seriam capazes de operar, não por uma simples mudança de modelo mas através de uma mutação para um sistema que tivesse plena expressão popular. Essa perspectiva ameaçava por igual a todos os membros do sistema de poder do Cone Sul, apesar das muitas e relevantes diferenças nos três países. Foi esta a base para a amálgama reacionária que delegou às espadas a solução do dilema.

Uma das diferenças mais notáveis foi a de que no Chile o pronunciamento foi feito contra um governo já conquistado pelos partidos da Unidade Popular (coalizão de esquerda), enquanto que na Argentina e no Uruguai os golpes tiveram um caráter preventivo e foram desfechados em circunstâncias politicamente favoráveis, como o caos na Argentina e a luta contra a guerrilha no Uruguai.

Uma vez donas da cena, as espadas começaram a cortar. E foi iniciada a perseguição da oposição, considerando como tais não só os partidários da luta armada e militantes da esquerda como também expoentes democráticos moderados.

É claro que a repressão foi particularmente violenta na área progressista. Partiu-se para a liquidação física, a prisão e o exílio de políticos de esquerda, de sindicalistas e de intelectuais dessa tendência. O objetivo traçado era o de alijar para sempre o perigo de que um possível futuro regresso ao modelo político liberal, causado pelo fracasso do esquema de Segurança Nacional, pudesse implicar novamente a presença e, eventualmente, o auge das forças partidárias da mutação do sistema.

O esquema de Segurança Nacional não se reduz, na realidade, aos países do Cone Sul. Dentro das Américas, assim como no resto do Terceiro Mundo, existem regimes que apresentam semelhanças com os do Cone Sul. E como foi assinalado nessas mesmas páginas (*ver editorial do número 34*), existe o risco de que este esquema seja cada vez mais empregado no mundo subdesenvolvido como uma fórmula para enfrentar a crise. Na verdade, não é mais do que a última moda do autoritarismo nos países dependentes.

No entanto, é fato indiscutível que o esquema de Segurança Nacional foi exercido a fundo e sistematicamente nos países do Cone Sul da América e que esta área é, portanto, o melhor laboratório para examinar seus resultados. E os efeitos são, com diferenças de grau, similares. Entre os mais significativos destacam-se os seguintes: retrocesso da indústria nacional e incremento da penetração estrangeira; estancamento ou crescimento econômico lento em comparação com os períodos anteriores; desemprego e pauperização nos setores baixos e concentração da riqueza no nível mais alto da pirâmide; aumento do endividamento externo; elevação dos indicadores sócio-culturais negativos, desde o analfabetismo até a mortalidade infantil.

Trata-se de um fracasso blindado, pois somente com a ostentação das armas pode-se obrigar a sociedade a tolerar este estado de coisas. A abertura democrática colocaria um rápido fim nas experiências de "Segurança Nacional", outro ponto em co-

mum nos três países do Cone Sul. E não poderia ser de outro modo, já que em vez de superar um modelo insuficiente este foi modificado de forma regressiva.

Mas há fatores subjetivos que diferenciam estes casos. Em alguns países o golpe favoreceu um caudilho, isto é, dentro das Forças Armadas surgiu um chefe absoluto que acumulou nas suas mãos todo o poder. Configura-se, então, um processo de interação recíproca que permite aplicar o modelo com maior coerência, o que, por sua vez, reforça a autoridade do ditador. Este é o caso do Chile, onde o general Pinochet concentra todo o poder.

Ao contrário, na Argentina coexistem diversas tendências e chefes distintos na disputa pela supremacia. O poder está disperso a tal ponto que durante os tempos mais duros da repressão cada unidade do exército operava com autonomia e com critérios próprios. Em tal situação não é possível a coerência do caso anterior e a dinâmica é inversa. Os resultados negativos alimentam o debate interno nas cúpulas, cada setor acusa o outro e supõe ter uma receita melhor para enfrentar os problemas. Logo, não há unidade de mando, nem exercício coerente da fórmula.

Isso explica o que acontece hoje na Argentina. Terminado o período do general Videla, que a duras penas conseguiu manter até o final a programação econômica ultraliberal, sobe o general Viola, que se propõe a corrigi-la, mas é atacado por seus aliados em dissidência, tirando a organicidade da ação governamental. Em consequência, são ainda mais graves e mais evidentes as falhas econômicas. E perde estabilidade a edificação política.

É assim que a luta de tendências e a crise política argentina chegam ao seu auge. As dúvidas sobre o futuro político imediato são totais e somente fica uma certeza: a vileza desse fracasso blindado que nem sequer tolera a si mesmo e perambula em busca de uma impossível correção de rumo.

Entre a ditadura e a democracia

O descontentamento popular é latente e todos aguardam a oportunidade de se manifestar

Gabriel Ross

A BANCARROTA
ARGENTINA



Cámara



Isabelita



Videla



Viola

O programa de contra-insurreição do regime militar, estabelecido pelo golpe de Estado de março de 1976, baseou-se em um plano de operação de círculos concêntricos. O círculo maior incluía todas as atividades políticas, sindicais e culturais acusadas de terem sido permissivas, cúmplices, inocentes úteis ou mentoras ideológicas da "subversão e caos". O círculo menor referia-se à direção militar da guerrilha peronista e marxista.

Após cinco anos de aplicação sistemática, o saldo do plano é pavoroso. A repressão oficial e para-oficial, denunciadas com valentia dentro e fora do país por numerosos setores da sociedade, envolve todos os matizes do horror. Dos mais sofisticados sistemas de tortura física e psicológica ao assassinato maciço, da censura ideológica à sanção de uma moral hipócrita que vai da mais escandalosa corrupção do poder à tutela escolar que obriga os estudantes a cortar os cabelos dois centímetros acima do colarinho, se possível no estilo prussiano.

Segundo a gíria policial, todos os círculos concêntricos foram "varridos e escovados" durante os últimos cinco anos e a ordem foi pretensamente reestabelecida. No entanto, os chefes militares, cobertos de lodo e de sangue, não escutaram aplausos nem vivas ao alcançarem seus objetivos. Eles estão isolados e os cidadãos, quase sem exceção, os rodeiam em círculos concêntricos de insatisfação, rancor e desprezo.

Que fazer? Dar por cumprida a missão e nego-

ciar o retorno às bases e quartéis ou reiniciar planos com outras figuras geométricas de repressão?

Situação militar

A grosso modo, identifica-se, atualmente, três blocos nas Forças Armadas (principalmente no Exército, a força hegemônica), segundo a concepção de cada um deles sobre o resultado do programa de contra-insurreição.

1) **A guerra não terminou** — Ainda não se conseguiu modificar a mentalidade da população que continua não assumindo a ideologia do regime. Ainda que formalmente derrotada, após o frustrado levante do general Luciano Menéndez, em setembro de 1979, esta tendência subsiste em alguns núcleos castrenses.

2) **As Forças Armadas ganharam a guerra** — Têm o direito exclusivo, por terem lutado sozinhas, de estabelecer prazos e condições para abandonar o governo, incluindo a nomeação de futuros candidatos civis, a organização de forças políticas civis simpáticas ao regime etc. Por enquanto, este setor parece ser majoritário e seus porta-vozes habituais são o comandante do Exército, general Leopoldo Galtieri e o ex-ministro do Interior, general Albano Harguindeguy, atual assessor do Presidente.

3) **A guerra terminou** — Na paz, há que se encontrar algum acordo cívico-militar que garanta a continuidade e estabilidade política, formando três



Apesar das divergências, os peronistas procuram se unir: na libertação de Isabelita todos estiveram juntos

grupos políticos básicos: centro-direita, centro e centro-esquerda, que substituam, principalmente, o peronismo e o marxismo. Esta posição pode ser atribuída ao general Roberto Viola, ex-comandante do Exército e atual Presidente desde março último, por vontade da Junta Militar.

Existem, no entanto, pontos coincidentes nos grupos 2 e 3:

a) os chefes de ambos são responsáveis pela ação repressiva durante todos estes anos;

b) exigem dos civis uma "lei do esquecimento", que consiste em reconhecer que a "guerra suja" foi justa, patriótica e inevitável e, portanto, não há delito a ser cobrado no futuro;

c) reivindicam compromissos de continuidade do regime em futuros governos constitucionais, que legitime também a presença do poder militar no funcionamento democrático.

A falta de um grupo hegemônico foi um fator decisivo para que o general Viola chegasse à presidência através de um acordo interblocos, sem a possibilidade de se formular um programa comum, mas apenas enumerando sucessivamente diferentes pontos de vista. Sob sua rubrica cada um dos blocos se dedicou a trair o acordo, articulando uma guerrilha palaciana que parou, virtualmente, a atividade oficial e quase anulou a capacidade executiva do presidente.

Durante os meses de abril e maio o confronto chegou a tal nível que parecia inevitável a explosão

de algum tipo de golpe de Estado interno a fim de homogeneizar o controle do processo. Até o próprio Viola poderia, desse modo, criar novas condições que anulassem os acordos anteriores e ampliassem sua capacidade de manobra.

Qualquer que seja a alternativa que prevaleça, permanecem de pé a instabilidade e a incerteza como características principais desta etapa do regime.

Pólos civis

Peronistas e radicais (centro-direita), por serem as duas maiores forças eleitorais, polarizam as alternativas no campo civil. Os grupos restantes (comunistas, socialistas, democrata-cristãos e conservadores) são frações menores que atuam em consequência e a reboque dos peronistas e radicais.

Apesar das tradicionais tendências conciliadoras na cúpula do peronismo, a crescente convicção de que serão excluídos pelo poder militar, favorece a unificação das diversas correntes internas. Um exemplo disso foi a mobilização em torno da ex-presidenta Maria Estela Martínez de Perón, detida desde março de 1976 até julho deste ano, quando foi libertada.

A necessidade de manter sua influência na base, a repressão de que foram vítimas numerosos de seus quadros e a incapacidade dos militares para fazer concessões, contribuíram ainda mais para que a cúpula peronista acentuasse sua militância de

oposição e se definisse no tema dos direitos humanos, somando suas reivindicações às dos familiares de milhares de presos e desaparecidos, e exigindo o exercício de liberdades democráticas e eleições livres.

Os radicais, por outro lado, acreditam que serão transformados nos herdeiros, senão "naturais" pelo menos "inevitáveis", da incapacidade militar de continuar governando. Procuram, então, não se opor frontalmente ao poder para facilitar a sua aprovação para esta saída eventual. No entanto, a deterioração do regime está conduzindo este partido a atitudes mais contundentes como oposição para não debilitar sua imagem a tal ponto que o elimine do jogo de forças reais na luta política pelo poder.

O desenvolvimentismo — na oposição à política econômica nos últimos cinco anos — se somou às fileiras do general Viola. Outras correntes, como a do almirante reformado Emílio Massera, ex-membro da Junta Militar até 1979, não passam, atualmente, de superestruturas com generosos meios financeiros para suas atividades; são carentes de representatividade popular. Massera hipoteca seu futuro na possibilidade de se tornar figura do consenso da cúpula do regime quando for necessário eleger um presidente no palácio, caso triunfem os planos militares.

Nenhuma destas forças políticas expressam, no momento, o descontentamento real existente na maioria do povo, porque seus líderes estão mais atentos ao desenlace da guerrilha palaciana do que à opinião de suas bases.

Tampouco podem avançar para um acordo cívico-militar sem que antes se esclareça o tema dos direitos humanos, especialmente mediante a recuperação dos direitos à livre atividade sindical e política, suspensas por decreto militar, assim como a definição sobre o destino de milhares de desaparecidos. A heróica e contínua atividade dos organismos de direitos humanos, em particular das "Mães da Praça de Maio", contribuíram poderosamente para colocar este tema como o mais importante e definitivo problema político do panorama nacional.

Economia e fronteiras

A evolução econômica é outro câncer que corrói o corpo do regime. Cinco anos consecutivos de uma política destinada a proteger as corporações nacionais e internacionais de maior capacidade financeira distorceram o esquema produtivo do país.

Qualquer recuperação da indústria autenticamente nacional requereria um esforço de tal magnitude que só poderia ser viabilizado se contasse com um consenso nacional. Obviamente, ainda que fosse essa a intenção — e não é este o caso — o poder militar não estaria em condições de concretizá-la.

Pelo contrário, a linha sustentada pela cúpula das Forças Armadas favorece uma economia especulativa que, no seu auge, atraía capitais financeiros da ordem de 400 milhões de dólares semanais. No entanto, a instabilidade política e a precária situação do país estão afastando-os, agora, num ritmo muito mais acelerado do que o da sua chegada. Somente no dia 29 de abril, saíram do país quase 350 milhões de dólares. As reservas do Banco Central já baixaram 60% em seis meses — e o governo já desvalorizou a moeda nacional em mais de 100% em relação ao dólar num período de 90 dias. Alguns funcionários, inclusive, começaram a mencionar a possibilidade de "oscilação livre" do peso, visando proteger os exportadores e evitar a contínua avalanche de importações que levassem os setores sociais menos favorecidos a uma situação insuportável e explosiva.

A chamada crise do setor financeiro, com a falência voluntária ou forçada de uma centena de cartéis industrial-financeiros, com valor registrado de mais de três bilhões de dólares, é um claro sinal do fim de uma etapa de piratas dedicados a saquear uma nação rica e plena de recursos.

Com taxas de inflação real de mais de 100% ao ano, salários congelados por decreto e só reajustados naqueles setores que conservam certo dinamismo produtivo (principalmente os serviços), a pressão social causada pelo descontentamento está sendo contida pela ameaça de repressão ou punição direta de qualquer movimento de protesto.

Aliás, esse é um dos motivos pelo qual as principais forças políticas não estimulam as greves e os protestos generalizados. Porém, o descontentamento existe e só aguarda uma oportunidade para manifestar-se.

Neste quadro, a emergência da questão fronteiriça com o Chile (caso Beagle) é uma válvula de escape para numerosas pressões, uma fórmula de convocação à unidade nacional em torno do regime, uma via para dissipar os enormes gastos realizados com a segurança e a contra-insurreição, incluindo a corrupção interna, mecanismo utilizado para manipular focos de discordância na oficialidade militar. Daí o perigo desta situação: as reações argentinas não estão vinculadas ao litígio em si mesmo, mas aos vaivéns das lutas internas, que deixam latente a possibilidade de uma trágica, absurda e injustificada confrontação armada com o Chile.

A questão da soberania nacional não conta para um regime que vem publicamente se orgulhando de sua condição dependente do mundo ocidental e cristão, liderado, segundo seus porta-vozes mais qualificados, por Reagan e João Paulo II. Em todo caso, as autênticas fronteiras dos problemas argentinos (e também chilenos) são as que separam a ditadura da democracia. □

Repressão: uma doutrina própria

Os terríveis métodos utilizados pelo regime militar para acabar com a "subversão" e a ideologia dos seus principais articuladores

Martin Morazán



A BANCARROTA
ARGENTINA

A partir dos últimos cinco anos um espetáculo repete-se quase cotidianamente: a qualquer hora do dia, dois ou três carros, de preferência Ford Falcão, sem placas, param em frente a uma casa determinada e deles saltam vários homens em trajes civis, fortemente armados, que ordenam que se abra a porta ou a derrubam violentamente. Pouco depois, voltam a sair com uma ou mais vítimas e todos os objetos de valor que podem carregar. Sobem nos veículos e desaparecem em grande velocidade pelas ruas da cidade, sacudida pelo grito das sirenes. Nunca há guardas nas imediações. Jamais ocorreu o caso em que um policial interviesse. Com o tempo, os vizinhos ou testemunhas ocasionais optaram por não fazer denúncias. É muito mais seguro não fazê-lo. Os jornais não publicam nada a respeito, além de umas poucas linhas sob um título pequeno em algum canto das páginas pares.

Finalmente, altos oficiais do exército romperam o silêncio e falaram abertamente. Começaram a mencionar "os anticorpos gerados pelo organismo social". Era, como diziam os chefes militares, "uma guerra suja, imprecisa". É, na realidade uma guerra curiosa: fala-se de "prisioneiros e mortos", exclui-se os feridos... E se alude a um novo conceito: "os ausentes para sempre".

As cifras, ainda que frias, são eloquentes: 30 mil desaparecidos (um para cada 900 habitantes), incontáveis assassinatos em "combate" ou "tentativa de fuga", milhares de presos que não figuram em nenhuma prisão (segundo os militares só há 980 detidos), cerca de 750 mil cidadãos vivendo no exterior (de cada 36 argentinos, um abandona o país). Este é o saldo do processo repressivo iniciado na Argentina em meados de 1974 e instaurado com maior vigor a partir do golpe militar de 24 de março de 1976.

O próprio Jorge Luis Borges, pouco dado a atitudes populares ou progressistas, declarou ao *Newsweek* em janeiro deste ano: "Agora temos mortes silenciosas. As pessoas são sequestradas e logo executadas, num novo tipo de terrorismo. Em vez de bombas ruidosas, há mortes em silêncio, sequestros e execuções."

A "Tríplice A" na época de Isabel Perón

O terror começou, na realidade, em meados de 1974, com Maria Estela Martínez de Perón (Isabelita) no governo. Nesta época, existiam evidências da conexão da CIA com setores do exército e da polícia e com grupos políticos e sindicais da direita peronista, na utilização da "técnica do massacre".

Quando o peronismo chegou ao poder em 1973, os Estados Unidos designaram como embaixador na Argentina Robert Hill, que tinha entre seus "antecedentes profissionais" o de ter trabalhado para a CIA na invasão da Guatemala em 1954. Antes de ser designado para Buenos Aires, Hill foi embaixador na Espanha, onde teve contato com o secretário particular do general Juan Perón, o tristemente célebre José López Rega, apelidado "o Bruxo", um ex-cabo da polícia que chegou a ser Comissário-Geral e Ministro.

Uma das primeiras atividades oficiais de Hill em Buenos Aires foi firmar um convênio com o Ministério do Bem-Estar Social — cujo titular era López Rega — através do qual os Estados Unidos dariam "assessoramento, tecnologia e pessoal para ajudar a Argentina na repressão ao tráfico de drogas". Na cerimônia, López Rega falou, associando a luta contra os tóxicos com a repressão política (atribuiu aos guerrilheiros o consumo de alucinógenos e sua propagação para corromper a juventude).

Este fato é eloquente se levarmos em conta que em 1974 o diretor da CIA, William Colby, admitiu que "a repressão ao tráfico de drogas em colaboração com polícias e governos estrangeiros estava a cargo da Agência e fornecia informações não somente sobre narcóticos, como também sobre terrorismo internacional". Há também outro indício da estreita colaboração da CIA com o ministro López Rega: o plano de extermínio realizado na Argentina pela "Tríplice A" tem um antecedente, o "Plano Phoenix", aplicado no Vietnã durante a década de 60 através de assassinatos e terrorismo. O plano foi dirigido por Colby que, em seguida, foi designado diretor da CIA.

Por outro lado, durante o tempo em que as forças norte-americanas permaneceram em Saigon, sua embaixada concentrava o maior número de pessoal de segurança e agentes da CIA. Após a evacuação da capital sul-vietnamita, a embaixada em Buenos Aires passou a ocupar este posto na estatística mundial e entre seus funcionários figurava um número significativo de veteranos do sudeste asiático, da República Dominicana, Bolívia e Brasil, países nos quais se desenvolveram conhecidos planos de extermínio.

Phillip Agee, ex-agente da CIA, sustenta em seu livro "Por dentro da companhia" que "na Argentina, nosso principal agente era a polícia federal, com a sigla *biogênesis*". Outro livro, "A CIA e o

culto à espionagem", de Larchetti e Marks, afirma que "em Buenos Aires funciona um dos principais escritórios financeiros da Agência".

Segundo denunciaram vários grupos políticos argentinos em 1975, o coronel Jorge Osinde foi, entre outros, um ativo coordenador da "Tríplice A". Osinde foi um dos organizadores do esquema de segurança para o retorno de Perón à Argentina, em 20 de junho de 1973, que culminou com o massacre de Ezeiza, um antecedente imediato da "Tríplice A". Entre os colaboradores de Osinde figurava o grupo direitista Concentração Nacionalista Universitária (CNU), que editava o semanário *El Caudillo*, financiado por López Rega com fundos do Ministério do Bem-Estar Social. A revista fechava todos os seus editoriais com a palavra-de ordem: "O melhor inimigo é o inimigo morto".

Em seu número 48, *El Caudillo* colocou na capa e na contracapa o título: "Quem teme as Três A... por algum motivo será". No número 50, seu editorial afirmava: "Os policiais são muitos mas não podem matar qualquer um: é nesta diferença que está a desvantagem do aparelho defensivo do Estado. Para combater neste tipo de guerra, as forças de segurança devem despojar-se de todos os preconceitos mentais e morais que lhes atam as mãos." Desta maneira, os fascistas argentinos se adiantavam às declarações dos teóricos da "guerra suja".

Com a queda de López Rega e sua fuga da Argentina, houve uma mudança na condução e composição da "Tríplice A", tomando o Exército as rédeas deste processo. Em outubro de 1975 foi realizada em Montevideu a 11ª Conferência de Exércitos Americanos, assistida pelo então comandante-geral do Exército, Jorge Rafael Videla, que afirmou: "Deverão morrer na Argentina todas as pessoas necessárias para que se consiga a segurança do país."

Balanço de cinco anos

A 24 de março de 1976, as Forças Armadas promovem o golpe de Estado. Dissolvem o Congresso Nacional e as câmaras estaduais e intervêm no Poder Judiciário (todos os membros da Suprema Corte de Justiça foram destituídos, assim como outros magistrados nacionais e federais), autoproclamando-se como Poder Constituinte ao abolir os artigos referentes aos direitos humanos e às liberdades públicas.

Os resultados após cinco anos tendo à frente do poder os militares argentinos, são os seguintes:

1) Detenção (com longo período de incomunicabilidade) de funcionários do governo deposto — de todas as áreas e níveis — sem instruir um processo legal, apesar de acusá-los de "delitos comuns".

2) Tornou ilegais os partidos políticos e grupos trabalhistas, profissionais e universitários, com a



A caça à liberdade do cidadão argentino...

proibição de se reunirem e se expressarem publicamente como tais.

3) Intervenção na Confederação Geral do Trabalho (CGT), a mais poderosa central operária argentina, e nos sindicatos a nível nacional, colocando militares em sua direção. Outras estruturas da classe trabalhadora — federações e comissões internas — foram destruídas e seus líderes conheceram toda a sorte de repressão: desde a destituição e a prisão até o sequestro e o assassinato. Além disso, foi proibido o direito de greve, com punições de até dez anos de cárcere. Também foram congelados os salários e eliminadas as convenções coletivas de trabalho (negociadas entre grupos sindicais e patrões).

4) No campo universitário, a Junta Militar provocou um desastre total. Interveio nas 25 universidades do país e em todos os institutos de pesquisa, acabou com a autonomia e a liberdade acadêmicas, expulsou grande quantidade de professores, encarcerou outros e muitos foram sequestrados e posteriormente assassinados. No nível especificamente educacional foram alterados os planos e programas universitários, de colégios secundários e de escolas



e a impunidade que esconde os rostos

primárias (no auge da repressão, foi proibida a matemática moderna por ser considerada... subversiva). Além disso, foram assaltadas e saqueadas editoras, bibliotecas e livrarias e, mais tarde, queimadas publicamente as obras de autores considerados "perigosos".

5) Foi imposta a censura a todos os meios de comunicação de massa; meia centena de jornalistas foram assassinados e igual quantidade "desapareceu", enquanto outros 100 profissionais estão nas prisões. Mais de 100 órgãos de imprensa foram fechados e calcula-se que quase mil jornalistas tiveram que abandonar o país.

Os detidos-desaparecidos

Estima-se em 30 mil, até o momento, o número de detidos-desaparecidos. O governo militar nega esses desaparecimentos. No maior cinismo, os porta-vozes militares mencionam "auto-sequestros", "ajustes internos de contas", "execuções", ou simplesmente, "abandono do país e mudança de identidade".

Em março de 1979, foi realizado em Caracas o seminário "A democracia na América Latina", organizado pelo Instituto de Altos Estudos Políticos da Universidade Simón Bolívar. Nele, o doutor Ricardo Rojjo, exilado na Venezuela, apresentou um informe sobre a situação argentina. A revista *Resúmen* (nº 291, Caracas, 3/6/79) publicou seus trechos mais importantes. Na parte referente aos "detidos-desaparecidos", a publicação mencionava "que as inumeráveis e penosas gestões que realizam seus familiares (na 'Justiça', mediante recursos de habeas-corpus, nos múltiplos escritórios do Ministério do Interior, da Polícia Federal, dos Comandantes-em-Chefe das três Armas), superando as ameaças de todo tipo a que são submetidos (e ainda 'detenções', torturas e novos sequestros) os levam à convicção que as vítimas se encontram 'detidas'".

"Na verdade, as pessoas que a Junta Militar sequestrou e que não figuram em nenhuma 'lista' conhecida judicial ou publicamente (mulheres, homens e até crianças, de todas as condições sociais, culturais e profissionais, jovens, anciãos, trabalhadores, estudantes, sacerdotes, jornalistas, professores, pesquisadores, cientistas) estão presas em algum quartel militar, em alguma base da Marinha ou da Aeronáutica (lugares secretos aos quais ninguém tem acesso). Conhecemos, por informação de seus parentes, vizinhos, advogados e das organizações de solidariedade, a existência de 60 campos de concentração, onde são submetidos a todo tipo de tortura e monstruosos 'interrogatórios' por pessoas das três Armas."

A denúncia, feita em 1979, conserva sua atualidade e dramaticidade dois anos depois. A situação dos "detidos-desaparecidos" se mantém igual.

Na província de Córdoba, existe um campo de concentração e extermínio chamado *La Perla*, utilizado pela Terceira Unidade do Exército para torturar, interrogar e fuzilar prisioneiros. O campo já existia antes do golpe militar de março de 1976, mas depois desta data as Forças Armadas assumiram o seu controle através do general Luciano Benjamín Méndez.

Segundo testemunhos de sobreviventes que conseguiram escapar, de tempos em tempos o Exército fuzilava à noite prisioneiros nas imediações de *La Perla*. Era dado a essas execuções o caráter de "cerimônia militar" nas quais participavam oficiais de todas as unidades do Terceiro Exército, desde os subtenentes recém-incorporados até os generais mais veteranos. Estas "cerimônias" tendem a unir todos os membros das Forças Armadas na repressão e consolidar a atividade dos serviços de inteligência.

A princípio de 1977, um capitão assegurou a um prisioneiro que posteriormente conseguiu fugir do campo de concentração que "só estarão limpos os novos subtenentes que sairão no próximo ano do Colégio Militar. O resto tem as mãos manchadas de sangue". O oficial afirmou que até o tenente Jorge Videla, filho do ex-presidente da Junta Militar, havia participado dos fuzilamentos. Segundo ele, "à raiz destes crimes cruéis existe um verdadeiro 'pacto de sangue' entre a oficialidade do Exército. Todos estão comprometidos da mesma forma com a ditadura. Defendendo-a, defendem sua própria imunidade pessoal".

Legislação pública e repressão secreta

No dia 27 de fevereiro de 1981, um grupo de civis armados prendeu, em sua casa às 9hs da noite, o doutor Emílio Mignone, diretor do Centro de Estudos Legais e Sociais, membro da Assembleia Permanente dos Direitos Humanos e conselheiro da Associação Latino-Americana de Direitos Humanos. Duas horas antes, tinham arrombado a sede do Centro dirigido por Mignone e detido várias pessoas que ali se encontravam. Levaram também o arquivo que guardava numerosos documentos provando as violações dos direitos humanos na Argentina.

Um mês antes, um trabalho intitulado "O caso argentino: desaparecimentos forçados como instrumento básico e generalizado de uma política", elaborado por um grupo de voluntários e firmado por Mignone, tinha sido apresentado no seminário "A política de desaparecimentos forçados", organizado pela Associação Internacional de Juristas, em Paris, de 31 de janeiro a 1º de fevereiro. O documento analisa o processo repressivo desenvolvido pelas Forças Armadas argentinas desde 1974 e de maneira especial a partir do golpe de Estado de



é parte dos fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional



A repressão na Argentina...

março de 1976, nele distinguindo dois níveis: um público e outro secreto.

O primeiro está configurado pelo conjunto de normas sancionadas antes e depois de 24 de março de 1976, e com a intenção de delimitar formalmente a ação repressiva. A partir do golpe militar, esta atividade emana de um poder absoluto, colocado acima da Constituição Nacional e dos princípios jurídicos universalmente reconhecidos.

Em 1975, decide-se que o Exército passará a assumir de maneira direta a programação, o controle e a execução das ações anti-subversivas, com a cooperação — sob suas ordens — de todo o aparelho de segurança do Estado. A tomada do poder

político pelas Forças Armadas em março de 1976 foi acompanhada pela sanção de uma série de medidas excepcionais que ampliaram a capacidade repressiva do Estado, com um alcance sem antecedentes no país. Ao mesmo tempo, colocaram nas mãos da Junta Militar uma concentração de poder com características absolutas, que igualmente carecia de precedentes.

A “Ata de Responsabilidade Institucional” é o exemplo mais claro: através dela, a Junta Militar, “como órgão supremo do governo, assume a prerrogativa e a responsabilidade de julgar a conduta daqueles que venham a ferir ou tenham ferido os princípios morais, éticos e sociais”, determinando “a perda dos direitos políticos e de associação, da cidadania dos argentinos naturalizados, a expulsão do país dos estrangeiros e argentinos naturalizados, a inabilitação para exercer cargos e empregos, a confinação em local determinado pelo Poder Executivo e a proibição de dispor de bens e de exercer a profissão para a qual tinham permissão legal”. Nunca na história argentina, nem sequer em seus períodos mais negros, uma ditadura se atreveu a tanto.

O segundo plano repressivo — o secreto — do qual fala o trabalho apresentado em Paris pelo Centro de Estudos Legais e Sociais, obviamente não foi publicado, ainda que haja elementos para supor que existam documentos escritos que formam uma verdadeira doutrina aprovada pelo Alto

Comando das Forças Armadas. Além disso, a análise de fatos, experiências, dados e testemunhos colhidos nos últimos cinco anos, constitui um valioso material empírico que reafirma esta possibilidade. E, finalmente, a existência dessa "doutrina" tem sido admitida por porta-vozes militares em diversas manifestações oficiais: um general de brigada, três generais de divisão e um tenente-general — o próprio Jorge Rafael Videla — se referiram à "guerra suja", inspirada por teóricos franceses com experiência na Indochina e Argélia e por estrategistas norte-americanos.

Esse segundo nível, de caráter secreto, está constituído por ordens e pautas de organização e ação — seguramente escritas — propostas pelos serviços de inteligência e pelos Estados Maiores do Exército, Aeronáutica e Marinha. Se existe alguma dúvida, basta recordar as declarações do general José Antonio Vaquero, chefe do Estado Maior do Exército, ao jornal *Clarín*, de Buenos Aires, em 18/10/80:

"Coube e cabe ao Estado Maior do Exército exercer um papel preponderante no planejamento, condução e coordenação integral das operações na luta contra o terrorismo. (...) Houve no país uma guerra que nós ganhamos. (...) Houve mortos, mártires e traidores. Resolvemos o problema de acordo com as condições objetivas que se deram em um lugar e tempo determinados. (...) O Estado Maior continua com o controle das ações destinadas a combater o terrorismo."

A "guerra suja" explicada por seus ideólogos

Em princípio de janeiro de 1981, o general de brigada Ramón Camps, chefe da Polícia da provín-

cia de Buenos Aires entre 1976 e 1977, e ativo protagonista — teórico e prático — da repressão, declarou ao jornal *La Prensa*, de Buenos Aires: "Em 1957, foram iniciados no exército argentino os estudos sobre a 'guerra revolucionária comunista', de forma organizada. Para isso, contou-se com o assessoramento de dois chefes do exército franceses. (Os oficiais argentinos) Trabalharam baseando-se na doutrina francesa, aplicada na Indochina e utilizada naquele momento na Argélia. Essa forma de atuar foi mantida até 1975. (...) Na Argentina, recebemos primeiro a influência francesa e depois a norte-americana, pondo em prática cada uma delas separadamente e, em seguida, juntas, utilizando-se conceitos de ambas. (...) Até que chegou o momento em que assumimos a nossa maioridade e aplicamos a nossa própria doutrina."

Por outro lado, o general de divisão Santiago Omar Riveros, comandante do Instituto Militar e responsável pela ação repressiva no período de 1976-1979, disse, a 16 de fevereiro de 1980, em Washington no seu discurso de despedida da Junta Interamericana de Defesa: "Fizemos a guerra com a doutrina na mão, com as ordens escritas dos comandos superiores. Nunca necessitamos, como nos acusam, de organismos paramilitares. (...) Essa guerra foi conduzida pelos generais, almirantes e brigadeiros de cada força. (...) A guerra foi conduzida pela Junta Militar de meu país, através dos Estados Maiores."

O general de divisão (na reserva) Tomás Sánchez de Bustamante, de grande influência dentro do exército, forneceu mais detalhes em meados de 1980: "Neste tipo de luta, o segredo que deve envolver as operações faz com que não se divulgue quem foi capturado ou quem se deve capturar. De-

"As Mães Coragem"

□ As "loucas da praça", foi como as chamou depreciativamente a Junta Militar. Adolfo Pérez Esquivel, prêmio Nobel da Paz, deu a elas, com justiça, um outro nome: "Mães coragem". O mundo, através da imprensa internacional, as conhece como "As mães da Praça de Maio". No dia 30 de abril deste ano foram completados quatro anos em que elas vêm se manifestando todas as quintas-feiras — com frio, calor, chuva ou repressão — na histórica Praça de Maio de Buenos Aires, em frente à Casa Rosada, palácio do governo, para reclamar aos militares o reaparecimento de seus parentes sequestrados.

O movimento nasceu como uma resposta espontânea à situação que — a partir do golpe de Estado de 24 de março — provocou a detenção e posterior desaparecimento de aproximadamente 30 mil argentinos, incluindo centenas de crianças. Seus integrantes declaram: "Não aceitamos que nenhum setor argentino pretenda colocar um manto de esquecimento sobre a sorte de milhares de detidos-desaparecidos e pedimos, como ato humano de solidariedade, de ética e de justiça, que se leve esta causa até o seu esclarecimento definitivo."

Um senador francês declarou a respeito das Mães da Praça de Maio: "São a consciência organizada, a voz e a reivindicação imbatível do povo argentino". E elas afirmam:

"Não nos move nenhum objetivo político."

ve existir uma nuvem de silêncio que envolva tudo e isso não é compatível com a liberdade de imprensa. O estilo da justiça comum tampouco é compatível com a rapidez e a gravidade com que devem ser julgados estes casos.”

O general de divisão Leopoldo Fortunato Galtieri, comandante-em-chefe do Exército — famoso, entre outras coisas, por tentar eliminar destacados exilados argentinos no México — afirmou ao jornal *Clarín*, em 30 de maio de 1980: “A luta anti-subversiva é uma página da história que para alcançar o prêmio da glória teve que superar zonas de lodo e escuridão.” Em outra oportunidade disse: “A partir do trono do vencedor(...) não podemos explicar o inexplicável, não podemos dar razão ao irracional, não podemos justificar o absurdo.”

Finalmente, o próprio tenente-general Jorge Rafael Videla declarou ao *The Times*, de Londres, em 2/06/80: “Não reconhecemos culpas sob nenhuma circunstância, por que se houve necessidade de matar, nunca foi pelo matar em si, e sim porque alguém tinha necessidade de matar para defender certos valores.”

Repressão clandestina: um método mais rápido e eficaz

Como já foi dito, após o golpe de março de 1976, o regime dotou a si mesmo de um poder quase ilimitado através de uma legislação de exceção (pena de morte, aumento de sanções e de ações enquadradas como delitos, centralização de todas as estruturas de segurança sob o controle das Forças Armadas, constituição de tribunais militares da natureza dos que atuam no tempo de guerra, controle de todos os setores organizados da socie-

dade e dos meios de comunicação de massa). Mas, apesar desse imenso arsenal jurídico-repressivo, as Forças Armadas preferiram levar adiante suas operações de forma clandestina, de maneira paralela, porém submetidas à direção militar e política do Estado.

Por que uma ação paralela e clandestina? No trabalho “O caso argentino: desaparecimentos forçados como instrumento básico e generalizado de uma política”, afirma-se:

“Esta opção foi sustentada por quatro motivações principais, frequentemente mencionadas por oficiais superiores em conversações particulares. Primeiro: a idéia de que este seria o método mais eficaz e rápido para eliminar a subversão. Segundo, a noção de que era preciso evitar o obstáculo de influências e pressões internas e externas, provocadas por uma ação cujos efeitos viessem à tona publicamente. Terceiro, a proteção que exigiam os que dirigiam e executavam as ações repressivas. E quarto: a incerteza e o terror que estas formas de atuação conseguiam criar nas oposições e na sociedade em seu conjunto.”

Tal opção, que incluía como elemento básico a técnica do desaparecimento, constituiu a “doutrina própria” a que se referiam — sem mencionar seu conteúdo — os generais Riveros e Camps. Assim, é possível afirmar que o sistema de desaparecimento de pessoas é uma “invenção argentina”, igual a outro descobrimento anterior, a “*picana** elétrica”. Estas contribuições à história da crueldade humana não honram, certamente, o país ou, para ser mais preciso, as suas Forças Armadas. □

* *Picana* — instrumento utilizado nas sessões de tortura para aplicar choques elétricos.

Ninguém nos convocou nem nos impulsionou ou nos usa como instrumento. Estamos contra a violência e qualquer tipo de terrorismo. Rechaçamos a injustiça, a opressão, a tortura, o assassinato, os sequestros, as prisões sem processo, as detenções seguidas de desaparecimento, a perseguição por motivos religiosos, raciais, ideológicos ou políticos. Não julgamos nossos filhos detidos-desaparecidos. Nem sequer pedimos sua liberdade. Só pretendemos que nos digam onde eles se encontram, de que são acusados e que sejam julgados de acordo com as normas legais e com o legítimo direito à defesa se consideram que eles cometeram algum delito. Que não os torturem. Que os mantenham em condições decentes. Que possamos vê-los e assisti-los.”

Roberto Bardini



O inconformismo e a tristeza das mães da Praça de Maio

Os desaparecidos

Os juristas querem definir à luz do direito a questão dos presos-desaparecidos

J. Monserrat Filho

Rodolfo Mattarollo, advogado argentino exilado em Paris e um dos participantes da 33ª reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), revelou que na Argentina a engrenagem repressiva optou por "normas secretas derivadas de uma doutrina de guerra", onde os desaparecimentos sistemáticos são definidos como "método de combate".

Sobre o assunto, um documento do Centro de Estudos Jurídicos e Sociais, de Buenos Aires, informa o seguinte: "A responsabilidade maior ficou com os comandos superiores das três Forças Armadas, mas de modo paralelo à estrutura formal de suas respectivas corporações. É possível falar de um paralelismo global para definir esta forma de repressão."

Rodolfo Mattarollo considera a concepção do "paralelismo global" como "um fenômeno diferente do *apartheid* sul-africano". Quer dizer: em lugar do exercício "criminoso e aberto" da soberania do Estado, como no *apartheid* ou mesmo no nazismo e no fascismo, "a doutrina do Estado-Maior conjunto das Forças Armadas da Argentina visa manter a ficção do funcionamento normal de algumas instituições fundamentais do Estado democrático".

Esta questão surge no Direito Internacional somente no século passado, junto com as tentativas de regulamentar os conflitos armados internacionais. Num primeiro trabalho de sistematização, as Convenções de Genebra, de 1949, e a prática do Comitê Internacional da Cruz Vermelha consagraram certas obrigações atribuídas aos Estados e certos direitos em favor das pessoas que precisam de proteção.

O Estado tem obrigação de realizar investigações sobre pessoas desaparecidas, mesmo depois de um conflito; tem obrigação de identificar estas pessoas e de localizá-las; tem obrigação de trocar informações a esse respeito com outros Estados.

Por outro lado, o Artigo 12 do Protocolo I das Convenções de Genebra reconhece "o direito das famílias de conhecerem o destino de seus membros".

A reunião da SBPC examinou ainda uma série de providências necessárias para prevenir os desaparecimentos forçados e proteger as pessoas desaparecidas e seus familiares.

Como providências imediatas, sugeriu-se a criação de um Grupo de Trabalho Permanente junto à Comissão de Direitos Humanos da ONU, além de investigações *in loco* por grupos *ad hoc*.

Como providência de mais longo alcance, foi proposta a elaboração e adoção de uma convenção internacional sobre a matéria. Dois projetos foram submetidos aos participantes da SBPC; um do Instituto de Direitos do Homem do Foro de Paris e outro da Assembléia Permanente dos Direitos Humanos da Argentina.

Uma convenção internacional serviria para definir claramente as bases jurídicas e o alcance do direito à proteção dos presos-desaparecidos e seus familiares.

A experiência de inúmeros países demonstra que o desaparecimento forçado é utilizado para eliminar lideranças e quadros coordenadores de sindicatos, partidos políticos, associações profissionais e estudantis, movimentos e entidades, todos empenhados, de uma forma ou de outra, em expressar a vontade, as aspirações e os anseios de amplas camadas da população. São, assim, destruídos componentes imprescindíveis do processo de autodeterminação de um povo, ou seja, as pessoas mais ativas que planejam, dirigem e executam as ações políticas, sociais e culturais.

Por isto, a Comissão de Direitos Humanos da ONU teve razões de sobra para, em seu projeto de resolução, declarar o desaparecimento forçado de pessoas como um crime contra a humanidade, à semelhança do genocídio.

Esta definição, como já salientou o jurista Dalmo Dallari, ex-presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, acarreta duas consequências fundamentais:

1) Qualquer país do mundo será competente para processar e punir o criminoso, mesmo quando ele fuja de seu país ao mudar a situação política que lhe dava proteção, pois em parte alguma estará livre da justiça. A justiça o perseguirá onde quer que vá.

2) O criminoso nunca será beneficiado pela prescrição ou extinção do prazo de punibilidade, uma vez que o crime contra a humanidade não está sujeito à prescrição. Enquanto viver, o criminoso poderá ser punido, independente do tempo que decorra após a prática do crime. □

A BANCARROTA
ARGENTINA

O capitalismo na encruzilhada

O desastre econômico não é uma consequência do fracasso da política econômica liberal, mas fruto do seu êxito na destruição do modelo anterior. As alternativas do governo do general Viola

Carlos Ábalo

A maioria das análises sobre a política econômica dos militares argentinos destaca os aspectos que contrariam os interesses da classe operária, dos trabalhadores em geral e da burguesia não monopolista. Deixando à parte tais aspectos — que são óbvios — analisaremos aqui uma característica peculiar do capitalismo argentino: é a incapacidade da sua burguesia de conceber um projeto capaz de unificá-la por um longo período junto às classes exploradas. Muitas vezes, tal divisão no seio da burguesia atinge também os partidos políticos e os militares. Por isso, as frações mais prejudicadas das classes dominantes têm buscado alianças com a classe operária, de tal maneira que as lutas destas últimas frequentemente se combinam com os conflitos intraburgueses.

O reordenamento da economia argentina, iniciado a partir do golpe de 1976, faz parte de uma nova divisão internacional do trabalho, orientada para o aproveitamento dos chamados custos comparativos. O caso argentino é uma mesa de provas para as teorias neoclássicas e friedmanianas. Seus

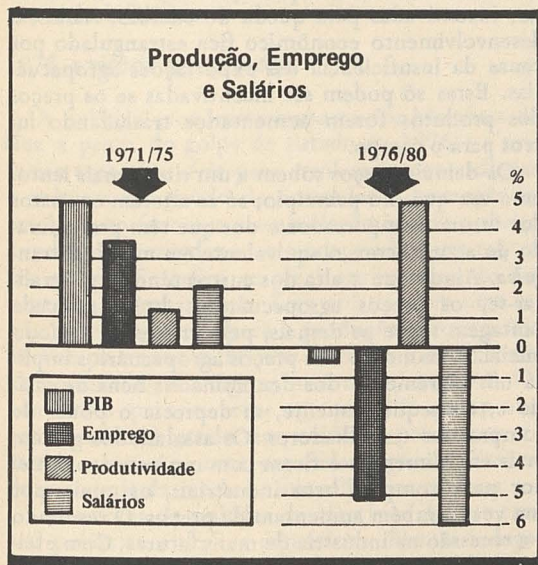
resultados mostram sua debilidade e sua absoluta incapacidade para compreender a realidade do capitalismo atual do qual apresentam uma visão quase mítica. Sem dúvida, a especialização baseada nas vantagens comparativas faz parte da organização mundial capitalista contemporânea.

Um desastre instrutivo

A política de Martínez de Hoz, verdadeiro primeiro-ministro dos militares argentinos no período que vai de março de 1976 a março de 1981, visou articular a economia argentina com a economia mundial através das vantagens comparativas assentadas na renda agrária diferencial obtida com a exportação. A aplicação pragmática dessa política conduziu ao auge financeiro e à crise posterior, como não podia deixar de ocorrer. Paradoxal é que Martínez de Hoz teve sucesso na implementação do seu modelo e daí os resultados verdadeiramente desastrosos que se colhem hoje. O absurdo seria que a aplicação de uma política inflexivelmente capitalista conduzisse, numa época de crise, ao bem-estar do povo.

No capitalismo, os capitais marginais tendem a desaparecer, porém não desaparecem de todo. Nesse fenômeno influem as relações sociais e políticas de todo tipo e até mesmo as contradições das classes dominantes. Isto é o que não entendem os que crêem que as conclusões teóricas mais gerais encontram sua aplicação prática de forma taxativa. Martínez de Hoz teve que abandonar a direção da economia porque a sociedade, incluindo a maioria dos capitalistas, não suportou sua política; o que se discute agora é a sobrevivência do país e não as suas reformas. Depois de Martínez de Hoz, o futuro não repetirá mais o passado. O que não se sabe, no entanto, é o alcance que poderá chegar a ter a revisão da sua política.

A crise atual pode bloquear o caminho empreendido em 1976, mas se a burguesia voltar às fórmulas anteriores a próxima crise será pior. Com ou sem as inovações de Martínez de Hoz o futuro da economia argentina — e de toda a sociedade — será de instabilidade porque o que está em crise, na rea-



lidade, é o capitalismo argentino como modalidade específica do capitalismo mundial.

A maioria dos países do Terceiro Mundo estão tratando de reacomodar-se frente à nova divisão internacional do trabalho e encaram os problemas das chamadas vantagens comparativas no comércio internacional e as propostas monetaristas. A política argentina e suas consequências podem converter-se numa experiência bastante instrutiva.

Latifúndio versus indústria

Nas primeiras décadas do século, a Argentina produzia matérias-primas agrícolas — particularmente trigo, lã e carne — de maneira especial: eram os métodos extensivos de cultivo em grandes latifúndios, sujeitos ao regime de agricultores arrendatários e uma vasta periferia de pequenos e médios produtores. O seu custo de produção era altamente competitivo no mercado internacional e deixava grandes excedentes para os proprietários que monopolizavam as terras.

A economia industrial, por sua parte, tinha grau de especialização relativamente elevados, em comparação com outras economias industriais de países dependentes. Seu objetivo era reduzir os preços dos artigos de consumo popular, os chamados bens de salário. Desta maneira, os salários poderiam ser menores, como também deles sobraria excedente maior de dinheiro para usar na compra de produtos industriais. Por último, uma economia industrial em desenvolvimento necessita gerar serviços e requer uma infra-estrutura cada vez mais complexa e diversificada. Como a pressão impositiva sobre os custos industriais não podia ser muito elevada, o Estado obtinha os recursos para tais obras através de impostos de exportação, aplicados aos produtos agropecuários internacionalmente competitivos.

Resultado: se produziu assim certa divergência de interesses entre a economia agrícola e a industrial, apesar do inter-relacionamento de capitais entre ambas. Em todo caso, a solução mais favorável para a economia agrícola — e especialmente para os que tinham renda da terra sem serem necessariamente produtores — era a existência de uma indústria muito concentrada. O inverso, a maior calamidade para o setor agropecuário, seria uma indústria descentralizada, com a verdadeira proliferação de empresas marginais, não competitivas.

Para a burguesia latifundiária, o controle do câmbio, o proteccionismo e a substituição de importações, constituíram uma exceção tão necessária quanto transitória. Em contrapartida, para a pequena e média burguesia industrial, os assalariados e outros setores sociais cujo futuro dependia da sorte dessas indústrias, o curso da economia não devia reverter-se. Com o golpe militar de 1943 e,

sobretudo com a sua institucionalização posterior no governo peronista, se impulsionou uma política populista que favorecia justamente àqueles últimos.

Naquele período, o desenvolvimento industrial extensivo e a redistribuição dos lucros terminaram por bloquear o desenvolvimento agrícola. E a Argentina nos primeiros anos da década de 50 teve que importar trigo e consumir pão negro. Havia outro problema: sem um aumento das exportações a indústria também não poderia prosseguir com o ciclo de acumulação. Por isso, nos primeiros anos da década de 50 ocorreram as primeiras concessões à economia agrícola: aconteceu a crise de 1952-1953 e se iniciou um novo período que se prolongaria por 20 anos. (N. R.: refere-se o autor à série de governos militares que o país teve nesse lapso).

Crises cíclicas

O desenvolvimento capitalista passa invariavelmente por ciclos de expansão e depressão. Na economia argentina esses ciclos se combinam com desvalorizações periódicas da moeda, em consequência da evolução da taxa de lucro e da taxa de investimento. A inflação, que acompanha a expansão da indústria e da economia em geral, tem também reflexos no câmbio: as moedas estrangeiras não sobem na mesma proporção que os preços internos.

Nos produtos agropecuários, os preços internos dependem do equivalente em moeda nacional e dos preços mundiais. O desequilíbrio cambial barateia os preços e deprecia os lucros agropecuários. O resultado é a queda da oferta e a consequente queda das exportações.

Paralelamente, as importações tendem a aumentar, incentivadas pela queda do câmbio. Assim, o desenvolvimento econômico fica estrangulado por causa da insuficiência das exportações agropecuárias. Estas só podem ser incentivadas se os preços dos produtos forem aumentados trasladando lucros para o campo.

Os demais preços sobem a um ritmo mais lento, uma vez que, no princípio, só se alteram os custos dos insumos importados e dos que têm preço fixado de acordo com o equivalente em moeda estrangeira. Ainda que a alta dos custos tenda a generalizar-se, os preços agropecuários obtêm marcada vantagem sobre os demais, pelo menos no período inicial. O aumento dos preços agropecuários implica um incremento dos denominados bens de salário e, consequentemente, se deprecia o poder de compra dos trabalhadores. Os assalariados gastam mais em alimentos e ficam com um excedente menor para comprar bens industriais, os quais, por sua vez, também aumentam de preços. O resultado é a recessão na indústria de manufaturas. Com efeito, as desvalorizações, assim como as recessões e a

redução do ritmo de atividade econômica ocorreram periodicamente: 1952-53, 1955-56, 1959, 1962-63, 1966-67, 1970, 1972-73 e 1975-76.

Durante duas décadas a economia argentina funcionou com este esquema: a expansão industrial conduz a uma situação de deterioração relativa dos preços agrários, de inflação e de crise na balança de pagamentos por insuficiência das exportações. Tudo isso obriga a uma reorganização do quadro. Na raiz desta reorganização, se criam condições favoráveis para a produção agropecuária e o crescimento das exportações através de melhores preços relativos para o setor e da desvalorização da moeda. Tais medidas deprimem o mercado interno e dão lugar a uma queda do dinamismo da produção industrial. Tempos depois, embora o câmbio continue fixo ou fique inferior à evolução dos preços, a indústria se recupera por causa da elevação dos seus preços relativos e os assalariados recuperam completa ou parcialmente seu poder aquisitivo anterior ao da crise. Inicia-se então a etapa de expansão da economia.

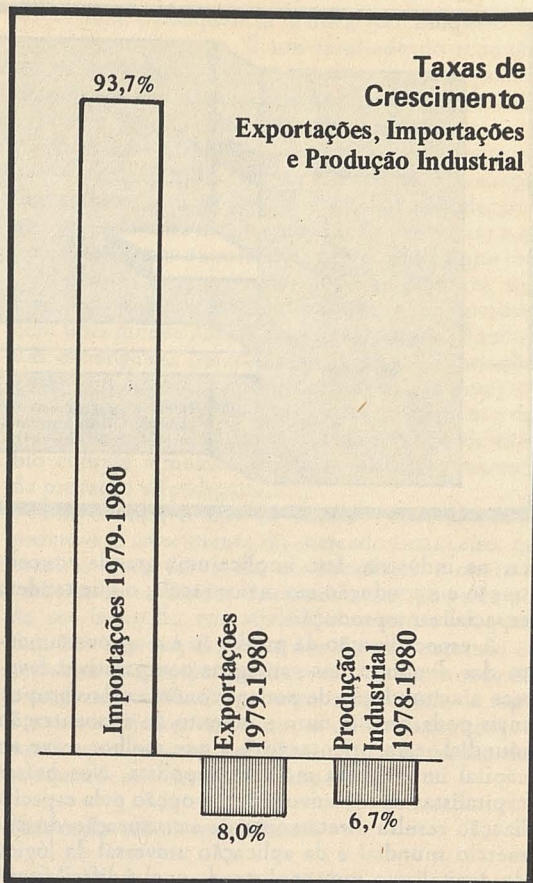
Em cada uma das etapas um setor é beneficiado em detrimento do outro. Porém, nem o setor beneficiado, nem o setor afetado, mudam suas características ou seu modo de acumulação para que, no período seguinte, tenda a desaparecer a contradição.

A heterogeneidade do modo de acumulação da economia agropecuária e industrial faz com que a burguesia viva eternamente dividida em frações rivais, gerando instabilidade política periódica. Se pode falar, então, de um modo de acumulação não homogêneo que pela sua vez é compartilhado porque o movimento de pêndulo favorece ora um ora outro setor, sem que nenhum dos dois defina uma hegemonia definitiva.

1976, a vitória agropecuária

A política econômica imposta por Martínez de Hoz a partir do golpe de Estado de 1976 é a primeira tentativa séria para resolver as contradições e voltar a um modo de acumulação homogêneo. Seu projeto favorece a acumulação agrária e obriga a indústria a reordenar-se e adaptar-se a um esquema que não interfira no pleno aproveitamento das vantagens comparativas. Essa política tem uma repercussão expansiva para a produção agropecuária do Pampa e uma influência recessiva para a produção industrial e a agricultura não pampeana. Os benefícios para o setor agropecuario pampeano acontecem sobretudo nas unidades produtivas de grande extensão, com capacidade para utilizar-se da economia de escala e racionalizar os cultivos.

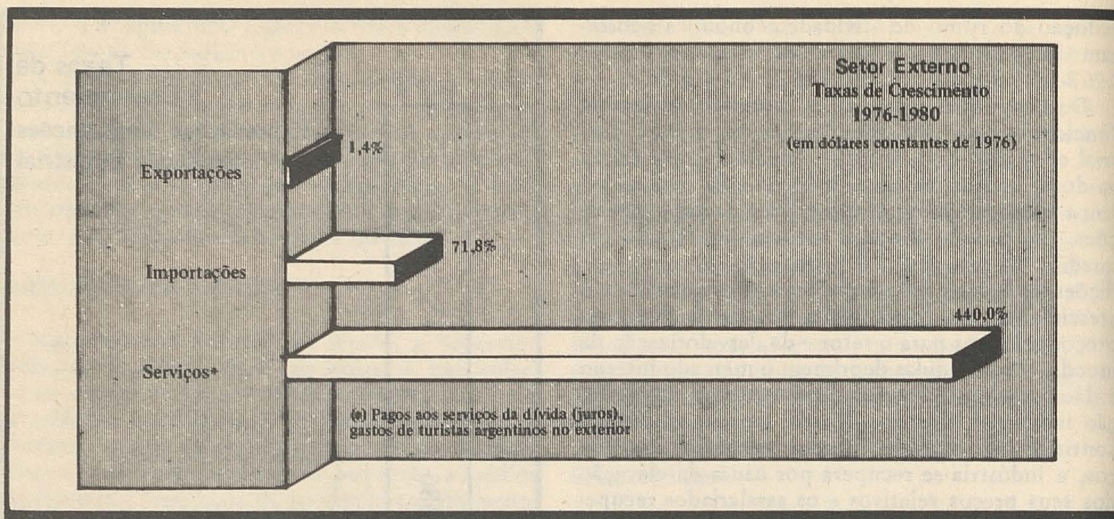
A essência da política de Martínez de Hoz causou polêmica entre os argentinos. Eles se indagavam a respeito dos beneficiários do programa: na



realidade, seriam eles os impulsores da economia agrária pampeana ou o capital transnacional imperialista?

A resposta mais superficial a qualquer tipo de reordenamento econômico impulsionado por um regime direitista é de que se trata de uma estratégia aplicada pelo imperialismo. Porém, o que decide o modo de acumulação interno são as lutas intraburguesas, a política da classe operária e dos setores populares e os instrumentos de poder capazes de decidir a orientação do Estado. Naturalmente, nada disso ocorre à revelia da evolução da economia mundial capitalista, nem do mercado internacional dominado pelo capital imperialista; porém, as definições não surgem da vontade direta deste capital. É a luta interna que decide a forma com que a burguesia local se adaptará às mudanças registradas no mercado mundial.

Na sua tentativa de recuperar a hegemonia mundial, a burguesia norte-americana encaminha uma nova divisão internacional do trabalho, a partir de uma maior intensidade no uso do capital, de uma modificação na base energética e no modo de ope-



rar na indústria. Isto implica uma grande concentração e a produção em maior escala, o que tende a especializar a produção.

A especialização da produção e o aproveitamento das denominadas vantagens comparativas favorece a acumulação de poder econômico nos grupos mais poderosos e, num momento de concentração mundial, esta orientação é a que melhor serve ao capital imperialista mais monopolista. Nos países capitalistas subdesenvolvidos, a opção pela especialização resulta diretamente da estruturação do comércio mundial e da aplicação universal da lógica do capitalismo monopolista, da qual é difícil fugir. Sem dúvida, esta não é uma simples imposição política; é uma consequência dos mecanismos de acumulação capitalista internacional.

A nova orientação é imposta ou aproveitada por aquela fração numericamente pequena da burguesia que, nos países subdesenvolvidos, pode aproveitar da superposição dos seus objetivos particulares com os do grande capital monopolista transnacional.

Paralisação

A aplicação desta lógica na Argentina significa a promoção de uma única atividade nacional competitiva em escala mundial: a produção agrária pampeana. Não significa que a produção agrária pampeana vá ser beneficiada da mesma forma em seu conjunto. A especialização capitalista é, por sua vez, um mecanismo concentrador da propriedade. Consequentemente, o usufruto da especialização se concentra exclusivamente nas mãos dos setores capazes de aproveitar as vantagens comparativas, que são justamente os setores da propriedade mais monopolistas.

Como a produção agrária extensiva emprega pouca mão-de-obra e consome poucos produtos industriais, a renda da exportação não se difunde pelo resto da economia, nem aumenta o emprego. Em contrapartida, o excedente da exportação gera saldos favoráveis crescentes no balanço de pagamentos. Por sua vez, o constante aumento das reservas provoca contínua pressão inflacionária.

A estratégia da chamada vantagem comparativa está indissolavelmente unida à aplicação da teoria neoclássica quantitativa da moeda. Segundo esta doutrina, a inflação é consequência do aumento do meio circulante. Para baixar os custos, seria necessário, então, depreciar os salários. Esta estratégia antiinflacionária gera uma restrição da atividade produtiva, ao reduzir o poder de compra dos trabalhadores.

Ao mesmo tempo, as reservas crescentes tendem a sobrevalorizar a moeda nacional frente às divisas. Uma vez que a vantagem comparativa funciona como uma economia aberta, baixam os impostos às importações. As divisas baratas, aliadas à redução dos impostos às importações deveriam, na teoria, obrigar as empresas a reduzir os custos para competir com os produtos estrangeiros. Pouco a pouco, a chamada vantagem comparativa conduz a uma avalanche de importações e à virtual paralisação da economia interna.

Os altos níveis dos rendimentos (consequência da inflação) atraem capitais especulativos. Enquanto dura o investimento, aumenta o chamado "atraso de câmbio". Assim, o rendimento real se torna ainda maior, já que os especuladores do exterior não só retiram os lucros, como também recomparam as divisas que aplicaram a um preço menor, com relação ao nível geral, produzindo uma renda adicional.

O que ocorre na Argentina não é, portanto, o resultado bom ou mau da inocente aplicação de uma teoria; é a consequência lógica da mudança da forma de acumulação.

Especulação financeira

Nos dois primeiros anos de aplicação do programa foi indiscutível o benefício direto e quase exclusivo da atividade agropecuária exportadora, que teve rápido crescimento.

O resultado catastrófico do programa de Martínez de Hoz reside na estagnação industrial, já que atualmente a atividade manufatureira ainda não logrou superar os níveis de 1974. Isto, de nenhuma maneira, constituiu surpresa.

O bloqueio do crescimento interno é uma consequência da aplicação da vantagem comparativa baseada na renda agrária. Na acumulação comparada, é a expansão industrial que limita o crescimento agrário. No modo de acumulação homogênea, baseada na vantagem comparativa, é a limitação industrial que permite a expansão e a rentabilidade agrária.

O programa de Martínez de Hoz provocou também um impetuoso crescimento do mercado financeiro, gerando um agudo processo de concentração e centralização do capital. Neste período, apareceram os que diziam que um ciclo estava encerrado e que a partir daquele momento a economia passava ao domínio pleno do capital financeiro. Na realidade, a expansão do mercado finance-

iro é uma consequência natural do bloqueio do crescimento interno. É um resultado do redimensionamento do tipo de câmbio e uma consequência da política antiinflacionária que caminha indissolivelmente ligada às vantagens comparativas.

Aqui cabe fazer um pequeno esclarecimento sobre o problema do tipo de câmbio. A reavaliação do câmbio e a suspensão das barreiras alfandegárias são faces de uma mesma moeda. Ambas visam a especialização nas exportações dos produtos que reúnem mais vantagens comparativas, uma vez que este é o único que continua sendo competitivo com uma moeda nacional sobrevalorizada. As moedas estrangeiras baratas alimentam as exportações e desestimulam a atividade industrial não competitiva, cuja expansão bloqueia o aproveitamento das vantagens comparativas. Neste caso, o tipo de câmbio cumpre a mesma função que o abrandamento da proteção alfandegária.

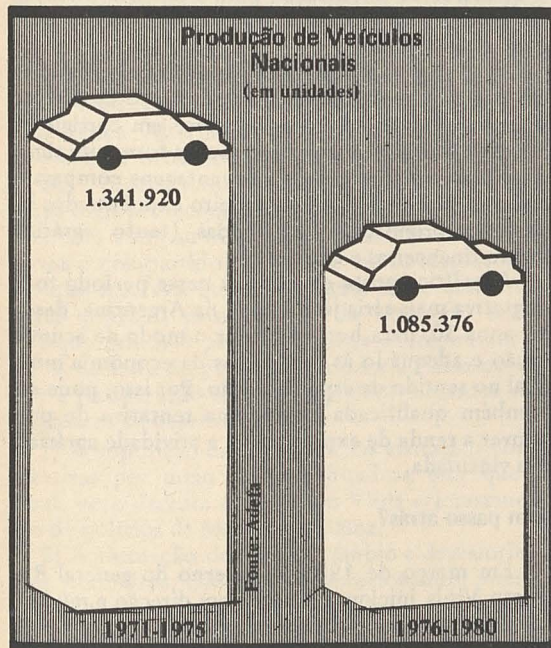
Por último, o tipo de câmbio sobrevalorizado promove o crescimento do mercado financeiro, necessário para dar saída ao excedente monetário (sobretudo as rendas da exportação) que não pode ser investido em atividades internas bloqueadas. Por sua vez, o aporte dos capitais externos especulativos mantém as reservas altas e a moeda nacional valorizada. Constituem uma espécie de segurança complementar contra as dificuldades conjunturais que possam defrontar as exportações dos produtos com vantagem comparativa.

Para onde vão os agrodólares?

Quanto à concentração já dissemos que ela impulsiona a especialização no mercado mundial. A indústria deve concentrar-se e deixar de ser extensiva para evitar que crie obstáculos à chamada vantagem comparativa. Uma das consequências da redução da atividade industrial é o desemprego e, isso, contribui para diminuir os custos salariais.

No plano da economia agrária, a concentração não é menos importante: o princípio da vantagem comparativa não funciona para felicidade da humanidade, nem para o regozijo dos agricultores do país onde sua aplicação ocorre. Na medida em que esta política econômica se associa à concentração do capital, seu objetivo é conseguir uma espécie de pacto entre os grandes capitais mundiais, no seio de uma economia internacional mais integrada e regida por uma determinada divisão internacional do trabalho.

Num país com vantagens comparativas agrárias, tais capitais não estariam representados por todos os produtores agropecuários, mas pelos que têm o monopólio dos recursos naturais, o que permite a obtenção da renda diferencial. Este recurso é a terra. Seus donos são os latifundiários. Sua base de sustentação são as grandes extensões de terra e o



cultivo extensivo. Por isso, a vantagem comparativa não favorece da mesma maneira o setor agrário em seu conjunto, mas sim em primeiro lugar à burguesia latifundiária. Como consequência dessa complexa estrutura econômica, o mercado financeiro é o lugar onde os agrodólares (ou mais exatamente a renda diferencial recebida no país) se articulam com a inversão financeira internacional. Ambas são parte dessa nova articulação entre os grandes capitais mundiais. Se outros capitais podem reproduzir-se nesse mercado, é possível que isso seja aleatório (como sucedeu com o capital financeiro em ascensão que quebrou), isto é, persistirá enquanto não constituir obstáculo ao sistema de acumulação central. O crescimento interno bloqueado estimulou a especulação e associou o capital financeiro internacional com o usufruto das vantagens comparativas baseadas na renda e no agro como não podia deixar de ser.

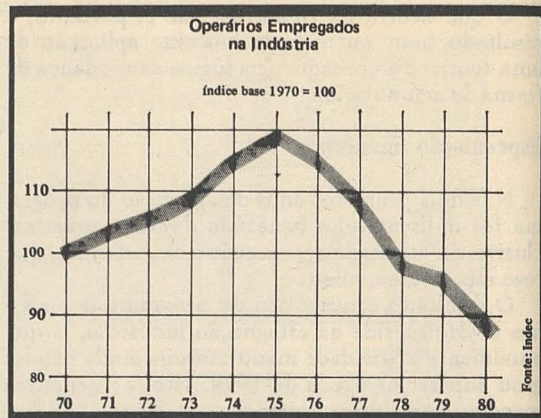
Rebelião da burguesia

Em 1976, a grande burguesia industrial argentina aceitou a aplicação da estratégia das vantagens comparativas para liquidar o processo populista e a influência operária. Se supunha que o processo de concentração que ia ser deflagrado só prejudicaria as pequenas e médias empresas, fortalecendo a capacidade geral de acumulação industrial. Porém, a unilateralização da estrutura produtiva gerou a oposição generalizada da burguesia industrial, já que prejudicou a maior parte dos empreendimentos do setor. Este foi o motivo decisivo da substituição de Martínez de Hoz e do questionamento a fundo de sua política econômica.

Nos primeiros anos de gestão, Martínez de Hoz teve grande respaldo do conjunto da burguesia e de amplo setor da pequena burguesia. Seu programa projetava a imagem da ordem futura: adequação à tendência dominante do capitalismo mundial, homogeneização do modo de acumulação (atividade agrária competitiva com indústria seletiva), possibilidade de contar com altas reservas de dinheiro mundial, um mercado financeiro em expansão e a perspectiva de reduzir o peso social e político da classe operária.

Para os seus ideólogos, a modernização do capitalismo argentino em função das tendências mundiais dominantes conduziria a um período de progresso. Na verdade, o capitalismo subdesenvolvido subordinado plenamente ao mercado mundial conduziu à limitação da estrutura produtiva. Isto se deve aos seguintes fatores:

1) O comércio mundial capitalista perpetua a especialização que, se estiver baseada em bens primários, desestimula as atividades não catalogadas na vantagem comparativa. O resultado, na Argentina, foi o verdadeiro estreitamento do mercado in-



terno e a estagnação da indústria. A renda agrária não teve meios para transferir-se para a indústria num mercado deprimido.

2) Num país cuja estrutura agrária está caracterizada pelo latifúndio, o cultivo extensivo e arrendamento, a renda agrária se concentra num núcleo pequeno de grandes proprietários. As outras atividades com possibilidade de expansão (o comércio de importação e a atividade financeira) também não têm interesse em estimular a indústria. O bloqueio do mercado interno pela aplicação exacerbada do princípio das vantagens comparativas e as consequências da política antiinflacionária monetarista e de importações maciças desviam os agrodólares (vendas de exportação), as rendas financeiras e os lucros de importação para o circuito financeiro ou para as inversões imobiliárias, únicas com alta rentabilidade.

3) A equipe que conduziu a política econômica no período compreendido entre março de 1976 e março de 1981 não teve interesse em corrigir ou dar flexibilidade, mesmo que numa forma mínima, à aplicação do princípio das vantagens comparativas porque este era um verdadeiro expoente dos interesses originados nas rendas (tanto agrárias, como financeiras e comerciais).

A política posta em prática neste período foi a tentativa mais séria já efetuada na Argentina, desde os anos 30, para homogeneizar o modo de acumulação e adequá-lo às tendências da economia mundial no sentido da especialização. Por isso, pode ser também qualificada como uma tentativa de promover a renda de exportação e a atividade agrária a ela vinculada.

Um passo atrás?

Em março de 1981, o governo do general Roberto Viola iniciou a marcha em direção a mudanças drásticas na política econômica. O preço das divisas foi atualizado com sucessivas desvaloriza-

ções do peso. As novas autoridades se comprometeram também com a reparação dos erros cometidos no período de Martínez de Hoz e com estímulos à economia. As divergências no seio da nova equipe e a divisão da pasta da economia em ministérios setoriais sugerem que existe uma tentativa de se obter consenso entre interesses divergentes. Nesse sentido, o governo do general Viola é, com relação ao de Videla, uma volta ao passado que teoricamente deveria culminar com maior abertura política.

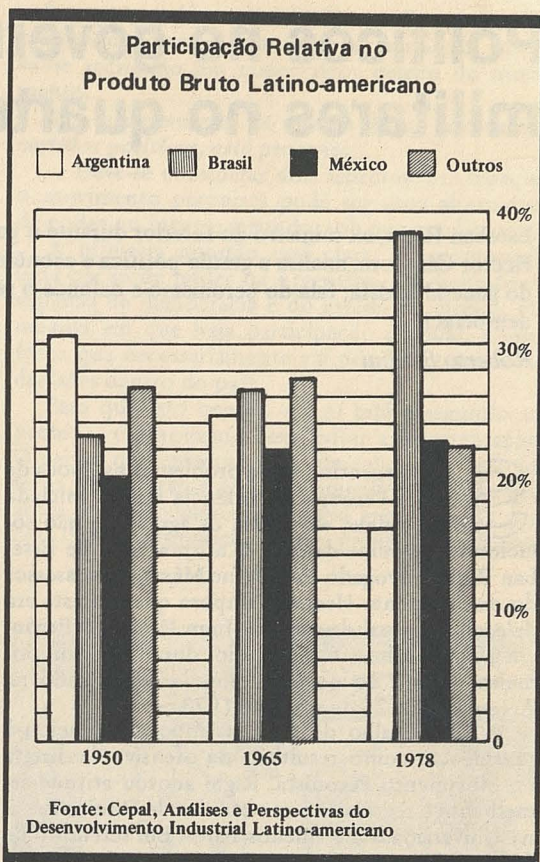
Porém, a volta é pouco menos que impossível. As mudanças introduzidas no período de Martínez de Hoz são, em grande medida, difíceis de reverter. Exemplos: a promoção das vantagens comparativas, a redução das barreiras alfandegárias e o processo de concentração. Sem dúvida, é possível esperar uma relativização da política anterior. O governo do general Viola se inscreve numa nova linha apresentada pelo capitalismo mundial de reação ante as políticas monetaristas, que geraram mais de 25 milhões de desempregados nos países capitalistas industrializados.

A lógica do capital ou a ditadura do mercado dificilmente podem chegar até o final. As reações políticas e sociais obrigam o capitalismo a dar flexibilidade aos seus objetivos para resguardar-se da mesma anarquia capitalista e do perigo revolucionário. Já se observa tal reação, que começa a contar com base ideológica de apoio. Os economistas de *Cambridge* (do *Cambridge Journal of Economics*) estão incentivando a reativação da economia, um maior protecionismo e o controle das importações dentro do que Bernard Cassen denominou, em artigo publicado no *Le Monde*, como "uma estratégia de mudança no sentido da esquerda". A versão mais extrema desta orientação é a "Estratégia Econômica Alternativa", elaborada pelo Partido Trabalhista britânico.

Se o capitalismo mundial se prepara para uma etapa mais protecionista, pode esperar-se na Argentina uma volta ao modo de acumulação não homogêneo e compartilhado, ainda que em condições muito mais instáveis que no passado. Se se descarta a curto prazo a possibilidade da revolução social (porque esta não pode originar-se do espontaneísmo e na falta de uma direção para a classe operária) a recuperação capitalista poderá encontrar vias diferentes de desenvolvimento:

1) A imposição da estratégia das vantagens comparativas por meio de uma ditadura pior que a atual, uma derrota do governo Viola e a restauração da política de Martínez de Hoz.

2) A flutuação do tipo de câmbio e desvalorizações periódicas, com maior protecionismo, porém sem mudanças de grande alcance que impliquem uma volta à acumulação não homogênea e compartilhada, ainda que dentro de limites estreitos e tentan-



do conservar o estímulo às vantagens comparativas. A esta situação a política do general Viola pode chegar a curto prazo.

3) Uma reforma profunda no capitalismo argentino. Se afirmaria a preponderância das vantagens comparativas, mas seus frutos seriam divididos pela sociedade como um todo. Para isso, o Estado teria de apropriar-se de parte da renda agrária diferencial, que seria destinada a capitalizar a indústria com margens de proteção mais elevadas, e a promover uma certa distribuição das receitas para garantir o mercado interno. Neste caso o exercício das vantagens comparativas não obstruiria a expansão interna e se combinaria com uma nova estrutura protecionista e com a crescente intervenção do Estado. Se for proposto um programa deste tipo à sociedade argentina, se poderia assimilá-lo, numa certa medida, ao da esquerda trabalhista britânica.

O futuro imediato da Argentina dependerá da dimensão das reações sociais ante o ajuste que se seguiu ao programa de Martínez de Hoz e ante os novos rumos da economia mundial nesta fase de crise. Dependerá, de fato, das disputas intraburguesas e da luta da classe operária argentina. □

Políticos no governo, militares no quartel

A BANCAROTA
ARGENTINA

Esteban Righi, ex-ministro do Interior durante o governo de Hector Cámpora, analisa a gestão política e econômica do general Videla, fala do peronismo e defende o retorno à democracia

Roberto Bardini

S Se a Argentina tinha problemas na época de Isabel Perón, a experiência militar iniciada por Videla, em 1976, os agravou e não solucionou nenhum deles". A afirmação é de Esteban Righi, advogado exilado no México, ex-assessor do ex-presidente Hector Cámpora quando este era delegado pessoal do general Juan Domingo Perón, em 1971, e Ministro do Interior durante os dois primeiros meses do governo popular instaurado na Argentina em 25 de maio de 1973.

A 13 de julho de 1973, Cámpora renunciou à presidência como resultado da ofensiva da direita do Movimento Peronista. Righi adotou atitude semelhante e regressou a sua cátedra de Direito Penal na Universidade de Buenos Aires. Em setembro de 1974, a Aliança Anticomunista Argentina (Tríplice A) já havia feito grande número de vítimas e o ex-funcionário refugiava-se na Embaixada do México, país para o qual viajou posteriormente.

Na generosa terra azteca, Righi trabalha como professor universitário. Foi presidente do Comitê Argentino de Solidariedade (CAS) e, com as devidas limitações, dedica-se a atividades políticas no exílio.

Doutor Righi, por que Isabel Perón caiu em março de 1976?

— O pretexto do golpe — existência de um "vazio de poder" dentro do governo — ficou sem validade a partir da gestão da Junta Militar. Tornou-se claro, uma vez mais, o fato de que os militares tomaram o poder porque esta era a sua vocação. Isabel somente lhes tornou propícia a ocasião; porém, de forma alguma é correta a tese oficial segundo a qual "não tiveram outro remédio senão tomar a seu cargo a gestão pública".

Isabel Perón abandonou o que deveria ter sido sua política. Sua queda — no mais absoluto isolamento, sem ninguém que a defendesse — foi um dos preços que teve de pagar. Provavelmente ela acabaria caindo mas, na realidade, cairia por defender suas bandeiras e não por abandoná-las.

Porém, nenhuma das críticas que possam ser feitas à gestão de Isabel legitimam o golpe de Estado. E se a Argentina tinha problemas em 1976, a experiência militar agravou-os e não solucionou nenhum deles.

Videla: um balanço negativo

Em 29 de março deste ano, o general Roberto Viola assumiu a presidência da Argentina, iniciando uma "segunda etapa" do governo militar. Qual é, na sua opinião, o balanço da "primeira etapa", aquela nascida do golpe de Estado de março de 1976?

— O balanço global é negativo, a meu ver. A realidade demonstra isso e, inclusive, foi reconhecido por alguns protagonistas da experiência. O governo se manteve na solidão e no isolamento. Somente setores muito minoritários e com limitada representatividade aderiram à experiência de março de 1976.

Foi no plano econômico que os militares desenvolveram uma política mais agressiva. Aproveitaram a paralisia política e a absoluta ausência de participação para levar adiante um plano econômico inaplicável em um esquema democrático. Se as forças sociais tivessem condições de se manifestar, esse plano não poderia ter sido concretizado. Só foi viável acompanhado de uma brutal repressão, sem precedentes.

Nesse contexto, o plano econômico foi em frente sem atender reclamações. Se no princípio contou com algum apoio em certos setores econômicos, depois o perdeu.

Qual foi a principal diretriz do plano econômico do ministro Alfredo Martínez de Hoz?

— Desde o começo, o modelo econômico da Junta Militar teve um claro antagonista nos setores operários, que foram os diretamente prejudicados pela gestão de Martínez de Hoz. Porém, progressivamente, passaram para a oposição outros setores sociais afetados por uma política que, definitiva-

mente, só favorecia aos que não trabalhavam. Ou seja: todas as pessoas ligadas à produção, em qualquer uma de suas formas, eram prejudicadas, beneficiando-se apenas os setores especulativos, isto é, financeiros. Todavia, curiosamente, a experiência termina com uma tremenda crise financeira. Isto é, o único setor que lucrava com o modelo entra em crise com a falência de importantes bancos e empresas financeiras.

O autoritarismo repressivo que caracterizava os campos político e social, também foi utilizado no plano econômico. Não se consultava ninguém. Era a imposição de um modelo elaborado por um grupo de "iluminados" que manipulava o Ministério da Economia e que contava com a "luz verde" do governo como nunca outra equipe econômica conseguiu nos últimos tempos.

Quais estão sendo os efeitos, na Argentina, da subida de Ronald Reagan ao governo dos Estados Unidos?

— A vitória de Reagan teve, desde o princípio, um efeito psicológico entre os militares argentinos. A Junta quis aparentar que estava associada ao triunfo republicano desde a época da campanha eleitoral. Isto foi consequência das dificuldades criadas pela política de direitos humanos de Carter. A vitória de Reagan foi "vivida" pelos militares argentinos como um triunfo próprio. As pressões sofridas por Videla durante a administração Carter, provenientes sobretudo do Departamento de Estado, serão poupadas ao general Viola. Isto foi assegurado pela nova administração.

O peronismo

Há quase 35 anos o peronismo é uma das forças políticas mais importantes da Argentina e também uma das mais proscritas. Ao mesmo tempo, é um movimento que aglutina setores sociais diversos, cujos interesses — em alguns casos — são opostos. Como o sr. vê o papel que o movimento peronista pode representar sob o governo de Viola?

— O movimento peronista viveu duas importantes crises em épocas recentes: a morte do general Perón e a perda do aparelho de Estado em março de 1976. Isto provocou certa estagnação nos primeiros anos do governo de Videla. O peronismo tardou em recompor-se a nível de direção. Porém, há um importante episódio em sua recuperação: o documento que o peronismo apresentou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA, quando esta visitou a Argentina.

Este documento situa o peronismo como um movimento claramente contrário aos militares. A partir daí, sua direção provisória — assumida por Deolindo Bittel — aparece como cabeça do pólo opositor. Na medida em que o peronismo continua sendo o movimento popular mais importante do

país e que manifestações como este documento interpretam corretamente as expectativas do povo, vai-se recriando um maior vigor dentro do movimento.

Mas o peronismo, da mesma forma que outros partidos políticos, está proscrito...

— Deve-se considerar dois aspectos: primeiro, se o movimento peronista pode ser uma alternativa de poder no futuro; segundo, sob que condições.

A primeira questão está clara: o peronismo é uma opção de poder na Argentina, condicionada à vigência da democracia e do estado de direito. Na medida em que haja participação popular, é uma força que necessariamente vai pesar na tomada de decisões dentro do país.

Para que isto ocorra — e aí está o segundo aspecto —, o peronismo deve evitar a fragmentação. O perigo que enfrenta o movimento é a divisão interna. A questão é como conseguir a unidade que antes, tradicionalmente, estava representada por um líder carismático. Nesse grande movimento



Perón morto: um legado que ainda é uma opção de poder

pluralista, a única forma de manter a coesão foi através de uma liderança indiscutível. A partir de agora, o peronismo deve iniciar uma transformação em sua forma de atuar. De um movimento conduzido por um líder, deve passar a ser uma força cuja direção surja de um processo democrático interno.

De que forma o peronismo pode transformar-se em um interlocutor válido frente aos militares?

— Para as ditaduras sempre houve peronistas “bons” e “maus”. Os “bons” eram os que estavam dispostos a chegar a um acordo com o governo e os “maus” aqueles que adotavam uma atitude de intransigente oposição. Frente a isto, a estratégia também passa pela unidade: um processo unitário do peronismo impede e neutraliza as possibilidades de fragmentação que podem originar-se a partir de uma manobra oficial.

Durante a época de Videla, todo o peronismo era “mau”. Hoje há alguns sintomas diferentes. Nisto influiu a atuação de alguns peronistas — “bons” — que se identificaram com o governo desacatando a vocação da massa peronista de se manter na oposição.

É provável que o novo governo de Viola tente o recrutamento de certos peronistas para um projeto de continuísmo. Porém, se o movimento se manter ferrenhamente unido através de seus principais grupos internos e se, além do mais, houver garantias de que as decisões serão tomadas democraticamente... alguns peronistas poderão participar de um processo de convergência com a ditadura, mas isto será uma exceção insignificante.

Assim, caso continue um esquema de governo autoritário no plano político, liberal no econômico, sem participação popular e hostil para os sindicatos, é muito difícil que um peronista — ainda que dos “bons” — possa apoiar o regime.

A criação de uma Frente Nacional

Como o sr. vê o desenvolvimento dos demais partidos políticos, especialmente o da União Cívica Radical do Povo (UCRP), a segunda força importante do país?

— Para os demais partidos políticos uma das estratégias possíveis é um processo de união. É possível que possam ser reeditadas experiências positivas anteriores, como as do princípio da década de 70: a Hora do Povo, a Frente Cívica de Libertação Nacional (Frecilina) e a Frente Justicialista de Libertação (Frejuli), que foram coalizões de vários partidos com representação significativa. Ultimamente, foram firmadas propostas conjuntas, criando-se um grupo de trabalho para redigir um documento que expressará uma estratégia comum das organizações políticas.

Um dos obstáculos a este processo de convergência — que, na minha opinião, deveria ter sido

iniciado muito antes — é a atuação da União Cívica Radical do Povo, liderada por Ricardo Balbín. O radicalismo tem que optar entre oferecer-se como saída aos militares — repetindo experiências anteriores, quando este partido teve um Ministro do Interior no governo das Forças Armadas — ou, ao contrário, extrair as lições decorrentes desse apoio e participar de um processo de união.

Para isto, é necessário uma autocrítica dos radicais. Eles têm que compreender que o seu lugar é junto ao povo e não contra ele. Lamentavelmente, a atuação de Ricardo Balbín não faz com que a UCRP fique a favor das causas populares.

Viola e o continuísmo

O plano do general Roberto Viola oferece unicamente um estatuto aos partidos políticos e, eventualmente, um processo de reorganização interna dos sindicatos. E tudo isto em um período de três anos. Como alternativa, é bastante raquítica...

— A pergunta que fazem muitos setores políticos é se o novo governo será diferente do anterior ou se é o mesmo com uma mudança de figuras. Quem melhor pode responder a isto são os principais protagonistas. Eles asseguram que o governo de Viola é um governo de continuidade. E não há dúvidas: dizem a verdade.

Porém, o poder desgasta. E na Argentina está demonstrado que esta é uma dificuldade para quem governa à margem do povo. A Argentina é, além disso, um país difícil de se governar. Viola representa a continuidade, mas já não pode governar o país como na época de Videla. É necessário abrir comportas, permitir formas de participação.



Righi e Cámpora: vítimas do regime militar

Os militares fizeram afirmações — mais ou menos retóricas mas bastante repetidas nos últimos anos — que deverão ser reformuladas. Dizem que o “interesse nacional” requer determinada política. Entretanto, até onde o “interesse nacional” é superior a todos os outros que coexistem na sociedade argentina? Em toda sociedade há diversos interesses: o dos trabalhadores, dos empresários, dos estudantes, dos militares. Não creio que haja um “interesse nacional” que sintetize todos.

“Confiar na democracia”

No caso de se abrir um processo democrático gradual que permitisse a participação dos partidos políticos e outras forças, que se passaria, na sua opinião, com o aparelho repressivo, com a vocação dos militares pelo poder e com a mentalidade do exército?

— Na Argentina houve um sério duelo nos setores populares sobre a forma de acesso ao poder. No entanto, acredito que esse tema está resolvido: as experiências de violência ficaram superadas pela

realidade. A única forma que têm os setores populares para chegar ao poder na Argentina é a democracia. A história argentina demonstra que quando prevalecem os esquemas democráticos, o povo governa; se prevalecem os esquemas de violência são os setores minoritários que governam.

Naturalmente, a via democrática tem seus limites, como a manutenção do aparelho repressivo que, normalmente, não está em consonância com os interesses populares. Esta preocupação nós vivemos durante o governo de Cámpora. Quando reformulamos a política de segurança interna nos preocupamos em deixar claro que a forma de se garantir uma ordem democrática é diferente da forma de se garantir uma ordem ditatorial.

Que possibilidade tem um governo democrático de levar adiante uma política de segurança também democrática, quando ela tem que ser instrumentalizada através de gente acostumada a esquemas repressivos?

— Este é um dos problemas mais sérios. Não há outro recurso senão confiar na democracia e não recorrer à ruptura deste processo. □

Emergência nacional

O líder da UCR, Raúl Alfonsín, considera a crise atual como a mais profunda já vivida pelo país e acha fundamental um acordo entre peronistas e radicais para superá-la

Luis Adolfo Galván

“O problema do país é fundamentalmente político. A Argentina é dominada por uma oligarquia que já não é mais de base militar, mas sim financeira, e que necessita estar próxima dos governos ou de governar para impor melhores condições à sua especulação. Existe a decisão de transformar-nos em um país pequeno e dominado” — afirmou o ex-senador da União Cívica Radical (UCR), Raúl Alfonsín.

“Esta oligarquia está desprestigiada na esterilidade da especulação e, assim, não pode submeter-se ao julgamento do povo. Por não terem votos, buscam as botas, e tentam utilizar as Forças Armadas como braço armado de um esquema de exploração social, através do qual eles seguem gozando, como verdadeiros privilegiados, do status-quo” — frisou Alfonsín.

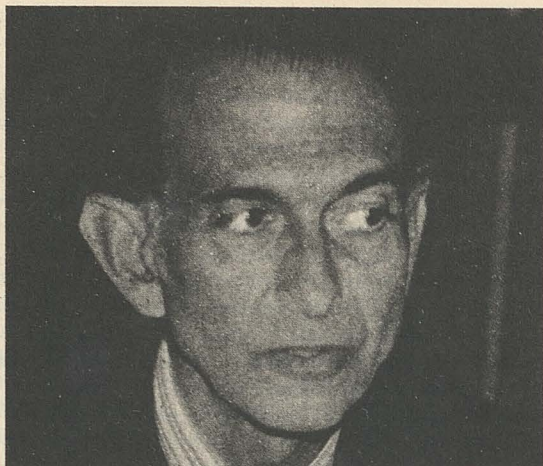
“O epicentro da problemática é político, já que este plano e a imposição destas linhas econômicas não poderiam ser concretizadas, sob nenhuma hi-

pótese, dentro de uma democracia” — justificou o dirigente do Partido União Cívica Radical.

Esta é a síntese do pensamento de Alfonsín sobre os temas em debate na Argentina de hoje. Aqui estão as suas principais opiniões:

Relações com o peronismo: O desencontro das maiorias (peronistas e radicais) tornou possível a imposição de uma minoria. Nós temos defendido sempre os valores básicos da democracia. O fato do peronismo ter tido alguns ingredientes que — pelo menos na sua práxis — não estivessem de acordo com as necessidades de uma democracia, obrigou o radicalismo a enfrentá-lo. Mas seria absurdo analisar o peronismo a partir deste único ponto de vista, porque, ao mesmo tempo, ele possibilitou um grande avanço social. Houve, então, gente que se aproximou de nós, mas não para lutar contra o mal que o peronismo poderia ter, e sim contra o que ele trazia de bom. Vivemos assim essa etapa de desencontros.

A BANCARROTA
ARGENTINA



Martínez de Hoz: diretrizes econômicas impossíveis de serem aceitas numa democracia

As Forças Armadas: Desde 1930 elas estão acostumadas a se sentir donas da verdade absoluta e a atuar como se a sua presença fosse indispensável para garantir o que os militares chamam de “estilo de vida ocidental e cristão”.

A violência política: É outro dos fatores que conduziram à atual situação, já que deu à oligarquia e à reação em geral a desculpa para chegar a um ponto onde nunca tinham podido ir antes.

A política econômica: O plano econômico (de Martínez de Hoz) não poderia ser aplicado sob um regime democrático. Não teria condições de sustentação em nenhum Congresso sem ser vetado. Se os trabalhadores gozassem dos direitos fundamentais que lhes outorga a Constituição, haveria uma pressão legítima que teria impedido a concretização dessa política econômica.

Restauração oligárquica: A restauração da oligarquia que vivemos hoje é muito mais grave que a de 1930. A primeira veio depois de 50 anos de ascenso do país e a de hoje chega após 50 anos de decadência nacional.

Este é o resumo, a história de todos os nossos males de meio século. O produto, é este desastre. O país vive sua crise mais profunda, uma verdadeira emergência nacional. Em cinco anos a Argentina cresceu uns sete por cento, enquanto que o resto da América Latina cresceu uns 30%. Em 1979, somente superamos a Nicarágua no crescimento do PIB. Enquanto nós suportamos uma recessão tremenda, o Brasil implantou em seu território, nos últimos cinco anos, a mesma quantidade de indústrias que a Argentina vem implantando de 1900 até hoje.

Alternativas: A busca de uma solução requer uma atitude pragmática, que implica uma intervenção do Estado na economia, muito diferente da atual,

com o propósito fundamental de conseguir um aumento importante no salário real dos trabalhadores, não só por razões éticas, mas principalmente porque é indispensável para a sobrevivência de muitas empresas. O fortalecimento do mercado só será atingido sobre a base de um aumento do poder aquisitivo do povo.

Abertura política: Nossas Forças Armadas têm dois projetos. Analisados superficialmente pode-se dizer que existem dois grupos: os duros e os moderados. Os primeiros não querem nenhuma abertura e chegam até o extremismo de direita. Os moderados buscam uma espécie de pseudodemocracia, onde a oligarquia não corra riscos. A resposta não pode ser outra: a formação de um pólo de poder civil que permita impor condições. Trata-se de conseguir algum tipo de solução através de uma adequada correlação de forças e não de ser o reboque de nenhum desses dois projetos.

Interesses estrangeiros: Aqui deve-se levar em conta que através da nova divisão internacional do trabalho e da teoria das vantagens comparativas, deu-se importância a interesses extranacionais. O capital estrangeiro aplaudiu esta política, que proporcionava a abertura irrestrita sem exigir uma decisão semelhante nos países que mantêm permanentemente as suas portas fechadas aos nossos produtos, como a Comunidade Econômica Européia e os Estados Unidos. Grandes capitais internacionais ganharam aqui até 100% em divisas fortes com sua especulação.

Desvalorização: Para sair da crise deve-se, antes de mais nada, dar um giro de 180 graus na filosofia que permite, entre outras coisas, que o Estado não regule a taxa de juros, instrumento fundamental da nossa economia. Qualquer um especula com moeda estrangeira. Na semana anterior à última desvalorização saíram do país 600 milhões de dólares, o que significa que os especuladores ganharam 180 milhões nessa moeda. Quando aconteceu a desvalorização, os produtores já tinham vendido a maior parte de sua colheita para os exportadores, que, assim, ganharam mais de um bilhão de dólares. Em qualquer outro país isto significaria a queda do governo.

Fascismo: Nossa sociedade é anônima. Aqui havia muito medo. Um medo legítimo. Estamos saindo de um banho de sangue. A grave situação de emergência da nossa sociedade me preocupa muito mais que a emergência econômica.

Nossa sociedade está cansada de viver subjugada. Aqui não estamos longe — queira Deus que eu esteja enganado — de entrar num momento social propício ao aparecimento do fascismo com todas as suas características sociais e políticas. Estamos hipotecando nestes anos o futuro de nossos filhos. Há, no entanto, a possibilidade concreta de que vivam 20 anos sob um regime fascista. □

Educação: uma ameaça ao regime

A BANCARROTA
ARGENTINA

Para o governo, a educação é um problema de segurança nacional: os analfabetos aumentam, os estudantes diminuem, são publicados menos livros e até as crianças são submetidas à disciplina militar na escola

Dora Guagnini

Os professores, numa província do nordeste argentino, revelaram que receberam ordem de dar um ensino mínimo, para fazer com que os jovens comecem mais cedo a trabalhar como peões e não aspirem a destinos melhores na cidade."

Esta denúncia do objetivo que guia a política educacional na Argentina de hoje foi publicada no suplemento de cultura do jornal *Clarín*, de Buenos Aires, no dia 2 de outubro de 1980. É só um testemunho entre muitos outros registrados no decorrer dos últimos cinco anos, durante os quais o sistema educacional sofreu gravíssimas limitações: redução do seu orçamento (em termos relativos é o menor dos últimos 50 anos), diminuição do número de vagas nas universidades estatais, fechamento da Universidade Nacional de Luján sem nenhuma justificativa válida, aumento da evasão escolar em todos os níveis e menor acesso ao ensino secundário e técnico.

Um sistema despedaçado

Na realidade, o único "projeto" do governo militar argentino para a educação é a repressão em todos os níveis. Sua política educacional tem como base ideológica a Doutrina de Segurança Nacional e é coerente com o esquema econômico aplicado no país.

A prática desta política determinou a transformação do sistema educacional, no seu conjunto, em "um sistema despedaçado que nesse momento se encontra à beira da desintegração", como afirmou em seu editorial do dia 13 de janeiro de 1980 o diário *Buenos Aires Herald*. Depois de uma séria análise, o jornal concluiu:

"A deterioração generalizada da educação primária para a ampla maioria de crianças que não pode estudar em colégios pagos, a brusca queda das inscrições universitárias e o crescente ritmo de evasão escolar, ameaçam transformar a Argentina nu-

ma terra de analfabetos e semi-analfabetos, completamente incapazes de satisfazer as exigências da vida do final do século XX."

De fato, em 1979 o número de analfabetos no país, segundo estatísticas oficiais, chegou a 2,4 milhões, isto é, alcançou nove por cento da população. No nível primário, a evasão escolar alcançou 52%; no nível médio, chegou a 40%; no setor universitário foi de 60%, aproximadamente. Além disso, decaiu acentuadamente a inscrição de estudantes nos vários níveis escolares.

Entre 1970 e 1977, o crescimento da população total do país foi ligeiramente inferior a 13%, enquanto que o ensino médio cresceu mais de 41%. Nos três primeiros anos de governo militar, ao contrário, o crescimento da população total foi de 3,58%, enquanto que a população inscrita no mesmo nível de ensino decresceu quatro vezes: em princípios de 1979 houve diminuição de 90 mil alunos no ensino médio em relação a 1977. Na Universidade a redução foi de 150 mil alunos.

O Ministro da Educação, com um cinismo raro na história, exortou os comerciantes e industriais a "não disputar as crianças com a escola, já que o oferecimento de trabalho tenta a família, ansiosa por uma melhor renda". E com um cinismo ainda maior, referiu-se ao sistema universitário: afirmou que só devem ascender àquele nível os que têm capacidade de enfrentá-lo economicamente.

"A criança e o exército"

Mas não são somente os aspectos quantitativos que têm sofrido graves limitações. O governo militar tenta controlar e doutrinar crianças e jovens através das estruturas escolares. Alguns exemplos são claros: a organização de turmas e concursos sobre temas relacionados com o conceito de "autoridade", com a "idéia de Forças Armadas", com a "noção de Estado" etc. Os trabalhos dos alunos são enviados aos escritórios centrais do Ministério

da Cultura e Educação, que concede prêmios aos melhores.

Que intenção está por trás desses concursos? Poderíamos suspeitar de várias, das quais uma delas é inegável: as redações das crianças servem para detectar o que se pensa na Argentina e para controlar os possíveis inimigos do regime. Recentemente, o Alto Comando do Exército e o Ministério da Cultura e Educação organizaram um concurso sobre o tema "A criança, a escola e o exército". O júri que dará os prêmios será formado por membros do exército e professores.

O ex-ministro da Cultura e Educação, doutor Llerena Amadeo, criou uma Comissão Orientadora dos Meios Educacionais (resolução de 15 de julho de 1980). Sua função básica é propor textos e materiais didáticos que serão de "uso recomendado". O diário *La Nación*, de Buenos Aires, em seu editorial de 7 de outubro de 1980, fala sobre essa medida: "O Ministro não se atreveu a colocar, franca e abertamente, sob prévia aprovação oficial, o uso de qualquer livro de texto ou de consulta do ensino médio. Recorreu, assim, a uma solução tendenciosa: a criação de uma comissão encarregada de 'recomendar' ou não esses textos(...) num procedimento equívoco que lesará muito mais a dignidade dos professores."

Sempre nesta linha de doutrinação ideológica, a resolução do Ministério da Cultura e Educação número 1709/80, de 16 de setembro do ano passado, inclui no "programa" do curso de História do terceiro ano do ciclo médio o seguinte tema: "A agressão e a derrota da subversão marxista". Ao mesmo tempo, incorpora como bibliografia os seguintes documentos: "O terrorismo na Argentina", editado pelo Poder Executivo Nacional (PEN), setembro de 1979; "Subversão no âmbito da educação" (Conheçamos o nosso inimigo), Ministério da Cultura e Educação, 1977; "O Exército de hoje" (Páginas de sua História), Comando Geral do Exército, 1976; "Notas sobre a resposta à Comissão de Direitos Humanos da OEA", PEN, 1980.

Sobre esse mesmo assunto, deve-se lembrar que o informe redigido pela Comissão da OEA foi proibido na Argentina. Os jovens lerão somente o ponto de vista da Junta Militar de Governo e não terão acesso às sérias críticas feitas pela Organização dos Estados Americanos.

Cabelo, corte militar

As medidas repressivas atingiram também outros níveis: a Direção Nacional de Ensino Médio do Ministério da Cultura e Educação sancionou em 1979 um regulamento de "disciplina", que impõe permanentemente para os alunos do sexo masculino o uso de camisa, gravata e paletó; proíbe o uso de barba; e, para ambos os sexos, proíbe as calças

"tipo vaqueiro" (*blue-jeans*). Pelo mesmo regulamento, os alunos não podem realizar reivindicações coletivas, devem pedir autorização escrita do diretor de cada colégio para distribuir qualquer tipo de impresso, devem se pôr de pé cada vez que entre ou saia da sala de aula alguma autoridade, professor ou personalidade (circular 137/79).

Atualmente estas práticas foram estendidas à escola primária, onde, em alguns casos, dependendo da rigidez do corpo diretor, chega-se a determinar para cada turma um lugar preciso no pátio de recreação. Se um aluno do segundo grau quer brincar ou conversar com seu irmão ou com um amigo que frequenta outra série ou outro grau, não pode fazê-lo livremente. Da mesma forma, para ir ao banheiro, cada criança deve pedir permissão aos professores de cada uma das turmas por onde passe. O corte de cabelo obrigatório, ainda na escola primária é o chamado "cadete", tradicionalmente adotado pelos militares.

Não podemos esquecer, além disso, que a instrumentação destas medidas político-administrativas foram acompanhadas pelo assassinato, seqüestro, desaparecimento ou prisão de um extenso número de professores primários, secundários e universitários, estudantes e trabalhadores do ensino em geral. Como exemplo recordamos o caso de Juan Angel Nougues, estudante da província de Tucumán, de 14 anos, sequestrado diante do diretor e de seus horrorizados companheiros de classe quando saía da escola; há também o caso do professor e escritor Roberto Jorge Santoro, sequestrado na "Escola Técnica Frei Luis Beltrán" enquanto dava o seu curso habitual, depois dos agentes de repressão terem amarrado todo o pessoal da secretaria para que não existisse a possibilidade de alguém ligado ao professor ser imediatamente alertado.

O delegado militar no Conselho Nacional de Educação Técnica, coronel Héctor Laborda, através da circular de 13/5/76, proibiu todas as atividades políticas e sindicais, considerando-as "incompatíveis com as tarefas educativas". Na prática, esta medida permitiu a aplicação da lei de prescindibilidade e a de não renovação dos contratos "mesmo no caso de cargos vagos".

A mesma política foi adotada em todos os setores da educação. Em 1980, professores universitários que tinham sido membros suplentes de mesa de exames no período 1973-76, quando se admitiu a prática do exame em grupo, foram alijados da universidade, acusados de "vinculação com a subversão".

O ex-ministro da Cultura e Educação, Ricardo Pedro Bruera, declarou abertamente: "O problema educacional significa particularmente para a Argentina um caso de mais de Segurança Nacional."

Os chefes da subversão

A BANCARROTA
ARGENTINA

A expropriação da burguesia, sonho de muitas vanguardas políticas revolucionárias, é levada à prática pelos mais insuspeitos "subversivos". A herança trágica do general Videla e o fantasma do fascismo com apoio de massas

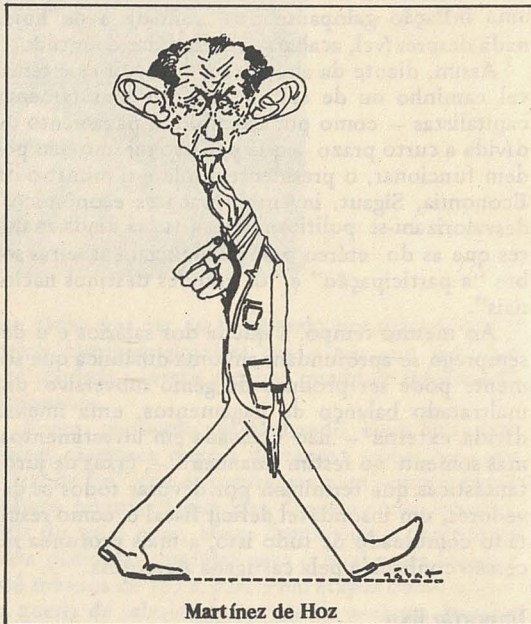
Juan Sauna

Os generais Harguindeguy, Nicolaidis e outros ilustres paladinos da civilização ocidental-cristã têm clamado no deserto por algo que somente agora — tarde e arrependidos — descobrimos o quanto era certo: a onipresença da subversão, as mil caras com que costuma se disfarçar para ocultar os seus perversos propósitos e a diabólica habilidade com que opera. Somente agora descobrimos que, enquanto criava manobras de diversão nas fábricas, nas universidades, na cultura e em outras áreas, a subversão realizava na Argentina (mais rapidamente que Lênin e Mao, que tiveram que utilizar métodos um pouco antiquados...) a expropriação da burguesia!!!

Martínez de Hoz (apelidado *Joe*) e seus seguidores, oligarcas tecnocratizados também disfarçados, juntamente com companheiros de percurso infiltrados nas Forças Armadas — começando pelo general Videla — conseguiram o grande milagre: quase todas as empresas urbanas devem até o último parafuso e resma de papel a bancos e financeiras. Estes, por sua vez, encontram-se técnica e comercialmente quebrados. O dinheiro que devem ao Estado (e a cada um de nós, incautos depositantes) tem somente o respaldo dos bens da empresa, com o que não podem pagar. Como aqueles que poderiam comprar esses bens também estão quebrados, e ao capital internacional não interessa investir nesse país sem capitalistas, os bancos e as financeiras não podem vender esses bens a ninguém.

Em outras palavras, entre suas dívidas para com os depositantes e para com o Estado (quer dizer, por último, também conosco), as burguesias comercial, industrial, financeira e parte da agrária estão em falência. Não fica claro — ainda não foi escrita a teoria que o justifique — se se trata de uma socialização ou de uma estatização dos meios de produção, mas que *Joe* e seus sequazes expropriaram a burguesia, não resta a menor dúvida.

Para completar o seu êxito, esses subversivos decifraram, além disso, o mistério do Estado capitalista. Como disse Karl Marx, um dos avós da subversão (o outro, por linha édipico-paterna, foi Sigmund Freud), o Estado, apesar das suas imponentes pretensões, nada mais é que a sociedade civil, é



Martínez de Hoz

a sua "síntese oficial", o espelho transformado daquilo que a sociedade é na realidade. O Estado não tem nem uma gota de poder a mais do que aquela à qual renunciamos em seu benefício e nem pode produzir uma partícula sequer de capital.

Inflação galopante

O empresariado, hoje, por exemplo, "tem que ser salvo". As burguesias comercial e industrial teriam que pagar à burguesia financeira. Mas, como estão todos quebrados, isso não pode ser feito a nenhuma taxa de juros. Por essa razão, muitos vêm reclamando, com decrescente pudor, que a única solução é a de que o Estado "assuma" essas dívidas. Em outras palavras, carnaval universal.

Mas, para isso, o Estado enfrenta o mesmo problema do capital financeiro: ninguém será tão louco para comprar títulos da sua dívida e, mesmo que pusesse à venda os edifícios dos ministérios

públicos, não encontraria compradores. E ainda que os encontrasse, não seriam suficientes — nem de longe — para pagar a dívida. Resta então a emissão de papel moeda. Mas, a gigantesca massa de dinheiro necessária, não tem apoio nem na (falida) estrutura produtiva, nem em divisas oneradas por balanço de pagamentos negativo e por uma fenomenal dívida externa. Os cálculos dessa massa de dinheiro variam, evidentemente, mas tudo indica que a dívida da indústria, do comércio e de parte do setor agrário não é inferior ao valor agregado em um ano inteiro desses setores. O único e evidente resultado no caso de ser feita essa opção: uma inflação galopante que, somada à de hoje, nada desprezível, acabaria por liquidar com tudo.

Assim, diante da alternativa de seguir esse temível caminho ou de aplicar critérios sensatamente capitalistas — como por exemplo, o pagamento da dívida a curto prazo — que por isso mesmo não podem funcionar, o presidente Viola e o ministro da Economia, Sigaut, inventam pacotes econômicos, desvalorizam-se politicamente a taxas ainda maiores que as do etéreo peso e balbuciam asneiras sobre “a participação” e “os grandes destinos nacionais”.

Ao mesmo tempo, a queda dos salários e o desemprego se aprofundam em uma dinâmica que somente pode ser produto do gênio subversivo: um maltratado balanço de pagamentos, uma imensa dívida externa — não utilizada em investimentos, mas somente no festim financeiro —, taxas de juros fantásticas que terminam por devorar todos os devedores, um insondável déficit fiscal e, como resultado combinado de tudo isso, a mais profunda recessão conhecida pela castigada Argentina.

Importar lixo

É lógico, alguns ganharam — e muito: os ilustres “intermediários” de sempre, os que souberam entrar e sair e voltar a entrar e sair no fantástico festim financeiro destes últimos anos e — se sobreviverem à sua própria quebra atual — os grandes grupos que compraram a preço vil o que lhes foram deixando os burgueses que tiveram o escasso talento de se declararem falidos antes do tempo. Nenhum deles — talvez cúmplices da subversão que, como se sabe, é apátrida e desnacionalizante — imobilizará um centavo em um país, seu ou não, tão louco como esse.

Também ganharam — e muito — os comerciantes e industriais que se alertaram a tempo e puseram-se a importar todo o lixo do mundo (capitalista, claro). Mas agora, com a desvalorização do peso e certas restrições à importação, essa festa também se acabou. Alguns se encontram com imensas reservas das prescindíveis inutilidades que importaram, outros foram mais prudentes, mas todos têm que

inventar outra maneira de ganhar dinheiro, pois reativar fábricas, como vimos, seria uma péssima idéia.

Consequência: os que ganharam as quantias siderais que resultam de qualquer estimativa da redistribuição da receita produzida no período e da acumulação da dívida externa, não podem, não querem e nem podem querer que esse capital apareça nessa arrasada economia. A Argentina — não somente através das vagas de turistas — foi a grande exportadora dos capitais que hoje são devidos ao exterior, com os juros correspondentes.

O resto de tão saudável “empresariado” simplesmente faliu, seja ou não essa a sua situação legal hoje. É claro que alguns proprietários dessas empresas falidas são hoje — individualmente — mais ricos do que nunca. Porém, esta é uma história diferente da dos efeitos estruturais das relações entre classes, economia e Estado que determinam a atual situação da Argentina. Boa parte do capital fugiu e a burguesia em geral foi engulida por sua fração financeira. Esta, por sua vez, deve tudo a um Estado que não tem — mais precisamente, que não é, nem pode ser — o capital com que poderia resgatar essa má piada da história, esta *contradictio in terminis* que é uma burguesia sem capital.

Outra consequência não menos subversiva é a universal raiva dos argentinos. O que foi feito em termos de repressão, já é conhecido. Perfidamente, Joe e seus asseclas deixaram que alguns homens de uniforme e civis fizessem esse trabalho enquanto, com a “paz social” e o “sentido de autoridade” assim restabelecidos, dedicavam-se a construir uma economia dinâmica, moderna e eficiente. Claro, isso não podia ser compreendido pelos operários e empregados, contaminados por tantos anos de demagogia. Também não puderam compreendê-lo os empresários que argumentavam, em voz baixa, que Joe estava equivocado. Foram devidamente condenados pelas suas perversas motivações, economicamente pressionados com esse estilo oligárquico que, às vezes, é tão pouco sutil, e quando foi necessário, aterrorizados pessoalmente.

O Sumo Pontífice

Como triunfaram, tão rápida e plenamente, os subversivos que chegaram ao governo com o golpe de março de 1976? Em primeiro lugar, porque os que tinham algo a dizer contra, foram “persuadidos” a não fazê-lo. Em segundo, porque quase toda a burguesia e boa parte da pequena burguesia foram os perfeitos idiotas úteis de Joe. Aterrorizados com a mobilização popular e operária pré-1976, gritando seu agradecimento e batendo no peito por ter especulado demasiadamente, arrojjaram-se aos pés dos seus salvadores militares e civis.



“Os comerciantes e industriais puseram-se a importar todo o lixo do mundo, mas com a desvalorização do peso essa festa acabou”

Os primeiros sabiam como pôr, a ferro e fogo, a “ordem” pela qual esses trêmulos burgueses e pequenos burgueses suspiravam. Os civis, com Joe como Sumo Pontífice, sabiam para onde tinham que levar o país, de uma economia de especulação para uma economia de produção. E os idiotas úteis neles acreditaram e acreditaram também que o caminho para tão louvável meta passava por uma “sinceridade de preços” — à exceção do dos salários, que nunca foi tão mentiroso —, pela eficiência, pela abertura da economia e, em geral, pela implantação das liberdades — econômicas — que têm imperado na nunca tão livre Argentina. O anterior — protecionismo industrial, estatismo, “salários artificialmente elevados”, negociações coletivas e outros horrores no estilo — eram excrescências que estavam sendo superadas, como tantas vezes repetiram empostando a voz.

Do caminho de Joe e seus sequazes — eficazmente ajudados pelo silêncio imposto pela repressão —, certamente, tiveram que desaparecer “as empresas artificiais” e os “empresários ineficientes”. E estes tiveram a sorte de “desaparecer” somente do mercado. Alguns se queixaram mas, como Joe gostava de repetir, isto era a melhor demonstração, por um lado, de como eram artificiais e ineficientes e, por outro, da equanimidade com que estava distribuindo entre todos os custos do progresso.

O notável é que, ganhando ou perdendo dinheiro, toda a burguesia, praticamente, “comprou o bonde”. Cada vez que se mostrava que um grupo tinha implicações estatistas, protecionistas ou ineficientes, esses burgueses retrocediam aterrorizados, doessem ou não os seus interesses imediatos.

Joe tinha que ter razão quando pontificava que o único caminho possível era o seu, em um tom que excluía aceitar receber qualquer informação dissonante.

Assim, perdendo ou ganhando, esses bons burgueses, ansiosos depois de tantos sustos, por um “Grande Pai” que os protegesse para sempre da militância popular e que lhes dissesse como iria ser o país do qual eram classe dominante, consentiram cada passo no caminho para o qual eram levados. Até meados de 1979, percorreu etapas como a severa queda de salários e a perda de acesso a diversos serviços públicos dos setores populares — preço da “eficiência” que pouco comovia esses bons burgueses; liberação dos preços; liberalização de mercados; estrondosos aplausos de um capital financeiro internacional que, como vimos, tinha excelentes razões para isso; e a primeira dança de falências e escândalos financeiros.

A tabela mágica

Foi então que, vendo aproximar-se o mês de março, o grande chefe da subversão tomou a sua mais genial medida, a que coroaría todos os seus esforços para liquidar a burguesia: implantou *La tablita* (tabela das desvalorizações programadas), instrumento com o qual produziu uma sólida, enorme e crescente sobrevalorização do peso. Em um esquema sustentado na renovação de créditos externos a curto prazo, a *tablita* prefixava a taxa de desvalorização do dólar muito abaixo de qualquer estimativa razoável da taxa de aumento dos



Viola (à direita) abriu para Videla (à esquerda) o caminho à presidência em 1976. Agora, em 1981, Massera (no meio) se apresenta como alternativa a ambos, com um discurso acirradamente nacionalista

demais preços internos, de modo que aqueles créditos tornaram-se muito rentáveis.

Resultado: as exportações baixaram verticalmente e as importações cresceram como cogumelos. Esmagados entre os dois braços da pinça, a indústria e o balanço de pagamentos — já em má situação — tiveram quedas vertiginosas nas suas colunas de débito. Para tapar o cada dia maior buraco no setor externo, mais do que nunca foram necessárias as renovações dos bastante especulativos e voláteis empréstimos externos a curto prazo.

Para atrair esses créditos, é claro, a taxa de juros interna tem que ser significativamente superior que a taxa esperada de desvalorização interna da divisa com a qual é feito o empréstimo, pois de outra forma, esse dinheiro não vem.

La tablita tinha que ser mantida a qualquer preço. E o foi, gerando as incríveis taxas de juros que acabaram de arrastar quase toda a burguesia comercial e boa parte da agrária para o desastre industrial.

Mas ainda faltava completar a obra-prima. No início, essas supertaxas de juros inflaram os balanços de bancos e financeiras, mas como já vimos, esses lucros resultaram somente nominais. Cada vez havia menos de quem cobrar esses lucros, ao mesmo tempo em que as sucessivas renovações das dívidas nessas taxas de juros — da mesma forma como a dívida externa também pesava sobre o país — adiavam e agravavam a explosão que não poderia deixar de haver.

Se algo faltava, pouco antes de deixar o governo, os cada vez mais espectrais Videla e Martínez, em um gesto evocador de ritos arcaicos, queimaram o símbolo do seu poder: com uma inesperada desvalorização liquidaram com a *tablita*, comprovaram a todos a falência total — interna e no setor externo — que haviam conseguido, e deixaram o pobre Sigaut mergulhado numa orgia de desvalorizações. A burguesia fora expropriada, a economia estava arrasada; os burgueses e militares que os

acompanharam perguntarão a si mesmos, até o fim dos seus dias, que diabos aconteceu.

O país deve pagar imensa conta de um festim financeiro pelo qual nem uma simples propina foi deixada e o povo mastiga uma das raivas mais completas e justificadas da história.

Completando assim esse genial plano subversivo, em outro rito do qual parece macabramente gostar, Joe viajou a Grécia e Videla, sadomasoquista impenitente, parece que está escrevendo suas memórias.

Mas o “processo” segue triunfalmente a sua marcha, e agora temos de nos ocupar dos seus herdeiros.

O cavaleiro da triste figura

Aquém de todas as imensas tragédias que subjazem a tudo isso, emerge a triste figura de um personagem cujo rosto parece ter sido talhado para esse papel. Viola, mais inteligente e mais hábil que seu amigo Videla, abriu para este o caminho da presidência em 1976. Foi então que, *noblesse oblige*, ficou combinada a futura presidência de Viola. Prolixa e consequentemente, Viola, como comandante-em-chefe compartilhou os anos mais duros da repressão e as maravilhas que estavam sendo feitas com a economia, permanecendo por detrás dos números e equações desses péssimos tecnocratas. Habilidade, deixou a entender — cada vez mais, à medida em que se aproximava o seu turno na Presidência — que com ele as coisas seriam diferentes.

Viola acreditava que, por um lado, a economia já estaria ordenada e no rumo da plena eficiência e que por essa razão poderia ser bondoso para com certos interesses, sem excluir o de alguns dirigentes sindicais já habituados a rodar em torno dele à espera de alguma migalha. E por outro, poderia ser aberto um “diálogo” e, assim, dar aos bem domesticados políticos que também começavam a rondá-lo, algo com que se entreter: o mais penoso traba-

lho repressivo também correspondera ao primeiro a exercer a Presidência, Videla.

Foi um projeto bem pensado e executado, com o qual se sobrepôs às objeções de parte do seu eleitorado militar e aos ciúmes da Marinha. Um êxito? Não, um fracasso. Porque se tudo isso era imaginável quando foi "eleito" presidente, depois do fatídico verão deste ano, Viola, Sigaut e os ilustres representantes dos grandes interesses que iriam a seu gabinete, acordaram, juntamente com outros, diante da evidência da catástrofe produzida por Joe. Nada de economia bem ordenada, em crescimento e em cômoda posição internacional. E nada tampouco do "consenso" sobre o qual instrumentaria, mediante "diálogo" e "participação", a democracia "moderna e eficiente" (igual que a economia) com a qual Viola ganharia o seu monumento.

Devaneios políticos

Grave problema para quem chega ao governo onerado de duas dívidas. Uma, a de ratificar a imagem de que, ainda que às vezes façam umas coisas um tanto feias e não deixem ninguém falar, estas ditaduras tomam decisões eficientes e racionais, sem estarem entorpecidas nem pelos "interesses setoriais", nem pelos devaneios dos "políticos". Pelo contrário, nunca se vira um "saco-de-gatos" tão desconcertado como o que se supõe governar a Argentina. Joe pelo menos dava a impressão de que sabia o que fazia.

Mas a segunda dívida é ainda mais pesada. Viola é politicamente um liberal — o que, como é sabido, não é contraditório na Argentina com o fato de presidir uma ditadura. Isso quer dizer que, em contraste com alguns dos seus camaradas, gostaria de legitimar o "processo" através de eleições. Para isso, apesar de mil proscrições e armadilhas, há a necessidade de votos, próprios ou emprestados.

Entre os frutos da gestão econômica, o agradecimento de muitos por terem sido salvos do pesadelo anterior a 1976, o apoio oferecido por políticos ansiosos por voltarem ao jogo, mais a habilidade de Viola, mais a docilidade das lideranças radicais, mais o seguro fracionamento do peronismo — esse era o raciocínio —, não haveria grandes problemas em formar um "Partido de Apoio ao Processo" e/ou fazer os acordos necessários para preparar umas lindas e tranquilas eleições.

Mas o que esse esquema desconhece — como sempre — é a escassa maleabilidade com que o povo nele se encaixa. Esse é o grande problema no qual sempre tropeça a direita argentina: não tem votos para sustentá-la.

Viola está (ele, que tapou a boca dos seus camaradas menos liberais com a isca dos votos que futuramente atrairia por sua eficiente gestão, sua habilidade política e a consolidação do "consenso" que

seria conseguido) com um cheque sem fundos que os incautos que nele acreditaram agora querem cobrar. O fato de que até agora não o tenham posto para fora é consequência de que os militares também não têm a menor idéia do que fazer com o presente deixado por Joe.

Certas "oposições"

dos, que tudo ia muito pior do que pensavam, que o grande "Papai Joe" arruinou a todos, e que os grandes "papais" de uniforme continuam gritando, mas não podem ocultar sua própria raiva e desconcerto.

Imaginem também uma situação em que essa rapinagem, ao país e a cada um, foi feita em claro

Imaginem uma burguesia e uma pequena burguesia que apoiaram o advento de um governo "forte" e que aceitaram (alguns com o procedimento típico de não tomar conhecimento) os horrores cometidos. Depois desses anos, descobrem subitamente que estiveram profundamente enganados pelo benefício do capital financeiro, sobretudo daquele que, de origem local ou não, operou do exterior. Finalmente, imaginem que essas classes não só saíram de um grande susto diante da mobilização popular e operária, mas também, ainda por cima, têm defendido a saída chauvinista de uma guerra com um país vizinho.

Somemos a tudo isso a agitada inflação, a bancarrota universal e outras desventuras, agitemos bem... e teremos a probabilidade de um vigoroso movimento fascista.

Candidato a líder

Porém, para isso também faz falta um candidato a líder que, para sê-lo, tem que ter abundantes méritos antipopulares e anticomunistas, ter sido o duro entre os duros (se não, como vai se oferecer como a última garantia para essas falidas e desconcertadas classes dominantes?), criticar duramente a usura, combater a estrangeirização com o discurso mais acirradamente nacionalista, prometer mundos e fundos ao "empresariado nacional" e à pequena burguesia, vestir-se com um virtuoso (ainda que, admitamos, não muito convincente) moralismo, explicitar, para nervoso prazer de seus ouvintes, sua voracidade pelo poder, e criar um "Movimento", que, sem necessidade de partidos políticos e nem de eleições — parafernália dos "liberais" —, leva-lo à ao poder.

Trata-se, obviamente, do almirante Massera que, como também é típico nos discursos fascistas de antes do assalto ao poder, derrama lágrimas de crocodilo pela queda das rendas e do nível de emprego do povo e tenta cooptar os mais oportunistas entre os que se dizem seus representantes. Como não é menos típico, Massera aparece como sendo o

homem (com todas as conotações machistas) que, no meio dessa confusão, é decidido, audaz, e sabe o que quer. Além disso, seus adversários no regime (ou foram os seus amigos?) acabam de apresentá-lo com a aura de vítima, um pouco metafórica, é verdade (num país onde passou o que se passou e onde Massera fez o que fez) decretando para ele alguns dias de “prisão domiciliar”.

Massera, é claro tem acesso à imprensa e à parte dos meios de comunicação de massa. E — não poderia ser de outra maneira com um almirante da nação — não tenhamos ilusões, o que diz cai em solo fértil, nesse terreno de raivas, de implicados fracassos e de profundo medo dos setores populares, que dão um feio pano de fundo às ânsias desses burgueses e pequenos burgueses, tão contentes em março de 1976 e que tão descontentes estão hoje. É a eles que o almirante se dirige.

Massera tem razão. Nesse quadro ideológico, e nas não menos desconcertadas Forças Armadas (para as quais o seu próprio passado é a melhor garantia de que não se olhará para aquilo que foi feito durante estes anos), ele tem uma real possibilidade.

Liberais como Viola jogam a sua sorte nessa possibilidade, mas, na medida em que naufragam em erros e impotências, e na medida em que o sinistro fantasma da guerra contra o Chile possa ser agitado a qualquer momento, Massera —, assim como outros chefões em atividade que estão muito mais próximos dele do que de Viola — tem que ser levado muito a sério. O problema é que a repressão que continua vigente e a que está disposta a mobilizar-se, fazem muito difícil um engajamento da pequena burguesia com as reivindicações populares ou, ao menos, o desvio da sua disponibilidade pré-fascistizante para melhores direções. Por enquanto só existe a confluência política hegemônica pelo Partido Radical na Convocatória Multipartidária.

Esse partido, com o visto bom de muitos dirigentes peronistas, tem se colocado em uma atitude oportunista e delibera, conscientemente, se irá ou não admitir nas discussões “partidos de esquerda” (muitos dos quais merecem as aspas) e convidar “pelegos” da CNT e os 25 que recentemente traíram a greve nacional (sobre a qual nada disse-



Uma opção, viável a médio prazo, é a articulação dos que se engajam com as reivindicações populares

ram). Então, é muito pouco o que se pode esperar — além de abrir novas brechas no interior do regime — como começo de uma alternativa política popular. Pelo menos enquanto persistam essas atitudes oportunistas.

O legado de violência, de catástrofe econômica e da implantação do regime que deixaram Videla, Martínez de Hoz e seus colaboradores — muitos dos quais não somente nas Forças Armadas, continuam impolutos nas suas altas posições — requer ao menos duas coisas. Uma, imediata: não se deixar confundir com as possíveis crescentes tensões entre o setor encarnado por Viola e as correntes fascistas. É na oposição a ambas (porque ambas são faces desse regime) que está a verdadeira oposição, ainda que taticamente seja conveniente que as linhas mais fascistas não arrasem com os “liberais autoritários”. A segunda, que desgrazadamente só será viável a médio prazo, é a articulação das instâncias políticas que se engajarão com as reivindicações e aspirações populares e operárias, plasmadas na duríssima experiência dos últimos anos. E nela devem ser incluídas as diversas correntes do peronismo e outras forças externas a ele.

É uma lástima que, não somente pela repressão, mas também porque ainda não digerimos as nossas derrotas, nem delas tiramos os devidos ensinamentos, não exista hoje na Argentina uma força que possa encaminhar corretamente as consequências da expropriação da burguesia levada a cabo por Joe, esse grande subversivo. □

□ Em 1980, o total de falências na Argentina atingiu a 1,2 bilhão de dólares, o que corresponde a um aumento de 184% das falências em relação ao ano anterior, segundo dados dos jornais Clarín e El Cronista Comercial. Se somadas as liquidações feitas fora dos cartórios, o número de falências seria ainda maior.

As dívidas dos setores produtivos com as entidades financeiras, em julho deste ano, eram estimadas em 10 bilhões de dólares, isto é, superior ao total das exportações do país. Clarín conclui que “a falência real do sistema econômico durante o ano passado e a que se projeta agora adquirem características explosivas”.

GRANDE PROMOÇÃO

DA

editora terceiro mundo Ltda.

Adquira a coleção encadernada da edição brasileira dos cadernos, do nº 24 ao 29, o guia do terceiro mundo edição 1981 e faça uma assinatura da nossa revista.

Envie-nos diretamente o seu pedido, preenchendo o cupom abaixo, acompanhado de cheque ou vale postal e endereçando-o à:

editora terceiro mundo Ltda

**Rua da Glória, 122 – Gr. 105
20241 – Rio de Janeiro – RJ**

**cadernos do
terceiro
mundo**

Remeto o: ☐ cheque no valor de Cr\$ referente a:
☐ vale postal

- ☐ Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 1.360,00
- ☐ Uma assinatura semestral da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 700,00
- ☐ Um exemplar do **guia do terceiro mundo** versão 1981 no valor de Cr\$ 800,00
- ☐ Um volume encadernado em *percaline* linho verde das edições brasileiras dos cadernos, do nº 24 ao 29, no valor de Cr\$ 1.200,00 + porte postal

Nome:

Endereço:

Cidade: Estado:

CEP:

A morte de Torrijos

O general falava com o ex-presidente Carter com a mesma intimidade com que se entrevistava com Fidel.

Com sua morte a América Latina perde um mediador inigualável nos grandes momentos de tensão, acatado por governantes e líderes de todas as ideologias

*Paulo Cannabrava**



Omar Torrijos era o sexto dos doze filhos de um casal de professores primários. De pai colombiano e mãe panamenha, ele também era professor. Mas depois entrou para a Guarda Nacional. Fez cursos na Escola Militar de El Salvador, onde graduou-se como tenente em 1952

O avião de Omar Torrijos desapareceu às 11h43m da manhã de 31 de julho. A notícia se soube no Panamá ao meio-dia de 1º de agosto, mas só no dia seguinte é que as equipes de busca encontraram os destroços do aparelho — um *Twin-Hot tr FAP 225*, de fabricação canadense — e se confirmou a morte de todos os seus ocupantes.

Omar Torrijos estava em Caclesito e foi a Penonome, uma vila com cinco mil habitantes, na província central de Cocle, a 146 quilômetros da capital. Foi fazer um tratamento dentário. Na volta, ocorreu o acidente.

Isolada entre as montanhas, a comunidade camponesa de Caclesito está localizada a cerca de mil metros de altitude. Torrijos procurava o local para refugiar-se dos afazeres do seu cargo e aproveitava o tempo para dirigir pessoalmente um projeto agrícola comunitário muito original, on-

* Paulo Cannabrava Filho, nosso atual representante em São Paulo, foi correspondente de "cadernos do terceiro mundo" no Panamá e colaborou com o general Torrijos em momentos cruciais das lutas populares da América Central. Uma semana antes da morte do general, esteve vários dias em sua companhia recolhendo importante material político que, agora, ganha novo significado. Paulo foi ao Panamá representar os "cadernos" nos funerais do líder centro-americano.

de pretendia testar um modelo de produção que sonhava estender a todo o Panamá.

O avião se espatifou a 42 metros do cume do Cerro Marta, na entrada de Coclesito. Na sua última transmissão pelo rádio o piloto, capitão Azael Adames, informou que estava vendo a vila. Depois veio o silêncio.

Acidente ou atentado?

O impacto da explosão foi tal que impossibilitou a reconstituição do corpo do general Torrijos. A explosão separou a cabeça do resto do corpo, que ficou quase que totalmente calcinado; sua identificação só foi possível através do pouco que sobrou da parte das costas e de uma das mãos.

O general Torrijos foi velado pelos panamenhos em caixão fechado, coberto com a bandeira nacional. Não o viram em sua última vigília e, por isso, não o acreditavam morto. Da mesma forma, o povo não acredita que a morte do general tenha sido acidental. Nas ruas a CIA é acusada de haver praticado um atentado. São lembradas as conspirações contra o general e as descobertas (existem pelo menos dois casos) de planos para assassiná-lo. Diante disso, circularam versões de que Torrijos tinha sido vítima de um atentado perpetrado pelo aparelho de inteligência dos EUA. Além do mais, a experimentada tripulação conhecia a região e custa a crer na hipótese de um acidente.

Porém, poderia ter havido uma falha humana. A perícia inicial feita no local sugere que o piloto poderia ter perdido o controle do aparelho ao ser surpreendido por uma turbulência.

Em nota oficial, o Departamento de Estado norte-americano qualificou de "falsa e atroz" a acusação de atentado. A Guarda Nacional, entretanto, oficialmente disse que as investigações prosseguem e que seus resultados serão apresentados à justiça.

Acidente ou atentado, o fato serviu para que personalidades políticas da América Latina que assistiram aos funerais chamassem atenção para as terríveis coincidências em que se têm produzido o desaparecimento de importantes personalidades do continente, envolvidas, de uma forma ou de outra, na luta contra as forças reacionárias dos seus países e internacionais. Em 1979, morreu o ministro da Defesa do Equador, general Rodrigues, homem de confiança do presidente Roldós, com quem estava tentando realizar mudanças de profundidade nos altos comandos militares do país. Em 24 de maio de 1981, foi o próprio presidente Jaime Roldós Aguilera que morreu num acidente aéreo, em circunstâncias não esclarecidas, na costa sul equatoriana, na fronteira com o Peru. Um padre e um camponês que viram o acidente, disseram que o avião caiu em chamas. A opinião pública ainda exige que as Forças Armadas do Equador tornem público o conteúdo da *caixa negra* do avião presidencial.

Detalhe: na véspera de sua morte, Roldós havia decretado a expulsão do país do Instituto Linguístico de Verão, norte-americano. Tinha comprovado que a instituição servia de disfarce para operações de espionagem e ingerência nos assuntos internos do país. Dois dias antes de sua morte, o presidente tinha tomado outra decisão importante: assinara o decreto de modificação da lista de promoção das Forças Armadas, destituindo o ministro da Defesa, general Subia, que não estava de acordo com seus planos de governo.

Na mesma faixa litorânea onde morreu Roldós, só que um pouco mais ao sul, o avião que conduzia o comandante do Exército peruano, general Hoyos Rubio, caiu a 18 de junho sem deixar sobreviventes. Hoyos era o último remanescente do velasquismo e se opunha ao retroces-

so político patrocinado no país pelo atual governo de Belaúnde Terry e Manuel Ulloa, sobretudo à desnacionalização da indústria petroleira (Petroperú) e aos contratos de risco com empresas transnacionais.

Torrijos: "Sigam adiante"

No Panamá, dirigentes do partido do governo, PRD, que choravam a morte de Torrijos, disseram: "Veja nossa tragédia. É como se estivessem nos preparando para o grande golpe. Primeiro foi Rubem Dario Herrera, economista, amigo de Torrijos, ideólogo do PRD e autor do projeto do Cerro Colorado, a terceira mina de cobre do mundo; ele morreu de enfarte. Também de enfarte morreu Ascanio Villalaz, secretário do PRD, homem de confiança de Torrijos, que desenvolvia a linha de organização do partido. Depois morreu Antonio Yepes, jovem dirigente do PRD na província de Colón, que deixou um vazio tão difícil de preencher como o deixado por Ascanio. Agora morre Torrijos. O que vai ser do Panamá sem ele?"

Omar Torrijos previu e anunciou a seu povo que estava perto da morte e que esta seria violenta, porque violenta era a luta em que todos estavam empenhados. Disse ele: "No dia em que eu morrer, peguem a bandeira, dêem-lhe um beijo e sigam adiante."

O regozijo da direita

Esta foi a frase que mais se escutou no Panamá nestes dias de luto. No cemitério, todo o povo repetia o juramento feito por Geraldo González, secretário-geral do PRD, em seu discurso de despedida: "Juramos ser fiéis aos ensinamentos, princípios e metas que o general Omar Torrijos traçou para nossa pátria e multiplicar nossa combatividade para levá-los adiante."

Os pequenos partidos de direita do Panamá se alegraram



No cortejo, da catedral ao cemitério Amador, 500 mil pessoas acompanharam numa marcha silenciosa o corpo do general morto

com a morte de Torrijos e houve quem, exilado por vontade própria em Miami, tivesse feito comemorações com champanhe. Pela televisão, Ricardo Arias Calderón, dirigente da diminuta e reacionária Democracia Cristã Panamenha, disse que a morte de Torrijos encerrava uma etapa na história do país, produzindo um vazio dentro do governo que necessariamente tem que ser preenchido através de uma reorientação com base em esquemas "totalmente democráticos".

"O grande ressuscitado"

A Oposição acusava Torrijos de haver retirado todo o seu poder e reclamava a realização de uma Assembléia Constituinte que liquidasse com o poder popular. Em São Paulo, antes de eu viajar para os funerais, alguns colegas da imprensa me perguntavam: "Como é possível que vocês chorem a morte de um general?"

Durante os dias de vigília — e também durante o enterro — o povo panamenho rendeu home-

nagem a Torrijos. Nas ruas, havia cerca de 500 mil pessoas, incrivelmente disciplinadas, que, com a dor estampada nos rostos, foram render-lhe a última homenagem.

A sua última viagem, da catedral ao cemitério Amador, foi o plebiscito do reconhecimento de sua obra. Uma demonstração impressionante de carinho que fez o comandante Tomás Borge, dirigente da Frente Sandinista da Nicarágua concluir: "Omar, és o grande ressuscitado."

Com efeito, todos estes acontecimentos levam a crer que a presença do general, agora mais do que nunca, é a garantia de unidade das forças torrijistas e da continuidade do processo por ele iniciado em outubro de 1968. Panamá, até aquela época, era uma sociedade que prestava serviços ao enclave colonial da Zona do Canal. A partir de então, sob a orientação do general Torrijos, o Panamá se insere na geografia latino-americana, se integra como nação, começa a produzir e até a exportar alguns produtos.

O general foi também quem conduziu o processo de negociação que culminou com os novos tratados Torrijos-Carter sobre o canal, garantindo um programa de descolonização na faixa conhecida como Zona do Canal.

"Não quero entrar para a História, quero entrar na Zona do Canal", costumava dizer Torrijos. Porém, quando se conquistou a soberania para aquela zona, Torrijos não quis aparecer para não ocupar o lugar que, para ele, pertencia ao verdadeiro protagonista da festa, seu povo. Hoje, morto, Torrijos foi levado para o Cerro Ancón, localizado onde ficava a Zona do Canal, e entrou também para a História, definitivamente.

As contradições internas

O coronel Florêncio Flores Aguilar, que sucedeu Torrijos no comando da Guarda Nacional, teve um gesto emotivo antes do sepultamento: bebeu no cantil do general, procurando dar a entender que com aquela atitude simbólica recolhia forças e inspiração para prosseguir. "Torrijos deixou sua mensagem de esperança ao índio, ao trabalhador e ao camponês. Nossos fuzis sempre honrarão sua memória. Até logo comandante", disse Flores.

Muito se especulava antes da morte de Torrijos sobre a existência de sérias contradições entre os dirigentes panamenhos que ameaçavam a continuidade do processo. Contradições no Estado-Maior da Guarda Nacional, contradições entre a Guarda Nacional e o governo do presidente Aristides Royo, entre grupos de tendências diversas no Partido Revolucionário Democrático e entre a esquerda do PRD e a presidência. Paralelamente, falava-se que a esquerda estava se unindo e fazendo planos para retomar o poder. Setores conservadores dos EUA, com apoio da CIA e da direita panamenha, estariam pon-

do em marcha um plano de desestabilização do Panamá.

Hoje, todas essas preocupações continuam presentes. Porém, mais de um membro do Estado-Maior da Guarda Nacional tem afirmado com profunda emoção: "Sabemos que todo mundo está com os olhos voltados para nós. Porém, não vamos nos deixar abater por coisas pequenas. Estamos seguros de que seguiremos adiante, seguiremos na linha."

As palavras do presidente

Também se afirma no Estado-Maior que "as ordens, ele continua assinando".

— Aqui não mudou nada. Os amigos do general — me disse o coronel Paredes — não têm com que se preocupar, pois têm em nós seus amigos.

Torrijos era o único general de Brigada da Guarda Nacional panamenha. Postumamente, o Estado-Maior lhe concedeu promoção a general de divisão.

Igualmente o presidente Aristides Royo fez a sua afirmação de fidelidade torrijista. Afirmou ele perante os restos mortais do general: "Seremos leais a seus princípios, leais a suas ações. Manteremos os objetivos que se traçaram, o apoio ao poder popular, a unidade entre o poder popular, a Guarda Nacional e o partido que o senhor idealizou, o Partido Revolucionário Democrático, mantendo as lutas e os objetivos pelos quais o senhor tanto se sacrificou."

Disse ainda o presidente: "Devemos dizer-lhe general, que ainda depois de morto seguiremos lutando por estes objetivos, pelos planos traçados por você, pelas eleições de 1984, para que o povo eleja aqueles que sabe que são seus amigos. Seguiremos lutando para que os norte-americanos cumpram fielmente o Tratado que leva seu nome. E seguiremos lutando por novos objetivos, com uma finalidade e um



A morte de Torrijos pegou a todos de surpresa. Era difícil de acreditar num acidente

pensamento. O autêntico protagonista da luta de nosso povo é o próprio povo."

Os amigos de Torrijos

Este homem singular — que uns poucos panamenhos odiavam porque constituía um freio a suas ambições de poder ou enriquecimento — cada vez mais teve e continua tendo a amizade e o respeito dos grandes líderes da política mundial. Entre seus amigos mais próximos estão Gabriel García Márquez, o novelista latino-americano mais premiado, o poeta e escritor Rogélio Sinam, Jorge Amado e Graham Green.

Um dos seus ajudantes de or-

dens e amigo muito próximo, José de Jesús Martínez (Chuchú Martínez) sargento da Guarda Nacional, é catedrático em Filosofia, professor de Lógica e Matemática, poeta, teatrólogo, piloto e lutador de caratê. Era ele quem recebia os intelectuais que visitavam o Panamá e os acompanhava em viagens pelo interior do país, como intérprete e secretário. Chuchú fala alemão, inglês, italiano, francês e entende português. Com a morte de Torrijos, ele pretende renunciar ao seu posto na Guarda Nacional e retomar sua cátedra na Universidade do Panamá.

O marechal Tito da Iugoslávia (já falecido) foi também um grande amigo de Torrijos. Quando esteve no país por ocasião da inauguração da Hidrelétrica de Bayano, construída com a ajuda da Iugoslávia, ele advertiu o general sobre a necessidade dele ter mais cautela nas suas viagens pelo interior do país. Sugeriu que os frequentes vôos em aviões e helicópteros fossem substituídos por viagens em automóveis blindados, mais seguras.

O ex-chefe de governo da Espanha, Adolfo Suárez, também tinha grande carinho por Torrijos. Quando deixou o governo veio passar 15 dias de férias no



"No dia em que eu morrer, peguem a bandeira, dêem um beijo e sigam adiante" — palavras de Torrijos. Premonição pouco antes da sua morte

Panamá, na companhia do general. Igualmente, o secretário-geral do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), Felipe González, visitava o Panamá com frequência para dialogar com o general sobre temas ligados à política latino-americana e internacional. Ambos os dirigentes políticos espanhóis estavam presentes aos funerais de Torrijos.

Fidel Castro também quis vir despedir-se do seu amigo. Foi impedido por uma decisão do Partido Comunista de Cuba por questões de segurança, segundo declarou Carlos Rafael Rodríguez, vice-presidente do Conselho de Estado e membro do birô político do partido. Ele e Manuel Piñero Lozada chefiaram uma delegação de nove dirigentes cubanos que assistiu ao funeral.

Torrijos e Fidel se falavam com certa frequência. Trocavam conselhos ditados pelas diferentes experiências que participavam. Os charutos que Torrijos fumava eram feitos especialmente para ele em Havana e levavam selo com seu nome.

Em Cuba foi decretado cinco dias de luto pelo desaparecimento do amigo e companheiro, líder dos panamenhos.

Torrijos visitou Cuba em 1976. Recebeu grande demonstração de carinho do povo. Em 1979, por ocasião da VI Conferência dos Países Não-Alinhados, esteve novamente em Havana como convidado especial de Fidel que tomou tal atitude por entender que Torrijos, pela sua importância no Terceiro Mundo, não poderia deixar de participar de um encontro daquela magnitude.

Repercussão na Nicarágua

Sem dúvida, fora do Panamá foi na Nicarágua sandinista onde mais se sentiu a morte de Torrijos: sete dias de luto pela morte do "irmão Omar". Assistiu aos funerais uma delegação de cinco altos dirigentes da Frente Sandinista e do governo de Reconstrução Nacional.

Sérgio Ramirez, membro da Junta de governo, recordou que Torrijos, "grande amigo da Nicarágua", desempenhou papel destacado no desenvolvimento da situação política da América Central.

Humberto Ortega, ministro da Defesa, revelou que os sandinistas tinham recebido sábias orientações revolucionárias de

Torrijos, as quais trataram de seguir para defender o processo democrático nicaraguense. Torrijos realizou uma extensa visita à Nicarágua logo depois do triunfo popular sobre a tirania de Somoza. Por todas as cidades onde passou teve recepção apoteótica e cheia de carinho. Ao povo, os dirigentes sandinistas que o acompanhavam diziam o que o povo já sabia: que o Panamá foi um dos maiores aliados na luta de libertação da Nicarágua, contribuindo não só no plano político e logístico, mas também com braços e sangue.

Tomás Borge, um dos fundadores da Frente Sandinista (23 de julho de 1961) e atual ministro do Interior da nova Nicarágua, reafirmou já ter dito ao povo do seu país que Torrijos era "o maior amigo da Nicarágua". Disse que com sua morte "a Nicarágua havia perdido um irmão, irmão que entra definitivamente na História por ter feito entrar o povo panamenho pela Zona do Canal".

Mas além da fronteira da Nicarágua, também o povo salvadoreño, em armas contra a tirania e o neocolonialismo, chora por Torrijos. Para expressar este sentimento do povo salvadoreño e render ao general uma última homenagem, esteve no Panamá Guillermo Ungo, presidente da Frente Democrática Revolucionária de El Salvador e dirigente da Frente Farabundo Martí.

Foi no Panamá onde se firmou um documento de unidade entre as tendências oposicionistas nicaraguenses em luta contra Somoza, passo decisivo para o triunfo sandinista. E agora, no momento da sua morte, Torrijos estava jogando tudo na luta pela unidade das forças que combatem a tirania em El Salvador.

Seria muito demorado enumerar todos os amigos de Torrijos, todos os que vieram ao Panamá render uma última homenagem à sua liderança e vocação internacionalista. Torrijos foi sem

dúvida um grande pilar da unidade latino-americana. Em seu velório estiveram Rodrigo Carazo, presidente da Costa Rica, e Pepe Figueres, líder opositorista daquele país.

Presença insubstituível

Torrijos falava com Carter com a mesma intimidade com que falava com Fidel Castro. Por isto, em momentos de tensão no continente lhe coube o papel de pacificador, de árbitro. Nisso, ele é insubstituível.

É certo que sua morte deixa um vazio no Panamá, mas deixa um vazio ainda maior na América Central e na América Latina, em geral.

Rafael Cribari, correspondente de **cadernos do terceiro mundo** no Panamá, assinalou que a morte de Torrijos aconteceu num momento crucial para a América Central e o Caribe, onde o imperialismo norte-americano aumenta os perigos para a área, através da política belicista e agressiva do governo Reagan.

Se importante foi a participação de Torrijos nas lutas pela independência total do seu país, com o hábil enfrentamento do imperialismo norte-americano nas negociações sobre o Canal que culminaram, em setembro de 1977, com os tratados que levam o seu nome, foi aí que se forjou a sua projeção internacional.

Torrijos adquiriu uma projeção e envergadura tal que se transformou num interlocutor válido para diferentes forças, com posições ideológicas antagônicas.

Torrijos soube conciliar a luta do seu povo pela soberania no Canal do Panamá com uma política internacional de apoio às causas de libertação nacional dos povos da América Latina, África e Ásia. Reafirmou uma linha consequente com os postulados do Movimento dos Países Não-Alinhados, de amizade e respeito por Cuba socialista e de participação solidária e generosa na guerra de libertação da Nicarágua.

O primeiro-ministro da pequena nação centro-americana de Belize, George Price, amigo pessoal de Torrijos, o acompanhou até a sepultura. E muito extensa a relação dos representantes de mais de 25 países que a nível de governo, partidos e movimentos de libertação se fizeram presentes para render homenagens póstumas a Torrijos, como Siles Zuazo, da UDP boliviana, o dirigente trabalhista brasileiro Leonel Brizola e o ex-primeiro-ministro da Jamaica, Michael Manley. E ainda aquelas forças políticas que viram nele um exemplo a seguir e que não puderam enviar representantes, o choraram nas mais diversas e longínquas regiões do nosso acossado continente.

No dia do enterro de Torrijos, o povo fez um tapete de flores ao longo da Avenida dos Mártires. Ao lado do presidente Royo, estava o ex-presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, com quem Torrijos tinha compartilhado o seu esforço para ajudar a Nicarágua e que com ele seguia na trincheira da luta de libertação da América Central.

O general Velasco Alvarado morto em 1977, quando presidente do Peru, mandou chamar a delegação panamenha que participava de uma conferência de ministros de Relações Exteriores dos Países Não-Alinhados para dizer que ele, Velasco, era grande admirador de Torrijos. Afirmando que via no general panamenho um autêntico líder das lutas do Terceiro Mundo.

López Michelsen e Echeverría, ex-presidente da Colômbia e do México respectivamente, mais os atuais presidentes daqueles países, Turbay Ayala e López Portillo, igualmente compartilhavam da amizade de Torrijos.

Ao todo, foram 22 os países que mandaram representantes de alto nível aos funerais do líder panamenho.

Os norte-americanos enviaram ao Panamá o general David Jones, chefe do comando do Exército, a esposa do vice-presidente do país, Bárbara Bush e Elsworth Bunker, um dos negociadores do tratado do Canal. □

Investigação

□ Desde o dia 6 de agosto uma comissão presidida pelo procurador da República, Omeo Miranda, está apurando as causas que determinaram o acidente em que morreu o chefe da Guarda Nacional, general Omar Torrijos. Integram a comissão um fiscal auxiliar, três oficiais da aeronáutica civil e dois oficiais da Força Aérea panamenha.

O procurador Miranda, que era amigo pessoal de Torrijos, anunciou que as investigações serão levadas às últimas consequências, promessa que os que o conhecem sabem que ele irá cumprir. Não apenas pela sua amizade com o general, mas por ser um hábito seu em todo o trabalho que desempenha.

Logo após a morte de Torrijos diversas organizações políticas e jornais do Panamá pediram uma investigação séria sobre as circunstâncias em que sua morte ocorreu, juntamente com a tripulação de seu avião.

Um encontro muito especial

A situação no Saara e na Namíbia, a participação líbia no Chade e a disputa do Ogaden pela Etiópia e a Somália foram alguns dos assuntos tratados na 18ª Reunião da Organização

Gabriel Omotozo

A décima-oitava Reunião de Cúpula de Chefes de Estado Africanos, realizada em Nairóbi (Quênia), entre 27 e 28 de junho, foi uma das mais produtivas na jovem história da Organização de Unidade Africana (OUA). Apesar da imprensa ter dado um destaque especial — e em muitos casos quase exclusivo — à proposta de se realizar um “referendo controlado” no Saara Ocidental, houve também duas outras resoluções que devem ser destacadas.

1. Os Chefes de Estado pediram a convocação em setembro deste ano de uma sessão extraordinária da Assembleia das Nações Unidas. A intenção é fazer com que sejam aprovadas sanções contra a África do Sul em resposta à sua negativa de permitir eleições livres, sem contrapartidas, na Namíbia, assim como pela sua prática interna racista e por suas agressões aos países vizinhos. O Conselho de Segurança tratou deste assunto, mas o veto dos Estados Unidos, França e Inglaterra interrompeu a discussão. Faz-se, então, necessária a convocação da Assembleia-Geral, pois nesta instância não existe veto. Fica aberto, portanto, o caminho para sancionar a República Sul-Africana. No caso da Namíbia, o consenso já era esperado, mas isso não tira a importância do conteúdo da resolução.



Arap Moi, presidente do Quênia

2. Reafirmou-se a validade da resolução 435 das Nações Unidas como a única solução viável para que seja concedida a independência da Namíbia. Essa resolução aprovada em 1978, define as condições para realização de eleições, supervisionadas pela ONU e garantidas por uma força internacional de paz.

Na seção inaugural, o secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim,

afirmou que “a resolução 435 deve continuar sendo a base para se conseguir a independência da Namíbia”. Foi importante a confirmação deste ponto de vista, pois excluiu indiretamente a alternativa que o governo norte-americano quer impor. Sabe-se, no entanto, que a administração Reagan está sondando o governo de Pretória com o intuito de obter sua aprovação para um plano próprio em relação às eleições. Apesar de ainda não se conhecer os detalhes deste projeto alternativo à resolução 435, sabe-se que ele não atende as reivindicações e aspirações do povo namibiano. No mesmo texto foi denunciada a “nova forma de aliança entre Washington e Pretória”.

Chade e Líbia

Com relação ao Chade, a resolução adotada foi um triunfo para o governo de N'Djamena e seu aliado líbio. Foi reafirmado o apoio da OUA ao presidente Gukuni Oueddei e decidiu-se facilitar a ajuda econômica e material ao país para que haja a possibilidade de se proceder à “rápida formação de Forças Armadas Integradas e à substituição progressiva das forças estrangeiras”.

Esta última é uma referência à força de intervenção líbia que ajudou o presidente Oueddei a

O terror cotidiano

Um testemunho estarrecedor sobre a prática diária do apartheid

Uma nova onda repressiva desencadeada nos últimos meses na Namíbia pelas forças de ocupação sul-africanas obrigou milhares de pessoas a fugir do território. Aumentam, ao mesmo tempo, as deserções no exército do regime racista. Os depoimentos que se seguem foram recolhidos pela Swapo, movimento de libertação da Namíbia, de desertores das forças sul-africanas.

Wilbard Joseph, de 17 anos, conta: "Makria Jafet nos ordenava que utilizássemos métodos mais violentos para liquidar todas as idéias favoráveis à Swapo, para esmagar os seus partidários e todos aqueles que demonstrassem ódio contra as Forças de Defesa Sul-Africanas na Namíbia. Algumas das violências que cometíamos: matar gente indiscriminadamente, violar mulheres, colocar minas nas estradas e caminhos. Em cima delas colocávamos pedaços de carne, dinheiro e outras 'iscas'. Dessa maneira atingíamos os 'terroristas' que, tocando na 'isca', acionavam a mina e morriam. Dinheiro e comida eram coisas a que não tinham direito."

"Mas o pior, era o que fazíamos com os que eram capturados. Cortávamos os seus braços e pernas direitas na altura do cotovelo e dos joelhos. Embora a amputação fosse feita com uma máquina elétrica, não era dada nenhuma anestesia. Em 1979, em Okaku, castigamos uma mulher acusada de ter enfeitado um dos nossos homens. O castigo: cortamos um pedaço da sua nádega, assamos e a obrigamos a

comer a sua própria carne. Depois cortamos suas orelhas e partimos o seu lábio superior para que ficasse desfigurada."

Fazíamos tudo isso sem sentir nada, porque nos drogavam com dagga e dugertain, que nos enlouqueciam completamente."

Hafeni Shikongo, de 16 anos, e Taukondjo Nauvinga, declararam: "Castrávamos os indivíduos que se negavam a entrar para a nossa tropa, quando os capturávamos. Duas dessas vítimas foram Paulus Gabriel, de Omafo, perto de Oshikango, e Petros Maikali, de Omatunda, no distrito de Ukwanyama. Éramos obrigados a fazer isso porque, de acordo com a disciplina militar, se recusássemos, seríamos tratados sem piedade."

Também as mulheres africanas são utilizadas na prática de atos bárbaros contra seus compatriotas. Uma prova disso é o testemunho de Elizabeth Heinrich, de 18 anos: "Éramos 10 jovens no campo. Só havia soldados negros sob o comando de Johanes Jyambo. Não tínhamos praticamente ligação com os brancos. Deram pistolas, bolos e doces envenenados, e dinheiro para que combatêssemos os 'terroristas'. A mim, pessoalmente, deram 400 rands e me disseram que fosse ter com os 'terroristas' em Omulambo. Pediram que eu os atraísse e que depois lhes desse as coisas envenenadas. Além disso, nos davam lâminas de barbear especiais para introduzirmos em nossos órgãos sexuais, para que feríssemos os 'terroristas' que fizessem amor conosco."

terminar com a guerra civil que destruíra o país e assegurar a estabilidade da autoridade legal. Aqueles que lamentaram a presença líbia no Chade não conseguiram traduzir na prática nenhuma ação para contestá-la. Em virtude do Acordo de Lagos (agosto de 1979) devia ter-se constituído uma força de intervenção africana com a participação de efetivos do Congo, Benin e Guiné. Mas somente o Congo enviou 400 soldados. Foi baseado nesta falha que Oueddei pediu respaldo militar a Kadhafi. Agora optou-se por uma fórmula mais realista. Mantendo o espírito da resolução de Lagos fala-se numa força interafricana, porém o governo do Chade deve aprovar a sua composição. Isto é: Oueddei poderá excluir a presença de tropas de países que, por motivos políticos, não lhe ofereçam garantias.

A situação atual do Chade foi consolidada pelo respaldo outorgado em Nairóbi. E, no plano econômico, foi solicitada a cooperação de todos os Estados membros da OUA para financiar um plano de reconstrução da economia e da administração do país devastado.

Sobre o *Chifre da África* foi emitida uma resolução que reafirma o Ogaden como "parte integrante da Etiópia". Esta decisão é uma derrota para a Somália. Obedeceu-se assim uma tradição considerada pela maioria dos países da OUA como indispensável para assegurar a estabilidade do continente. Trata-se de respeitar as fronteiras estabelecidas, mesmo quando, por serem herança do colonialismo, separam em distintos Estados nacionais, povos de uma mesma origem étnico-cultural ou causem inconvenientes como a obstrução de acessos marítimos. O desrespeito a esta posição tradicional levaria a uma sucessão de conflitos que conduziriam à atomização do continente, através de guerras fratricidas. □

A escalada militar

Os EUA fazem aliança, principalmente no campo militar, com o Paquistão e a China: a tática de Reagan para conter o "expansionismo soviético"

Pablo Piacentini

A corrida armamentista na Ásia vem se intensificando a um ritmo inusitado. Ao conceder créditos ao Paquistão para que ele se arme até os dentes e ao colocar a China no nível de "país amigo", dando-lhe, portanto, acesso a seu arsenal, o governo dos Estados Unidos obrigará a União Soviética e seus aliados regionais a aumentar suas capacidades militares como resposta.

Assim, vem sendo executada uma escalada armamentista na Ásia, sobretudo, em fronteiras estratégicas da URSS, enquanto ações semelhantes são instrumentalizadas em outras áreas, principalmente no Golfo Árabe e no Oceano Índico, como também na Europa. Ao mesmo tempo, o presidente Reagan desestimula as negociações sobre armamento estratégico (Salt), adiando-as por um ano.

São medidas que trazem um grave aumento da tensão e dos riscos de um choque entre as superpotências. Desde os piores tempos da guerra fria, o mundo nunca esteve tão perto de uma nova conflagração. **Cadernos do terceiro mundo** vem alertando permanentemente sobre os perigos que envolvem esta orientação contrária à distensão e que tem sua origem imediata na sede do setor hoje dominante na nação norte-americana em recuperar a hegemonia mundial, depois de ter conhecido retrocessos contínuos. Nesse sentido, esta



Mohammed Zia Ul-Haq instalou em Islamabad um regime repressivo

revista publicou em seu número 33 uma matéria especial sob o título "Como se prepara a 3ª Guerra Mundial".

Hoje, após os acordos firmados pelos Estados Unidos com a China e o Paquistão, a preocupação está centralizada na Ásia. O Paquistão recebeu um tratamento especial por parte de Washington durante a guerra fria, devido à sua proximidade com a URSS. A distensão fez com que este país asiático perdesse importância aos olhos da Casa Branca. Além disso, houve também a deterioração diplomática causada

pela política paquistanesa, que visa a converter o país numa potência atômica. Outro fato importante nesse sentido foi o golpe de Estado que, em 5 de julho de 1977, derrubou o regime democrático e executou, na forca, o primeiro-ministro Zulfikar Ali Bhutto, instalando o governo autoritário e repressivo do general Mohammed Zia Ul-Haq.

Depois do Afeganistão

Como naquela época o presidente James Carter procurava manter sua política de direitos humanos em relação aos países que não tinham valor estratégico para os EUA, os vínculos bilaterais desceram a um nível bem baixo. Mas, em fins de 1979, deu-se a intervenção soviética no Afeganistão e a Casa Branca voltou a considerar a posição geopolítica do Paquistão. Os direitos humanos e o tema nuclear passaram para segundo plano e o próprio Carter procurou uma aproximação com o regime de Islamabad.

Era preciso, no entanto, resolver dois problemas: o apoio à revolta islâmica afegã — que para ser eficaz devia contar com o apoio externo a partir do vizinho território paquistanês — e o fortalecimento das Forças Armadas do regime de Zia Ul-Haq. O oferecimento de um acordo militar deu-se publicamente e do mesmo modo foi rechaçado. Ul-Haq

considerou excessivamente baixa a assistência financeira e militar que o governo de Carter lhe propusera.

A outra questão não foi discutida abertamente. Washington negou que estivesse fornecendo ajuda direta aos rebeldes afgãos, apesar de que o governo de Kabul e a URSS denunciasses o contrário. Naquele tempo diversas e dispersas informações vindas de Washington, da Índia e principalmente do Golfo Árabe, indicavam a existência de uma ação conjunta para manter a guerrilha islâmica. Porém, atualmente, o presidente Reagan dá essa ajuda abertamente.

Em relação ao Paquistão, o atual presidente norte-americano propôs (e será concedido se o Congresso não fizer reajustes) um crédito de três bilhões de dólares durante seis anos. Até 80% deste crédito poderá ser empregado em compras de armas norte-americanas.

O general-presidente aceitou e a paz bilateral foi selada. Aquela porcentagem demonstra o caráter eminentemente militar da aliança e exige uma reflexão sobre as consequências sócio-econômicas que terão os gastos para expandir as Forças Armadas e o poderio nuclear neste país, que é um dos mais pobres do mundo (a renda per capita, segundo dados de 1977, era de 190 dólares anuais). A explicação oficial desses acordos está na mútua conveniência de converter o Paquistão em um adversário temível para o Afeganistão. Os norte-americanos os apresentaram como parte da política oficial para forçar a retirada soviética desse Estado.

No entanto, como notaram os dirigentes indianos, trata-se de uma política contraditória. Transformar em potência militar um vizinho do Afeganistão, que tem um valor estratégico fundamental para a URSS por sua posição geográfica, e incentivar a revolta islâmica interna, é, pelo contrário, um motivo para que

os soviéticos mantenham sua ajuda direta ao governo socialista de Babrak Karmal. Por isso, concluem os dirigentes indianos, a única coisa que será conseguida é a militarização da área. Além disso, em Nova Déli teme-se que quaisquer que sejam os propósitos de Washington, Ul-Haq utilizará seu poderio contra a Índia.

Paquistão e Índia se enfrentaram em três guerras desde 1947, quando foi feita a repartição do subcontinente indiano, nascendo ao norte a República Islâmica do Paquistão. O reforço e a modernização do aparelho militar do seu rival, trabalhando ainda para alcançar o controle de armas atômicas, induz a Índia — outro país dominado pela miséria — a seguir o mesmo caminho.

A detente China-EUA é, por sua vez, de uma transcendência muito maior, mas, ao mesmo tempo, é muito mais difícil de precisar. A comparação com um iceberg — somente a sua parte mais alta emerge à superfície — parece ser apropriada. Desde que no começo da década anterior Henry Kissinger, então Conselheiro de Segurança Nacional do presidente Richard Nixon, fez sua espetacular visita à China, foram constantes os encontros recíprocos, públicos e propagandeados entre funcionários de ambas as nações. Devem-se levar em conta também as muitas missões cobertas de sigilo.

As relações sino-norte-americanas

Reconhecendo Pequim, Washington corrigiu uma atitude contrária às práticas internacionais. Iniciou-se, assim, uma era de relação entre os dois países que poderá ter muitos aspectos positivos.

Um dos mais importantes foi o de que Washington não quis dar à sua iniciativa um caráter anti-soviético, como um fator do próprio equilíbrio diplomático, levando-se em consideração sua

pré-existente relação com Moscou. Isto estava de acordo com a distensão e, além do mais, correspondia aos interesses naturais da superpotência norte-americana. Mas elevar de imediato estas relações a um bom nível não foi possível devido a diversos problemas que ainda subsistiam, em primeiro lugar as hoje menores mas ainda importantes vinculações entre os Estados Unidos e Taiwan.

Um vigoroso impulso para o crescimento potencial do intercâmbio foi dado pela política das “quatro modernizações” lançada pelo homem-forte do governo chinês, Deng Xiao-Ping, pois estava associada a uma abertura ampla para as potências capitalistas industriais. Mas, pelo menos na superfície, não se progrediu muito.

Por isso, a visita feita por Haig a Pequim representa um salto de qualidade, em primeiro lugar, político. A definição dada pelo Secretário de Estado foi a de que a China não se converteu em um “aliado” dos Estados Unidos, mas sim em um país “amigo”, com o qual existem muitas coincidências que irão possibilitar uma “coordenação” e “estreitas consultas”.

No plano militar, Haig declarou que o gigante asiático poderá adquirir armas norte-americanas em pé de igualdade com outros países do Terceiro Mundo amigos dos EUA, o que não é uma resposta precisa. Disse ainda que até hoje seus interlocutores não lhe pediram armas.

É difícil discernir quais são as diferenças e as distâncias entre a amizade e a aliança, não através das diplomáticas respostas do general Haig, e sim na realidade. Ainda que pareça fora de dúvida o fato de que há mais conteúdo do que cabe na definição formal de Haig, mais correto seria dizer que esta relação implica uma amizade que inclui alianças em determinados aspectos da política regional asiática.

É certo que não se colocou de lado o fator limitante. Uma vez que durante sua campanha eleitoral Reagan criticou a decisão de Carter de abandonar Taiwan, temia-se em Pequim que o atual presidente concretizasse a sua promessa intensificando as relações com a ilha e frustrando, portanto, a possibilidade da própria abertura. No entanto, isso não sucedeu e não houve obstáculos para os progressos alcançados durante a visita de Haig.

A "comunhão de pontos de vista" a que se referiu o Secretário de Estado foi clara. Referia-se à URSS/Afganistão e ao Vietnã. Haig empregou os mesmos chavões ao gosto da terminologia chinesa, principalmente em relação às ameaças do "hegemonismo soviético". E, nestes casos, não há dúvida de que, de fato, existe uma aliança entre os dois governos. Caso contrário, não seriam possíveis as atividades de espionagem sobre a URSS que, segundo revelações vindas de Washington, realizam os chineses a partir de seu próprio território, com equipamentos sofisticados fornecidos pelos EUA, receptores destas informações estratégicas.

O Ministro das Relações Exteriores chinês fez uma espécie de desmentido sem desmentir, afirmando: "Nunca ouvimos nada disso". Mas esta frase com tão pouca ênfase não deu credibilidade às revelações e aos antecedentes em que se apoiava. Deve-se supor, portanto, que a informação conhecida é somente a ponta do iceberg.

Isto quer dizer que, fora do que eles já concordaram, têm ambas as partes o desejo de intensificar os vínculos recíprocos de uma forma maior do que a atual. Mas existem fatores objetivos que as limitam.

O interesse chinês está na possibilidade de poder realizar o programa das quatro modernizações, desenvolvendo seu aparelho produtivo. Essa aspiração de se

transformar em grande potência inclui a modernização militar e, portanto, a diminuição da superioridade militar soviética sobre a China.

Por que o governo Reagan concorda com esse objetivo? Porque ele escolheu a confrontação do poderio global entre os EUA e seus aliados, e a URSS e seus aliados, em substituição à fórmula da distensão. Isto é, na realidade, um conceito simplista sobre a forma de se enfrentar a expansão da influência da URSS. Pressupõe que as lutas dos povos contra o colonialismo e o neocolonialismo (assim como contra o racismo na África Austral e a recuperação do Estado Nacional Palestino) têm relação ou estão sendo incentivadas pelo "hegemonismo soviético".

No entanto, pode-se afirmar que essas lutas têm uma causa e uma dinâmica próprias e que podem ser estabelecidas vinculações de ordem estratégica entre elas e os países socialistas. Mas mesmo sem a anuência destes, elas não deixariam de se manifestar. O que inquieta Washington é que estas eventuais vinculações podem levar a uma alteração na relação mundial de forças, reduzindo a esfera de influência ocidental e, com ela, o hegemonismo norte-americano.

O projeto de Reagan

Dentro desta lógica, Reagan representa os setores que querem recuperar a todo custo o hegemonismo norte-americano e subiu ao governo decidido a tentá-lo. A curto prazo o projeto reaganiano consiste no rearmamento com o objetivo de alcançar uma folgada vantagem militar em relação aos soviéticos. Dentro desta estratégia está a crença de que o cerco militar em torno da URSS não só a dissuadiria de praticar certas ações, como também produziria indiretamente um efeito de fundamental importância: impedir que atenda

simultaneamente todas as frentes que o Kremlin considera prioritárias, partindo da avaliação de que o orçamento de Defesa consome uma parcela maior dos orçamentos dos países socialistas do que dos capitalistas. Segundo estimativas ocidentais cuja margem de erro não deve ser grande, o Produto Nacional Bruto dos Estados Unidos é aproximadamente o dobro do PNB soviético.

Os gastos com defesa que a URSS se vê obrigada a ter para contrabalançar o poderio norte-americano exigiriam, portanto, um esforço econômico proporcionalmente maior de Moscou, chegando-se a um ponto em que o país não poderia enfrentá-los sem fazer sacrifícios em outras frentes.

Sabe-se que os soviéticos, que historicamente chegaram tarde à industrialização, acham que os gastos defensivos são responsáveis pelo não investimento dos recursos necessários ao desenvolvimento das forças produtivas, prejudicando, assim, o objetivo de demonstrar a clara superioridade do modo de produção (e de redistribuição) socialista.

O problema remonta à época da Revolução de Outubro, quando as potências capitalistas decretaram uma espécie de Santa Aliança e um consequente cordão sanitário para isolar a URSS. Esta, que era uma nação atrasada, com resquícios arcaicos e feudais, teve, assim, desde o começo, de fazer grandes investimentos em defesa. Também neste aspecto os homens de Reagan e os analistas do Pentágono voltam ao passado. Utilizam um raciocínio de que se deveria chegar a um ponto em que a corrida armamentista tornasse impossível à URSS atender ao mesmo tempo a sua defesa, seus planos de desenvolvimento e o aumento do consumo interno, a assistência aos países aliados e aos movimentos de libertação e outras formas de presença externa, o que seus adversários qualificam de "expansionismo".

Como a defesa não pode ser descuidada, os ideólogos norte-americanos acreditam que a URSS será obrigada a fazer cortes em outros setores, atingindo, assim, a assistência externa.

Dentro desta lógica está inserido o respaldo dos EUA à China. Para cobrir a extensa fronteira com a China, a URSS, desde a sua ruptura com o país de Mao, vem tendo que destacar um maior número de efetivos, chegando a ter ali atualmente 42 divisões.

Se em vez do atraso bélico atual a China conseguisse modernizar suas Forças Armadas, o esforço soviético deveria ser proporcional aos avanços chineses, isto é, muito maior. Este é o projeto. Mas é bom lembrar que existem fatores que o relativizam e fazem com que grande número dos principais passos que deveriam ser dados para alcançar essa meta só possam ser concretizados num futuro impreciso.

Em primeiro lugar, a crise econômica na China, que obrigou a reduzir substancialmente os projetos implícitos nas quatro modernizações e, talvez, em grau comparativamente superior, no plano militar. E se passarão vários anos antes que a programação em curso levante a economia chinesa, caso ela tenha êxito. Isto quer dizer que, por enquanto, a corrida armamentista da China não pode ser financiada. Os créditos que os EUA lhes dêem, ainda que sejam a longo prazo e com baixa taxa de juros, só poderiam nesta realidade cobrir alguns aspectos parciais das necessidades do país.

O segundo ponto tem relação com o primeiro e refere-se à situação das Forças Armadas chinesas. Depois do anúncio das quatro modernizações, quando se acreditava que em breve seriam colocados em prática os projetos, foram enviadas missões chinesas ao exterior, como também muitos vendedores de armas e militares estiveram em Pequim, atualizando, assim, as informa-



Atualmente o governo norte-americano ajuda abertamente a guerrilha islâmica no Afeganistão

ções sobre a defesa chinesa. Os *experts* traçaram, então, um quadro de desorganização, mau equipamento e necessidades que podem ser resumidas nos seguintes pontos:

- Calcula-se o atraso do aparelho militar chinês entre 15 a 20 anos.

- Todos os setores das Forças Armadas demonstram deficiências sérias, com exceção da infantaria, considerada de excelente nível.

- Para pôr em dia as Forças Armadas chinesas calculou-se uma despesa necessária de 300 bilhões de dólares. As exportações chinesas (dados de 1978) foram estimadas em 2,4 bilhões de dólares.

Um artigo publicado no diário londrino *Financial Times*, em 2 de junho deste ano, baseado na análise de especialistas ocidentais, deu alguns indícios da situação chinesa e de sua capacidade ofensiva. "A guerra com o Viet-

nã em 1979 — dizia o artigo — revelou a inferioridade da artilharia chinesa, sem uma direção precisa de tiro durante a noite ou de elementos automáticos. A exportação de *Migs* ao Paquistão demonstrou a inadequação dessas armas comparadas com os armamentos originais russos, mais versáteis e com uma manutenção menos frequente". Convém, portanto, colocar o desafio chinês na sua real dimensão, como uma aspiração a longo prazo. Entretanto, se os avanços que foram dados nessa direção forem mais rápidos serão devidos, em grande parte, à cooperação EUA-China.

Um caminho perigoso

Como vêm os soviéticos essa perspectiva? Aham que é uma grande ilusão e um caminho perigoso. A URSS, fiel ao "internacionalismo proletário", não abandonará suas responsabilidades exteriores sob nenhuma hipótese. Na realidade, a União Soviética nunca deu passos para trás neste campo e é possível que nas projeções do Pentágono exista uma subestimação dos mecanismos socialistas para reavivar, quando for necessário, sacrifícios no plano interno em um grau maior do que normalmente pode ser possível nas economias capitalistas.

O certo é que a escalada armamentista, já rápida no final do governo de Carter, tem sido muito mais veloz nestes poucos meses do governo Reagan. Isto está relacionado com a grave deterioração das relações entre os EUA e a URSS, até um ponto onde não existem praticamente mecanismos nem um código mutuamente compreensível para um diálogo ou uma negociação, nem sequer no caso de ter que se apelar para o telefone vermelho. A extensão da confrontação no cenário asiático é mais um risco para uma situação mundial, exposta como nunca à destruição total. □

A interminável batalha

No fundo, a missão Habib seria a continuação do domínio israelense por outros meios. No campo de batalha, a resistência palestina e libanesa progressista frustra os planos expansionistas de Begin

Beatriz Bissio

“O que resta desse país? O que resta desse pobre povo?” Estas dramáticas perguntas feitas pelo Papa João Paulo II ao núncio apostólico de Beirute, Carlos Furno, que o visitava no seu leito no hospital, refletem a perplexidade e os temores da consciência mundial diante da situação do Líbano.

Esse pequeno país do Oriente Médio é apresentado no noticiário internacional através de crises cíclicas esquematizadas como um conflito religioso entre cristãos e muçulmanos, e mais recentemente, como a “crise dos mísseis”. Na verdade, o problema é outro e está sem solução: é o caso palestino e a luta da população libanesa por uma nova legalidade, apresentada falsamente como uma guerra religiosa.

Para cada “crise” são propostos “mediadores” e surgem assim novos personagens cuja estrela tem vida fugaz e cujos nomes caem rapidamente no esquecimento. Desta vez é Philip Habib, enviado especial do presidente Reagan ao Oriente Médio para tentar pôr fim à chamada “crise dos mísseis”.

Os Sam-6 em cena

Mas, o que é afinal a tão falada “crise dos mísseis”? Como podem nela ser enquadradas as agressões israelenses a Beirute e ao sul do Líbano?



Nos primeiros meses deste ano, o governo israelense, encabeçado por Menahem Begin, voltou a pôr em prática as agressões em grande escala ao sul do Líbano, com reiteradas incursões por terra, ar e mar, nas regiões de Tiro, Saida (Sidón), Nabatieh, Castelo Beaufort, nos campos de refugiados de Rashidieh e outros da zona, desembarques ao longo da estrada que liga Beirute a Damour e Tiro e, eventualmente, vôos a grande altitude sobre Beirute. A situação gerou uma esperada reação das forças sírias-libanesas progressistas e palestinas que, em evidente desvantagem diante da agressão israelense, somente podiam tentar melhorar o seu sistema defensivo.

Assim, a Síria deslocou alguns dos seus mísseis Sam-6 (terra-ar) de fabricação soviética para o vale de Bakáa, com o prévio consentimento do presidente libanês Elias Sarkis. As peças de artilharia antiaérea, em operação até aquele momento, não tinham alcance para atingir os aviões altamente sofisticados (F-15 e F-16, similares aos posteriormente utilizados no ataque israelense à central nuclear iraquiana) e equipados com os mais modernos foguetes e radares que Begin estava utilizando no Líbano.

A entrada em cena dos Sam-6 foi uma resposta militar a uma agressão, com o objetivo de aperfeiçoar o sistema defensivo de um país que está sendo invadido

e bombardeado na maior das impunidades. Salvo protestos formais nas Nações Unidas, as operações de Begin nunca foram objeto de nenhuma sanção concreta.

Begin "denunciou" que os mísseis *Sam*, instalados no vale de Bakáa pelas forças sírias, "constituem uma ameaça à segurança interna e à integridade territorial de Israel". Os Estados Unidos apoiaram essa "interpretação", e a partir daí a Síria passou a ser responsabilizada por gerar "a crise dos mísseis".

Habib: só o nome é árabe

Surge então a "missão Habib", que serviria como mediador da "crise". Para lidar com os árabes, segundo o simplista raciocínio do presidente Reagan, nada melhor que alguém que possa invocar uma ascendência comum. Como a administração Reagan não tem uma política — ou melhor, uma proposta — para o Oriente Médio aceitável pelos árabes, tem que recorrer a elementos supérfluos como esse.

Philip Habib tem, efetivamente, ascendência libanesa, maronita. Mas esse é o seu único "mérito" pró-árabe conhecido. Para além disso, é uma peça perfeitamente integrada na aliança norte-americana e sionista.

Desde o início de maio, Habib está em missão no Oriente Médio, com algumas viagens esporádicas a Washington. Circula entre Telavive, Damasco, Beirute e Riad. Segundo noticiam abundantemente os jornais árabes, "limita-se a fazer perguntas e a escutar", razão pela qual alguns articulistas da região perguntavam-se se na verdade a sua "missão" não seria recolher informações e tomar conhecimento direto de alguns pontos débeis nas alianças árabes, para depois adequar à essa realidade a estratégia de Washington-Telavive.

Nestes três meses, Habib formou, seguramente, uma opinião

cabal da situação no Oriente Médio. E se, em seu foro íntimo, sua ascendência árabe lhe permitisse emitir um juízo objetivo, não poderia deixar de reconhecer diante de seu presidente os rancores que desperta na região o apoio dos Estados Unidos ao governo do primeiro-ministro Begin.

Uma proposta vazia

A proposta de paz que finalmente apresentou Habib reclamava a retirada das forças sírias da cidade de Zahle e de Sannin — posições que passariam ao débil exército libanês — e a retirada dos mísseis *Sam* do vale de Bakáa, em troca de um certo controle dos vôos israelenses sobre o Líbano. Nem uma palavra sobre o problema palestino.

Ou seja: depois de três meses de diálogo com os principais dirigentes árabes diretamente afetados pela situação libanesa, depois de discutir largamente com os líderes israelenses, e contando com todo o poder da sua condição de enviado pessoal do presidente dos Estados Unidos, Habib só concebe uma solução de paz para o Líbano se, unilateralmente, os agredidos renunciarem a se defender.

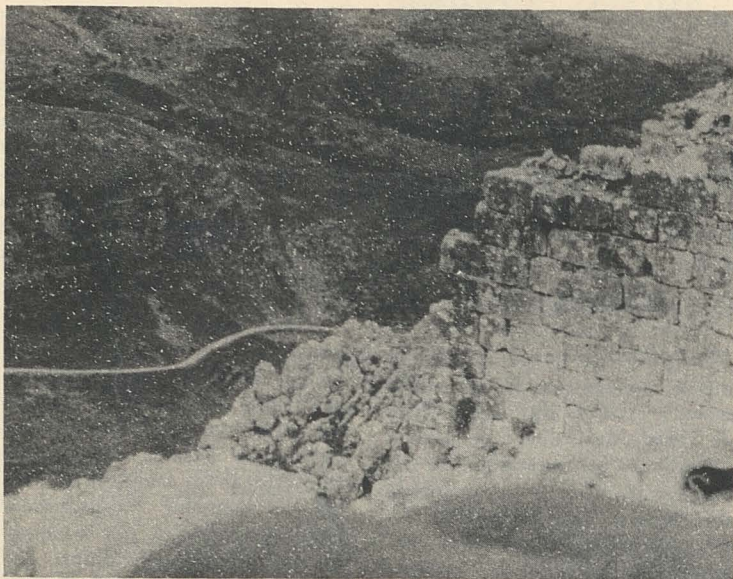
Mas, para intranquilidade de Habib, Israel não aceita, nem temporariamente, desempenhar o papel de "bom" na comédia. Quando a missão estava em pleno andamento, em meados de julho, Menahem Begin desencadeou o mais importante ataque ao Líbano desde a invasão de 1978. Aviões israelenses bombardearam Beirute, principalmente os bairros de Fakhani, Tarik-el-Judida, a Universidade Árabe, Ramlet-al-Beida e os campos de refugiados de Sabra e Shatila. O saldo de vítimas foi próximo dos 500 mortos e de dois mil feridos. Nesses mesmos dias, incursões sistemáticas ao sul do Líbano destruíam pontes vitais e estradas de rodagem, hospitais e resi-

dências, semeando o pânico entre a população civil libanesa e palestina, a principal vítima. Os *experts* militares palestinos interpretaram essa agressão — que inutilizou grande parte das vias de comunicação do sul do país — como um passo prévio a uma eventual intervenção em grande escala das forças israelenses na região.

Como essas agressões se deram depois do ataque ao reator nuclear iraquiano e às vésperas da reunião das potências ocidentais em Ottawa, no Canadá, o secretário de Estado norte-americano Alexander Haig viu-se obrigado a censurar publicamente Begin. Acusou-o de pôr Washington em dificuldades diante dos seus parceiros na reunião de alto nível e pediu o cessar imediato das hostilidades. Mas isso não impediu que poucos dias depois o próprio Begin se deslocasse para Matula, na fronteira israelense-libanesa, para entrevistar-se com o major rebelde libanês Saad Haddad, ponta-de-lança de Israel nas agressões ao sul do Líbano, a fim de inspecionar pessoalmente o teatro de guerra.

A essa altura, já nem o próprio Habib deveria mais confiar na sua capacidade como mediador. A Síria rechaçou formalmente a sua proposta de paz, mantendo sua posição: não aceitar a exigência da retirada dos mísseis das forças árabes de dissuasão; não aceitar as ameaças e continuar preparando-se para novas agressões eventuais. Ratificou mais uma vez, a impossibilidade total dos Estados Unidos e Israel intervirem no Líbano.

O regime de Damasco chegou a comentar, em círculos restritos, que a missão de Habib estava servindo de base para a agressão norte-americana-israelense contra o Líbano com o objetivo de dividir o país, aniquilar a resistência palestina e de atacar a própria Síria.



Das ruínas do Castelo Beaufort, alvo constante das agressões israelenses, os palestinos resistem

Apoio dos ministros de Defesa árabes

Yasser Arafat reuniu-se nesses dias com o comandante das forças das Nações Unidas no Líbano, o general irlandês William Calaham, para analisar a situação, reconhecidamente tensa. Na conferência de imprensa que deu ao finalizar esse encontro, Arafat afirmou que "a paciência tem um limite". Com essas mesmas palavras havia enviado memorandos ao secretário-geral da ONU e ao presidente do Conselho de Segurança, exortando-os a dar maior apoio às forças palestinas, libanesas e sírias.

Paralelamente, Arafat convocou uma reunião do Conselho de Defesa Comum Árabe, a mais alta instância militar do Mundo Árabe, para discutir a situação. Na reunião — realizada em Túnis, sede da Liga Árabe — o Conselho deu um amplo respaldo à OLP e às forças libanesas progressistas, uma vez que afirmava estar consciente do papel desempenhado pela Síria no conflito, país ao qual também estendeu o seu apoio.

Na sua resolução final, de quatro pontos, ficou decidido "adotar as medidas estipuladas pelo Tratado Árabe de Defesa Comum para ajudar o Líbano a preservar a sua independência, sua soberania e sua integridade territorial diante da agressão israelense", além de "ajudar a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) a enfrentar as perdas causadas pelas agressões sionistas". Por outro lado, exortou os países árabes a "ajudar os palestinos na sua luta nos territórios árabes ocupados".

O Conselho, que tem, teoricamente, capacidade militar equivalente à Otan ou ao Pacto de Varsóvia (os 20 países da Liga Árabe têm, sob suas bandeiras, cerca de 825 mil soldados, 9.500 tanques e 2.000 aviões de combate, sem contar com as forças do Egito), também lançou uma advertência aos Estados Unidos condenando a continuação da sua ajuda militar a Israel. "Os Estados árabes adotarão medidas globais no caso desses países prosseguirem na sua ajuda a Israel", enfatizou o comunicado.

Embora seja pouco provável

que essa advertência venha a ser convertida em medidas concretas, a curto prazo, o fato de que dessa reunião tenha saído um comunicado redigido em linguagem dura já é um indicador de novas realidades nos países árabes. Os desmandos de Begin não deixam somente em posição incômoda os seus parceiros norte-americanos. Criam também crescentes contradições nos países árabes moderados como, por exemplo, a Arábia Saudita. Se bem que Riad já tenha se distanciado de Washington em relação ao seu passado recente, ainda é um regime no qual a estratégia da Casa Branca baseia as suas esperanças. Mas, a cada dia que passa, torna-se mais difícil para o príncipe Saud conciliar suas posições pró-norte-americanas com sua solidariedade com a OLP e, de modo geral, com a causa árabe.

Um reflexo dos novos caminhos que a Arábia Saudita procura seguir, é a recente proposta de Riad de criar um Estado Palestino independente com capital no setor muçulmano de Jerusalém, proposta essa rapidamente rechaçada pelos israelenses.

Fortalece-se a linha dura

Mesmo sem a vantagem que alguns inquéritos apressadamente lhe indicavam, Begin conseguiu, depois de duras negociações, manter seu posto de Primeiro-Ministro. O custo da laboriosa diplomacia interna foi um endurecimento ainda maior de suas posições, e uma aproximação com os pequenos e sectários, mas decisivos, partidos religiosos. Nada indica na composição de seu novo governo, que Begin esteja pensando em mudar de estratégia para o Líbano e os territórios ocupados. Ao contrário, todas as declarações insistem na linha belicista mais intransigente. A presença de um radical como Ariel Sharon no Ministério da Defesa já é um exemplo disto. O Comitê Central de Al-Fatah, a

maior e mais poderosa organização palestina da OLP, declarou, através de Abu Iyad, que "o novo governo Begin aumentará a tensão no Oriente Médio, levando-o à guerra".

Tanto o diário esquerdista libanês *As Safir*, como o conservador *An'Nahar* publicaram nos dias seguintes aos bombardeios de Beirute editoriais que afirmam que a crise atual depende totalmente do problema global do Oriente Médio. Por sua vez, Fuad Butros, chanceler libanês, afirmou que "o problema não tem solução fora da *entente*".

Os países árabes estão conscientes da explosiva situação que se vive atualmente no Levante. As recentes manobras conjuntas no Mediterrâneo da Síria e União Soviética — que renovaram o seu tratado de assistência militar — foram uma advertência para Israel e seus aliados. E Moscou já afirmou que qualquer agressão a Damasco será considerada como uma intervenção contra a URSS.

Sadat, no seu triste papel junto a Begin, não conseguiu na sua viagem a Washington que a Casa Branca ajudasse a melhorar sua posição perante seus colegas árabes. Diante da sua tímida e teatral reivindicação de que a OLP seja chamada nas conversações de Campo David, Reagan declarou publicamente que isso não estava nos planos da administração republicana.

Enquanto isto, no campo de batalha, as forças palestinas e libanesas progressistas dão uma demonstração de decisão e coragem que já foi destacada por analistas em várias partes do mundo. Sua posição de avanço no sul do Líbano — o já legendário Castelo Beaufort, que domina de uma colina estratégica o rio Litani — submetido a intensos ataques de artilharia, resiste ao fogo de metralhadoras e também às pressões políticas dos libaneses direitistas. As milícias e as forças regulares da OLP trabalham arduamente junto de seus

Vale de Bakáa: os mísseis Sam ali instalados pelas forças sírias, como medida defensiva são, segundo Begin, "uma ameaça à segurança interna e à integridade de Israel". Um bom pretexto para intensificar os ataques



aliados libaneses para ajudar na organização da população civil do sul do Líbano e evitar que o número de vítimas seja ainda maior. As pontes e as estradas que são destruídas durante o dia pelos israelenses, começam a ser reconstruídas à noite pela população local, organizada e orientada pela OLP e os libaneses progressistas, cuja direção já vive praticamente em refúgios subterrâneos antiaéreos. Contingentes de civis cada vez maiores também têm que se recolher em refúgios nas principais horas do dia. Segundo um jornalista que visitou há poucos dias a região, "em todos os lados os sacos de areia substituem os vidros".

Até quando isso pode continuar?

Mais do que em qualquer outra parte do mundo, a ameaça de uma terceira guerra mundial (como já afirmamos reiteradamente nos *cadernos do terceiro mundo*) está latente no Oriente Médio,

mais precisamente, no martirizado território do Líbano. Begin pretende acabar com o problema aniquilando o povo palestino. A sua meta é impossível de concretizar.

O Líbano converteu-se num campo de batalha das forças que, historicamente, se batem na região: os povos árabes de um lado, e os interesses imperialistas expressos na política expansionista de Israel, do outro. No momento em que a contradição principal é esta, o conflito transcende largamente as fronteiras do Líbano e enquadra-se na grande luta do século XX pela autodeterminação dos povos. E neste caso, os que enfrentam o maior desafio, são os próprios países árabes: se não sobrepõem o seu interesse comum às divergências circunstanciais, continuarão assistindo à mutilação do seu povo e à postergação da sua grande meta de superar o subdesenvolvimento. □

Arafat:

“Não temos terra nem para enterrar nossos mortos”

O líder palestino fala sobre a atual situação no Líbano e pergunta: quem são os verdadeiros terroristas?

Sus Van Elzen

Vi Yasser Arafat pela primeira vez no aeroporto de Beirute, no momento em que chegavam os restos mortais de Naim Khader, representante da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) em Bruxelas, assassinado nos primeiros dias de junho. O líder palestino, um homem pequeno e meigo, parecia envelhecido. Não deu para observar nada mais. Rapidamente o cortejo fúnebre — uma centena de veículos militares fortemente armados — partiu através da cidade em direção ao “quilômetro quadrado árabe” controlado pela OLP.

A cerimônia fúnebre foi realizada em uma igreja católica. Depois celebrou-se um ato extraordinariamente emotivo na Universidade Árabe, onde falou Bernadette Reynebeau, a viúva de Khader. Arafat estava presente. Aqui ele sente-se em seu terreno, embora jamais esqueça que esta não é sua pátria.

A tarde partimos com o cortejo para Amã, a capital da Jordânia, onde foi enterrado Naim Khader. Desde o “setembro negro” de 1970, quando os palestinos foram expulsos violentamente da Jordânia, até recentemente, Amã era zona inimiga

para os palestinos. “Aqui há muito tempo que não se chorava por um palestino”, comenta nosso acompanhante Mustafá.

Com o rosto marcado pela tristeza, Arafat nos recebe mais tarde em seu quartel-general em Beirute. A dor torna afável as pessoas. Depois de um prolongado silêncio nos cumprimenta e agradece a nossa presença:

— Vocês não podem imaginar a perda enorme que representa para nós a morte de Naim Khader. Era um dos nossos melhores dirigentes. Trabalhava em silêncio, mas profundamente.

Arafat fala pausadamente: “Esta é a tragédia palestina. O trabalho deve continuar... Fazer frente à invasão bárbara das nossas terras, ao inferno permanente nesta cidade, à guerra de agressão no sul do Líbano, uma guerra empreendida pelos israelenses com um exército moderno, que utiliza armas norte-americanas muito sofisticadas contra o povo palestino, e contra o povo libanês... E enfrentamos, além disso, os assassinos com armas silenciosas que nos atiram pelas costas em Bruxelas, Londres, Paris ou Chipre. Essa é a tragédia palestina. Tem sempre cor de sangue. Mas essa sangria cotidiana é parte do sa-

crifício do nosso povo para alcançar a vitória final. Você pode constatar aqui, nas ruas, a enorme determinação do nosso povo para prosseguir a luta, apesar de tudo...”

Pedimos a Arafat sua opinião sobre a ameaça de guerra que, a partir do Líbano, parece estender-se por todo o Oriente Médio. O enviado norte-americano, Philip Habib, percorre as capitais da região, numa tentativa de evitá-la. Arafat não crê na sinceridade destes esforços.

— Existem muitas versões sobre a missão de Habib (que tem ascendência árabe), mas conheço alguns fatos. A guerra de agressão no sul do Líbano, estes ataques bárbaros (que pouco depois chegariam à própria capital libanesa, causando a morte de centenas de civis) são realizados com aviões norte-americanos, com armas norte-americanas, com a luz verde dos Estados Unidos.

Os árabes se unem

“Você deve se recordar da última declaração de Richard Allen (conselheiro de Segurança Nacional da Casa Branca): ele afirmou que as forças militares israelenses têm o direito de realizar ‘perseguições quentes’, perseguições militares contra os palestinos. Que significa isto? É a luz verde dos Estados Unidos.”

“Talvez Habib esteja realmente tentando evitar a guerra entre Israel e a Síria, porque todo o mundo sabe que isto complicaria toda a situação na região, já que os sírios têm um tratado de amizade com a União Soviética. Os norte-americanos tratam de evitar o confronto. Mas, ao mesmo tempo, Begin declara que discutiu com Habib esses *raids* e os ataques permanentes contra os palestinos. Estão nos atacando pelo ar, mar e terra. Ontem mesmo nos atacaram pelo mar, com um destróier e seis ou sete barcos.”

Há algum progresso na procura de uma solução para o problema libanês?

— Como presidente da OLP faço todo o possível. E apesar de todas as diferenças existentes entre os países árabes, conseguimos êxito ao poder realizar há pouco tempo um encontro da Liga Árabe em Túnis. Foi uma grande vitória da diplomacia palestina. Como você sabe, eu percorri pessoalmente todo o mundo árabe, dos Emirados à Argélia. Meus irmãos e colegas visitaram os países onde eu não pude ir e assim conseguimos realizar esse encontro que superou a divisão que existia desde a reunião de cúpula de Amã. Quanto ao Líbano, minha opinião é que a solução depende dos próprios libaneses. Uma reconciliação dos libaneses seria um excelente ponto de partida.

Qual seria a posição dos países árabes em caso de uma nova guerra no Oriente Médio?

— Enfrentamos muitas dificuldades, como você sabe, mas não temos outra opção. Temos que continuar nossa revolução, mesmo nas atuais circunstâncias. E em Túnis, como já disse, conseguimos algo muito importante. Essa reunião mostrou que, apesar de todas suas diferenças, os árabes têm a capacidade de se unirem quando se trata do tema medular, da raiz de todos os conflitos da região, que é o problema palestino. Este é o sentido do

que se resolveu em Túnis e do que decidiram em Bagdá os ministros de Relações Exteriores da Conferência Islâmica.

O cavalo islâmico

Você prevê alguma mudança na guerra entre Irã e Iraque?

— A OLP é membro de dois comitês mediadores: o da Conferência Islâmica e o do Movimento de Países Não-Alinhados. Participamos ativamente em ambos e posso dizer que o mais impor-

tante é que estes comitês encontraram bom ambiente para o seu trabalho. É uma tarefa muito difícil, porque esta guerra é um desastre para todos nós. Para o povo iraquiano, para o povo iraniano, para todos os povos da área. Estamos fazendo tudo o que podemos para detê-la. E posso dizer que conseguimos alguns passos positivos nessa direção.

Que forças podem impedir que o Oriente Médio se converta em área de conflito entre a Otan e o Pacto de Varsóvia?



No enterro de Naim Khader, representante da OLP em Bruxelas assassinado pelos sionistas, sua mulher, Bernadette Reynebeau, e Yasser Arafat

— Depois da Conferência de Túnis, o Oriente Médio converteu-se claramente em um problema árabe. Espero que, nessa linha, se chegue a uma solução, e faremos todos os esforços para que se continue nessa direção. Não posso dizer que o êxito seja certo, mas espero que o esforço árabe nos traga uma solução.

Além disso, não há dúvida de que a Europa tem um papel a jogar na crise do Oriente Médio, já que os norte-americanos são parciais. Essa parcialidade é óbvia, e vê-se, claramente, em todas as declarações e na ajuda política, diplomática, financeira e militar com que os Estados Unidos alimentam Israel. E também nas concepções do Pentágono sobre a importância de Israel nesta região, muitas vezes expressas publicamente, para a estratégia militar norte-americana.

Mas os Estados Unidos costumam errar. Como por exemplo, no problema do Afeganistão. Os norte-americanos tentaram dirigir para o Afeganistão toda a atenção mundial, mas no que resultou? Já nenhum jornal fala mais nisso na primeira página.

Depois começaram a fazer alarde sobre a influência soviética nesta região. Mas a atual crise no Líbano, com os sírios e os palestinos de um lado e os israelenses de outro, recolocou o problema em sua exata dimensão.

Os Estados Unidos querem montar o cavalo islâmico, aproveitar o ressurgimento do sentimento religioso, para enfrentar a União Soviética no Oriente Médio. Mas se esquecem completamente que este "cavalo" está comprometido com a causa palestina.

A Internacional Socialista tem algum papel no Oriente Médio?

— Tenho muito boas relações com diversos grupos da Internacional Socialista, com o seu próprio presidente, Willy Brandt, com o vice-presidente, o chanceler austríaco Bruno Kreisky, e

com muitos outros, de Olof Palme a Leopold Senghor. E agora temos um dos líderes mais importantes do movimento, François Mitterrand, nos Campos Elísios. Como resposta à minha mensagem de congratulação, recebi do presidente francês uma breve mensagem, porém muito importante: ele menciona os nossos direitos, o direito do nosso povo à autodeterminação e a ter um território. E isso é muito importante.

Claude Cheysson, o novo ministro francês de Relações Exteriores, tinha uma boa relação com Naim Khader, que trabalhava para conseguir a compreensão da Comunidade Econômica Europeia pela causa palestina. Pode ter sido essa uma das razões do assassinato de Khader?

— Eles escolhem como alvo os nossos melhores quadros, nossos melhores líderes. Definitivamente, essa é uma das razões pela qual assassinaram meu irmão Naim. Ele era um desses quadros que deixam um grande vazio. Não será fácil substituí-lo.

O atentado foi atribuído na Europa aos próprios palestinos...

— O assassinato de Naim Khader é resultado da atividade dos serviços de inteligência israelenses contra os palestinos. Perseguem-nos com todos os meios possíveis. Não importa como consigam nos assassinar, liquidar o nosso povo. Às vezes utilizam os seus agentes, outras vezes usam mãos árabes. Mas as decisões são tomadas por aqueles que estão interessados em nos liquidar. Mataram nossos representantes em Londres, Paris e, agora, em Bruxelas.

Não há forma de detê-los?

— Naim havia pedido permissão de porte de arma para sua proteção pessoal, mas as autoridades belgas lhe negaram. E sabemos que outros diplomatas em Bruxelas estão autorizados ao porte de arma. E eu me pergunto: quem são os terroristas? Naim ou Begin?

Como pôr fim a esta guerra?

— Reconhecendo aos palestinos os direitos que já foram aprovados pelas Nações Unidas: o direito de voltar à nossa pátria, o direito à autodeterminação e o direito de estabelecer nosso Estado independente, de acordo com as leis internacionais. Somos seres humanos e temos o direito de viver como seres humanos, e não como refugiados apátridas, sem documentação.

Talvez você não entenda o que é ser um refugiado. Mas aqui temos o Naim, que estamos sepultando. Onde? Aqui em Beirute? Em Amã? Por que não é em sua terra, em Zababdeh? Foi enterrado longe da sua pátria. Eu vivo uma tragédia cotidiana aqui em Beirute, porque não tenho lugar para sepultar os nossos mártires. Há uma lei no Líbano que proíbe aos palestinos comprar terras. Temos um velho cemitério. Está totalmente cheio e não podemos comprar terras para outro. Temos um problema cotidiano. Onde enterrar os nossos mortos? Onde?

Aqui estão quatro palestinos com você. Nenhum de nós tem o mesmo tipo de passaporte. Como viajar? Com um passaporte vencido. Na minha última visita ao Kuwait, eu estava com o *sheik* Sabah. Um policial aproximou-se para dizer-me algo em voz baixa. O *sheik* perguntou-me: "Não tens passaporte? Dê-me uma foto e lhe daremos imediatamente um passaporte do Kuwait!"

Eu lhe disse que não. Como presidente da OLP posso conseguir um passaporte. E o meu povo? Perguntei a Sabah: "Darías passaporte a todo o meu povo?" Esse é outro aspecto da tragédia.

A tarde chega ao fim. Arafat parece cansado e está muito triste. Em algum lugar do Oriente Médio, nesta mesma hora, aviões israelenses voavam até Tamuz para bombardear a central nuclear iraquiana. Mas isso só sabíamos no dia seguinte. □

As transnacionais comandam a ação

Enquanto as corporações monopolizam as técnicas mais sofisticadas de comunicação, o povo não pode sequer enviar telegramas

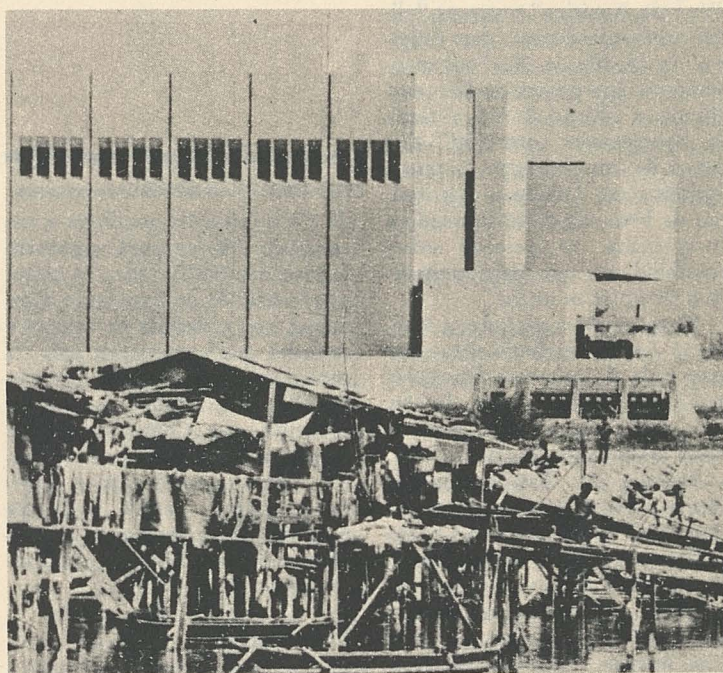
Gerald Susman*

Os habitantes de Manila tiveram uma surpresa quando despertaram na manhã do dia 23 de setembro de 1972: as estações de rádio não foram ao ar, os jornais não saíram às ruas e importantes jornalistas, intelectuais e dirigentes políticos, tinham sido presos. O presidente Ferdinando Marcos acabava de decretar a lei marcial, assumindo poderes ditatoriais.

O primeiro decreto ("Carta de Instrução Número 1", que da mesma maneira como todos os seguintes, continua vigorando, apesar da suspensão da lei marcial no começo de 1981) fechou 15 dos 16 jornais de Manila, seis das sete estações de televisão e suspendeu todas as emissões de rádio, com exceção da "Voz das Filipinas" e de uma estação religiosa estrangeira.

Muitas vezes se ergueram no mundo para protestar contra esta e outras violações das liberdades civis nas Filipinas. No entanto, até agora, ninguém tinha estudado a nova estrutura de comunicação do país, que é um aspecto essencial do modelo de desenvolvimento que Marcos, seus tecnocratas ocidentalizados e seus assessores tentam estabelecer.

Para abrir a economia filipina à penetração estrangeira, foi necessário reprimir a vigorosa corrente antiimperialista muito atuante no início da década, co-



mo também, controlar totalmente o processo de informação e comunicação do país.

Que é um milionário?

Desde a década dos anos cinquenta, teóricos norte-americanos da "modernização" propagaram a idéia de que o desenvolvimento econômico requer, como necessidade fundamental, a adoção da tecnologia de comuni-

cação utilizada nos Estados Unidos. Daniel Lerner, um dos mais influentes "modernistas", comentou, em 1963, que "para motivar os camponeses isolados e analfabetos, que compõem o grosso da população mundial, é

* A matéria faz parte de um estudo realizado pelo autor, que é membro da Universidade do Havai e da Associação Internacional de Pesquisas para a Paz.

necessário oferecer-lhes indicações sobre como poderiam ter uma vida melhor”.

Ithiel de Sola Pool, colega de Lerner, amplia este conceito: “Os meios de comunicação modernos alargam a compreensão do homem sobre estilos de vida que não tenham experimentado diretamente. Os jornais e o rádio permitem que se possa imaginar o que é ser um governante ou uma estrela de cinema.” Em uma publicação, distribuída pela “Voz da América” entre as “elites modernizadoras” das Filipinas na década de 60, Pool recomendava aos países do Terceiro Mundo a adoção de um sistema de “patrocínio comercial” dos meios de comunicação, já que a “publicidade facilita a distribuição de bens, amplia o mercado e conscientiza as pessoas sobre possibilidades que não conheceriam de outra maneira”.

Neste mesmo período, a Fundação Ford contribuiu para criar uma rede de televisão educativa na Universidade Ateneo, de Manila, então dirigida por jesuítas norte-americanos. Por outro lado, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (AID) financiou o Centro de Produção de Meios Nacionais, do governo filipino. Ambos os projetos foram reorganizados mais tarde. O objetivo era criar uma imagem favorável do regime, sob a lei marcial. A AID instalou, ainda, o sistema nacional de alerta telefônico do presidente Marcos, que lhe permite coordenar, pessoalmente e a cada passo, a evolução de qualquer golpe de Estado ou conspiração eventual.

Os tecnocratas do regime são ativos defensores da teoria da “comunicação para o desenvolvimento”, que lhes serve para justificar o controle centralizado dos *mass media*. Francisco Tatad, presidente do Conselho de Meios

“A teoria da ‘comunicação para o desenvolvimento’ serve para justificar o controle centralizado dos ‘mass media’”

de Comunicação, explicou a necessidade da censura argumentando, em 1973, que “o papel dos meios de comunicação é inculcar nos cidadãos os valores e atitudes que a transformação da sociedade requer”. Na opinião de Glória Feliciano, decano do Instituto de Comunicação de Massa na Universidade de Filipinas, “essa comunicação é a forma acessível, rápida e barata para incorporar as massas na corrente do desenvolvimento sócio-econômico”.

Livre empresa

O plano governamental para o decênio 1978-1987 previa um investimento público de 650 milhões de dólares no desenvolvimento das telecomunicações filipinas. Os novos “serviços de transmissão” entre os centros regionais, provinciais e municipais se converteriam assim em “estímulo para um desenvolvimento sócio-econômico integrado, especialmente a nível regional”.

No entanto, os fracassos na prospecção petrolífera, o rápido aumento da demanda de energia,

a alta taxa de inflação e uma drástica redução das reservas em moeda estrangeira obrigaram o governo de Marcos a praticamente eliminar o investimento público nas telecomunicações, deixando-as em mãos do setor privado. Este dirigiu seus capitais exclusivamente para os “pólos de desenvolvimento”, investindo, somente, no distrito empresarial de Manila e nos enclaves de processamento industrial para a exportação. Consultado sobre o tema, um planejador frustrado, do escritório estatal de telecomunicações (Butel), admitiu que o governo havia capitulado diante dos interesses privados, mas não por causa das limitações orçamentárias: “A livre empresa é a política governamental nas telecomunicações”, explicou.

Isto se reflete claramente na designação de José Dans como titular do Ministério dos Transportes e Comunicações, criado em 1979. Dans é um jovem executivo que fez carreira como presidente de transnacionais japonesas nas Filipinas e goza do apoio de Imelda Marcos, esposa do presidente e principal mobilizadora de sua estrutura política. O candidato derrotado ao cargo era Ceferino Carreon, diretor da Butel, da Comissão Nacional de Telecomunicações (NTC) e general reformado que comandou o Grupo de Ação Cívica Filipina no Vietnã. O contraste entre Dans e Carreon está demonstrado na sofisticada sede do Ministério, no luxuoso distrito de San Juan, e nas obsoletas instalações burocráticas da Butel, uma clara diferença entre uma ditadura ao velho estilo e o modelo imposto pelas transnacionais.

Testas-de-ferro

As corporações estrangeiras e os tecnocratas locais sabem muito bem que nas Filipinas as fi-

nanças privadas estão em mãos do presidente Marcos, da família de sua esposa e de seus colaboradores políticos mais próximos. As maiores empresas de manufaturados, comércio, bancos e finanças, imóveis, energia, comunicações e outros setores pertencem a testas-de-ferro de Marcos ou a seu grupo de amigos pessoais — algo assim como na Nicarágua de Somoza —, segundo demonstraram diversas pesquisas.

A comunicação é, precisamente, uma das áreas de maior concentração da propriedade. A partir da lei marcial, o presidente empregou seus poderes autocráticos para concentrar a imprensa em quatro grandes conglomerados: a cadeia *Express*; da qual Marcos é proprietário através de Roberto S. Benedicto; as publicações *Bulletin*, que pertencem a Hans Menzi, ex-assistente militar de Marcos; a cadeia do *Times Journal*, da família de Imelda Marcos; e os jornais *Focus* e *Evening Post-Orient Express*, sob a direção de Juan e Kerima Tuvera, assistente de Marcos e biógrafa oficial de Imelda, respectivamente. Outros jornais importantes são o *Weekly Examiner* e o *United Daily News*, propriedade de Leon O. Ty, designado por Marcos para dirigir o Banco de Desenvolvimento das Filipinas, e de Ralph Nubla, organizador do partido do governo na influente comunidade chinesa de Manila.

A rádio e a televisão cresceram rapidamente sob a lei marcial. O Banco Nacional das Filipinas, do qual Benedicto foi presidente, proporcionou os créditos que permitiram ao grupo Benedicto ampliar sua *Radio Philippines Network* (RPN) às doze regiões do país. A RPN supervisiona as estações de rádio mais estratégicas e quatro das cinco cadeias de televisão. A quinta é operada por um antigo ajudante de Marcos, Gualberto Duavit.

“A comunicação é uma das áreas de maior concentração da propriedade”

Além disso, a RPN controla a indústria de aparelhos de televisão, desde que em 1978 Marcos isentou a *Nivico* (uma empresa conjunta de Benedicto e transnacionais japonesas) do pagamento de impostos. Os outros grandes fabricantes de televisores foram excluídos destes benefícios e, portanto, da concorrência do mercado. Porém, o domínio dos meios de comunicação de massa é somente uma parte do império que o ditador possui neste setor.

Como testa-de-ferro de Marcos, Benedicto é presidente da *Eastern Telecommunications Philippines Inc.* (ETPI). É diretor da *Domestic Satellite Philippines* (Domsat), empresa que maneja as onze estações terrestres que, nas Filipinas, estão interligadas com o satélite de comunicações indonésio *Palapa*. É, ainda, diretor da *Philcomsat*, representante, no país, do consórcio internacional de telecomunicações por satélite *Intelsat*, que presta serviços à empresa filipina de telefones à longa distância (PLDT) e para as bases militares norte-americanas.

Os vínculos de Benedicto com Marcos são antigos: ambos estudaram leis na Universidade de Filipinas. Benedicto logo foi transformado no arrecadador de finanças do partido de Marcos e sócio do presidente em negócios bancários, empresas mineiras, indústrias químicas, plantações de açúcar e cocos, assim como nas empresas de comunicações apropriadas de seus rivais políticos em 1972. Uma vez declarada a lei marcial, ele foi designado presidente da Comissão do Açúcar e tesoureiro do partido situacionista *Kilusang Bagong Lipunan* (Movimento Nova Sociedade). Como explicou certa vez Primitivo Mijares, antigo assessor de Marcos, atualmente no exílio, “o que pertence a Benedicto, pertence a Marcos”.

Feliz aniversário

Paralelamente à lei marcial foi promulgada uma reforma constitucional que exigia uma participação filipina de, pelo menos, 60% nas empresas de comunicações. O gigante britânico das telecomunicações internacionais *Cable & Wireless* dirigiu-se a Benedicto para formar a ETPI como *joint-venture*. Um executivo britânico da “nova” empresa (na realidade apenas uma troca de nome da antiga filial filipina da C & W) nos disse, sem constrangimento, que a eleição do sócio era devido a “conveniências políticas”. Com a mesma sinceridade, um folheto de propaganda da ETPI explica que “ótimas estruturas de comunicação... servem para atrair investimentos transnacionais nas Filipinas”.

Concessões especiais do presidente, tais como isenção de impostos sobre importações e direitos exclusivos para operar na zona franca de Bataan, permitiram à corporação britânica ligar estreitamente as Filipinas com

Hong Kong e outros enclaves de exportação do sudeste asiático. A interconexão telegráfica dos países da Asean (Filipinas, Malásia, Indonésia, Singapura e Tailândia) foi inaugurada em 1977, com a presença de altos funcionários filipinos, em um dia "muito importante" para o país: 11 de setembro, aniversário de Marcos.

Outro dia histórico — o 21 de setembro, aniversário da lei marcial — foi escolhido para inaugurar as comunicações por satélite entre as ilhas do arquipélago filipino através da Domsat. O sistema estava concebido, principalmente, para retransmitir sinais de televisão. Entretanto, o alto custo do aluguel do satélite e outras dificuldades adiaram o início das transmissões até janeiro de 1980... o tempo necessário para divulgar a campanha do partido do presidente para as eleições provinciais e municipais desse mês.

Além de possuir 40% das ações da ETPI, a C & W tem interesses na *Oceanic Wireless*, empresa de comunicações telegráficas nacionais e internacionais, que importa equipamentos para telecomunicações. O império internacional da C & W inclui 70 sucursais em todo o mundo, uma frota de seis navios estendedores de cabos telegráficos e uma escola de engenharia na Grã-Bretanha. A C & W é proprietária dos sistemas telefônicos de 13 países, controla 856 circuitos de satélites e tem estações rastreadoras em Hong Kong, Tonga, ilhas Salomão, Banjun, Belize e Bermudas. A transnacional dirigiu um centro de treinamento para a Guarda Nacional da Arábia Saudita, para quem vendeu equipamentos no valor de 300 milhões de libras esterlinas. Ela tem interesses nas comunicações telegráficas da Índia e no cabo telegráfico que ligará os principados

"Ótimas estruturas de comunicação... servem para atrair investimentos transnacionais"

árabes do Golfo entre si. Em 1980, firmou um acordo para instalar microondas e outros equipamentos de telecomunicações na República Popular da China.

Os principais competidores da C & W nas Filipinas são as subsidiárias locais da ITT (*Globe Mackay*) e da RCA (*Philcom*). A primeira está aliada à família Ayala-Zobels, que, por sua vez, tem *joint-ventures* com, pelo menos, 60 transnacionais, entre elas a *Mitsubishi*, a *Royal Dutch Shell*, o *Banco Morgan*, *Citybank* e *Wells Fargo*.

A ITT-*Globe Mackay* conseguiu contratos milionários nas Filipinas e opera o sistema telefônico da zona livre de Bataan, os circuitos eletrônicos de telefones da Assembléia Nacional, o centro internacional de conferências e oito hotéis importantes, além das comunicações internas da Marinha filipina, do Banco Nacional (governamental) e do Banco das Ilhas Filipinas (controlado pelos Ayala). Estão ainda sob seu controle, o sistema telefônico de Olongapo City (onde se encontra a base naval norte-

americana de *Subic Bay*) e da usina nuclear de Bataan, construída pela *Westinghouse*.

A *RCA-Philcom*, por seu lado, controla uma rede telegráfica semelhante à da *Globe Mackay* e a exclusividade do tráfego telefônico internacional para o Japão, Austrália, Coreia do Sul, Guam e Tailândia. Seu presidente é o antigo embaixador filipino nos Estados Unidos, Ernesto Lagdameo, porém, seus principais acionistas são o ministro do Interior, Juan Ponce Enrile, e o ministro da Energia, Gerónimo Velasco.

O contato alemão

O personagem chave nas comunicações telefônicas filipinas é Ramón Cojuangco, cuja família pertence ao estreito círculo dos íntimos de Marcos. Cojuangco é presidente e acionista da PLDT (sistema telefônico à longa distância) e da Domsat. Compete com outras 67 empresas telefônicas menores, porém as suas controlam 85% dos serviços telefônicos das Filipinas. A PLDT foi a terceira empresa de maior lucro do país em 1975 e a de maior crescimento em 1979, graças, sobretudo, a seu monopólio sobre as chamadas internacionais para os Estados Unidos, Japão e Canadá.

Cojuangco é membro de diretorias de filiais locais de transnacionais japonesas e norte-americanas, entre elas a RCA e a ITT, porém seus vínculos principais têm sido, historicamente, com a GTE, que foi proprietária da PLDT entre 1956 e 1967.

Em 1976, uma agência do governo norte-americano revelou que esta transnacional havia realizado "pagamentos ilegais" (suborno) em 27 países. Entre eles, figurava um suborno de 4,5 milhões de dólares em troca de exonerações impositivas e a venda de equipamentos telefônicos no

valor de 20 milhões ao governo filipino. Como consequência do escândalo, a PLDT começou a buscar novos sócios transnacionais e, em 1977, fechou contrato de 56 milhões de dólares com a Siemens alemã. Em 1979, a Siemens e a PLDT firmaram um novo contrato, desta vez por 544 milhões de dólares. Segundo os executivos da empresa filipina, a transnacional germano-ocidental havia oferecido as melhores condições financeiras para a compra dos novos equipamentos, mas um vice-presidente da GTE insinuou que um fator chave nas negociações tinha sido o controle do governo norte-americano sobre as "comissões ilegais". Como se sabe, os europeus e os japoneses não são tão exigentes sobre este tipo de prática de suas empresas no exterior.

Este acordo gigantesco com a Siemens representa o fim do virtual monopólio norte-americano num setor estratégico da economia filipina.

Ainda que o contrato tenha sido um excelente negócio para os alemães, nenhum país do Terceiro Mundo é, por si mesmo, fundamental para uma grande transnacional de telecomunicações. Com investimentos em 129 países, a Siemens é a décima-oitava empresa industrial do mundo em volume de vendas. Além de telefones e teletipos, fabrica instrumentos de precisão, cabos telegráficos, lâmpadas, sistemas de sinais para estradas-de-ferro, aparelhos eletrônicos, equipamentos médicos e odontológicos, instrumentos eletrônicos para tanques, navios de guerra, aviões, helicópteros e foguetes. Uma sucursal da Siemens vende aspiradores e outra constrói reatores nucleares. A empresa emprega 319 mil trabalhadores na Europa, competindo com a ITT pelo título de maior conglomerado industrial do mundo. É a primei-

"A rádio e a televisão têm uma incumbência ideológica: remodelar as consciências políticas, promover valores consumistas e ser uma válvula de escape para as tensões"

ra empresa alemã em vendas, lucros, número de empregados, capital, assim como a que recebe maiores subsídios do governo de Bonn.

Ainda que os Estados Unidos continuem dominando a eletrônica mundial, possuindo mais da metade da indústria européia de semicondutores e entre 80 a 90% das patentes tecnológicas do setor, a Siemens se expande mais rapidamente que suas concorrentes norte-americanas. Em 1978, 25% de suas receitas procederam da venda no exterior de produtos fabricados na Alemanha e outros 50% das vendas de suas filiais espalhadas pelo mundo. A Siemens possui 55 fábricas fora da Alemanha Federal e tem ações em outras 26. Fora da Europa e dos Estados Unidos, seus maiores investimentos estão localizados no Brasil e na África do Sul, onde colabora com o projeto *Advocaat-Silvermine*, de fabricação de armamentos para o regime do *apartheid*.

A introdução de inovações tecnológicas no setor de telecomunicações nas Filipinas não se deve somente à formação "de-

senvolvimentista" dos tecnocratas, mas também a uma decisão consciente em remodelar o país ao gosto das transnacionais. O próprio Marcos defendeu esta orientação como forma de "alcançar o progresso material dentro do contexto da economia política mundial, orientada e condicionada pela revolução nas comunicações que criou a 'aldeia global' descrita por McLuhan".

Satélite e publicidade

Porém só tem acesso a esta tecnologia quem pode pagá-la. Assim, ainda que a explicação original para a instalação de um satélite de comunicações nas Filipinas fosse a de que este teria funções educativas, dois anos após seu funcionamento, ainda não foi utilizado o satélite no ensino e a única experiência de educação através das ondas eletromagnéticas é uma modesta estação de rádio financiada pelo Banco Mundial.

Em 1980, os dois clientes importantes da Domsat eram a empresa telefônica PLDT e a cadeia de televisão RPN. Os principais clientes do PLDT são, por sua vez, os bancos internacionais e o complexo industrial *San Miguel* (que tem 25% de capital estrangeiro).

Quanto à televisão, os dez principais anunciantes são: *Unilever*, *Proctor & Gamble*, *Colgate-Palmolive*, *Consolidated Foods*, *Nestlé*, *San Miguel*, *Pepsi*, *Radiowealth*, *Johnson and Johnson* e o Banco Filipino. Somente este último é 100% nacional. Das 573 horas semanais de programação da TV, 58% são programas estrangeiros, predominantemente norte-americanos e geralmente exibidos nas horas de maior audiência. Quatro das cinco cadeias de televisão são totalmente comerciais e a quinta (uma emissora semi-governamental de Mani-

la, com reduzido alcance) tem seu horário vespertino controlado por emissões comerciais da RPN.

A rádio e a televisão, como os outros meios de comunicação, têm uma incumbência ideológica: remodelar as consciências políticas, promover valores consumistas e ser uma válvula de escape para as tensões mediante a alienação e a fantasia. O propósito dos noticiários da televisão é "difundir notícias objetivas sobre os esforços do governo para enfrentar os perigos e ameaças que motivaram a decretação da lei marcial, e seus esforços para atingir uma nova sociedade", segundo a Ordem Número 1 do Departamento (atualmente Ministério) de Informação Pública, de 25 de setembro de 1972.

Telegramas caros

A situação se repete no que diz respeito às comunicações telegráficas e telex. O centro de teletipos governamental da Butel foi queimado por um incêndio, em 1976, e não foi reconstruído, deixando todo o setor em mãos de subsidiárias de empresas transnacionais, cujos principais clientes são os bancos internacionais, as instalações militares norte-americanas e as indústrias transnacionais. O chamado "usuário

"O controle da economia mundial pelas corporações transnacionais depende de sua capacidade de comunicar-se instantaneamente, desde sua sede central até as filiais mais remotas"

comum" (rubrica que inclui as pequenas empresas) permanece isolado de seus parentes ou associados nos Estados Unidos e Canadá (onde há importantes comunidades de origem filipina) ou com o meio rural. O telex substituiu o correio e telégrafo nas operações comerciais, deixando estes dois meios de comunicação popular a cargo de repartições públicas escandalosamente ineficientes.

As tarifas contribuem, também, para discriminar o usuário comum. A transmissão de uma palavra por telex custa um cen-

tavo de dólar às transnacionais que dispõem de terminais sofisticados. Porém, um assalariado filipino médio gasta uma diária de sua renda mensal para enviar um telegrama de 25 palavras à sua família na província. Se a mesma mensagem for enviada à Califórnia lhe custará uma semana de trabalho. A frequente interrupção dos serviços telegráficos, cujos equipamentos não são renovados há 15 anos, fez com que o povo recorresse a sistemas artesanais de correio para comunicar-se. Enquanto se prevê a instalação nas Filipinas de ultramodernas centrais de transmissão de dados, controladas por computadores que num prazo de dez anos tornarão obsoletos os atuais teletipos mais avançados, são os motoristas de ônibus interestaduais que fazem a comunicação do povo, levando e trazendo bilhetes ou mensagens orais de povoado em povoado.

Uma mensagem de submissão

O controle da economia mundial pelas corporações transnacionais depende de sua capacidade de comunicar-se instantaneamente, desde sua sede central até as filiais mais remotas. A moderna tecnologia de comunicações foi projetada e desenvolvida para servir a um sistema mundial inte-

Uma nova batalha do jornalismo latino-americano

Quem na América Latina se esforça para criar uma Nova Ordem Informativa Internacional (NOII) enfrenta agora um novo inimigo: a Federação Ibero-Americana de Jornalistas (Fiap). Esta organização foi criada em Lima, no início de maio deste ano,

para fazer oposição à já consolidada e internacionalmente reconhecida Federação Latino-Americana de Jornalistas (Felap), fundada em 1976.

A oposição a uma ordem internacional de informação mais equitativa e democrática tinha-

se desenvolvido, até agora, fundamentalmente num plano teórico. Estas campanhas, verdadeiras batalhas verbais, aumentaram de tom nos últimos meses. A imprensa ocidental começou a denegrir e atacar com alarmante regularidade e insistência organizações como a Unesco, que se esforçam em apoiar o Terceiro Mundo na sua luta de libertação do "colonialismo informativo".

Agora, esta campanha ideológica foi reforçada na América

grado para o qual não contam as distâncias, as fronteiras ou as diferenças culturais. A difusão de comunicações por computador facilita a penetração das transnacionais, aprofundando os vínculos coloniais históricos entre o centro e a periferia e realizando uma divisão internacional do trabalho por elas controlada.

O alto grau de concentração da informação e das comunicações nas Filipinas é paralelo à monopolização dos demais setores da economia. Como um dos subcentros capitalistas mais importantes da Ásia, as Filipinas servem de base para o investimento estrangeiro — principalmente o norte-americano e o japonês — que conta com estímulos fiscais e um serviço confiável de comunicação por cabo e satélite. Ao mesmo tempo, essa estrutura de comunicação presta serviços às bases norte-americanas e aos militares filipinos. Estes têm, desde algum tempo, sua própria rede de comunicações — instalada pelos Estados Unidos — e agora planejam ampliar as conexões com o satélite indonésio *Palapa* para prestar serviços a uma rede de contra-insurreição comum a todo o sudeste asiático.

O modelo de “comunicação para o desenvolvimento”, que os tecnocratas filipinos formados nos Estados Unidos defendem

“O trabalhador é privado de suas possibilidades de comunicar-se com seus familiares distantes, como também, é submetido continuamente a uma doutrinação ideológica”

como criação original, não é senão a continuação lógica da ideologia “modernizadora” dos anos 50 e 60, que preparou o caminho para a dominação comercial da imprensa escrita e dos meios audiovisuais.

A família de Marcos e seus afilhados se beneficiaram da moderna tecnologia de comunicações para impor imagens favoráveis a eles. Para garantir que as críticas lhe sejam mínimas, os meios de comunicação estão expressamente proibidos de difundir temas que “visem abalar a confiança do povo em seu gover-

no”. Os interesses estrangeiros, dos quais Marcos é defensor, tampouco podem ser criticados já que o governo proíbe notícias que “desonrem ou ataquem a qualquer país com o qual as Filipinas mantenha relações de amizade”.

Enquanto que a tecnologia de informação e comunicação eletrônica serve ao setor exportador controlado pelas transnacionais e a outras empresas de capital estrangeiro (bancos, companhias de navegação, linhas aéreas, hotéis), os cidadãos filipinos têm cada vez menos autonomia para decidir sobre suas necessidades pessoais. O trabalhador não só é privado de suas possibilidades de comunicar-se com seus familiares distantes, como também, é submetido continuamente a uma doutrinação ideológica, conduzida por forças invisíveis, que disfarçam num pseudo divertimento uma mensagem de submissão.

Nenhuma outra tecnologia penetrou tão profunda e imperceptivelmente na consciência humana como a “comunicação de massa”. A ideologia do “desenvolvimento” oculta a perda da receita, da soberania nacional, da participação, da capacidade de desenvolver sua própria tecnologia, e do poder de decisão individual. Em resumo, significa a perda do orgulho e da dignidade. □

Latina com um ataque concreto ao sindicalismo dos jornalistas, que tinha tomado a NOII como bandeira de luta. Dirigida por Luis María Anson, presidente da agência de notícia transnacional espanhola EFE, a Fiap foi criada com o único objetivo de boicotar o estatuto internacional da Felap como organização democrática que representa os jornalistas da região.

O sistema informativo transnacional destacou a importância

desta cartada. A agência AFP (uma das maiores transnacionais da informação, financiada pelo governo francês) publicou um artigo sobre a formação da Fiap, onde ataca a Felap, “de orientação comunista, fundada em Praga”. Como se sabe, a Felap foi criada num Congresso Latino-Americano de Jornalistas realizado no México. É uma organização democrática intimamente ligada às lutas nacionais e populares da América Latina; dela

participam associações nacionais de jornalistas das mais variadas tendências.

É cedo ainda para prever se a Fiap chegará a ser uma ameaça real para a Felap e para as demais forças que lutam por um sistema internacional de informação mais democrático, mas sua criação já é um claro indício de que a oposição à NOII continua forte e ativa.

Phil Harris

Os pesados ônus da guerra



Lúcio Lara

Durante uma visita de três dias a Portugal, convidado pelo Partido Comunista Português (PCP), Lúcio Lara, secretário para Organização do Comitê Central do MPLA-Partido do Trabalho, afirmou que a nova administração norte-americana ataca e apóia a agressividade da África do Sul contra Angola e demais países independentes africanos. Disse ainda que a "permanente agressão da África do Sul obriga a mobilização no país de todos os melhores quadros jovens, como também a dedicar uma porcentagem superior a 50% do orçamento nacional para gastos bélicos". Além disso, revelou, numerosos equipamentos civis, como tratores e caminhões, são desviados para desempenhar funções de guerra, e milhares de camponeses são obrigados a viver com as armas nas mãos.

Lúcio Lara, que participou de diversas reuniões com dirigentes do PCP e de um encontro privado com o presidente Ramalho Eanes, defendeu a intensificação da cooperação entre seu país e Portugal, mas reconheceu que ainda "não existe um esquema que defina as obrigações de cada uma das partes".

O dirigente angolano reafirmou o apoio às ações da Swapo e do ANC. Consultado sobre a realização das manobras militares *Ocean Venture 81*, organizadas sob a responsabilidade dos Estados Unidos no Atlântico Sul, disse que, a seu ver, trata-se de um ato inoportuno, "uma atitude clara de respaldo à agressividade da África do Sul". Denunciou as violações constantes do espaço aéreo do seu país na fronteira pela Força Aérea Sul-Africana, que "bombardeia tudo o que se move, desde bicicletas até caminhões de abastecimento e ambulâncias".

Em relação à situação existente em Angola, Lara afirmou que "temos consciência que, como país jovem, com quadros jovens, cometemos graves erros, mas eles se devem à nossa inexperiência e não à má vontade". Destacou também o fato do governo ter conseguido modificar a burocracia colonial, transformando-a num aparelho administra-

tivo revolucionário. Entre os êxitos alcançados em Angola, citou a quadruplicação, em três anos, do ensino primário, apesar das graves dificuldades por que passa o país, com guerra permanente e carência quase dramática de professores e escolas. Referiu-se ainda ao avanço na saúde pública, agricultura e indústria.

Uruguai: máscara nova ou mudanças reais?

☐ A designação do general reformado Gregório Alvarez para o cargo de presidente, em substituição a Aparício Méndez, abriu uma nova etapa política no Uruguai. A mudança na presidência foi a primeira reação do regime depois de sua derrota no plebiscito de 30 de novembro do ano passado, quando a nova Constituição que legalizava a presença militar na condução do país foi submetida à consulta popular.

Ao mesmo tempo em que realizavam reuniões internas para chegar a um consenso sobre o nome do sucessor de Aparício Méndez, as Forças Armadas iniciaram um processo de diálogo político através da *Comaspo*, Comissão de Assuntos Políticos — para onde foram convocados dirigentes dos dois partidos tradicionais, *Blanco* (ou Nacional) e *Colorado*, alguns deles cassados. O objetivo: comprometer as duas correntes políticas na "abertura" que seria iniciada com a tomada de posse do novo presidente. Se bem que alguns dos políticos chamados nunca tenham exercido uma oposição real ao regime — muitos deles pertencem, inclusive, aos reduzidos setores que pregaram a votação no "Sim" no plebiscito —, o significativo é que também foram convocados alguns dirigentes do Partido Nacional e do Partido Colorado que vinham defendendo posições inflexíveis, exigindo uma redemocratização sem disfarces.

As exigências desse tipo — pela primeira vez levadas de forma tão direta aos militares — não houve, segundo deixaram transpirar alguns círculos próximos aos dirigentes consultados, uma reação intransigente. Mas ficou no ar a idéia de que as Forças Armadas uruguaias (pelo menos o setor que está impulsionando o diálogo) estariam desejosas de encontrar algum consenso entre os civis que permitisse traçar um caminho para a democratização.

Ninguém, no campo civil, salvo aqueles que já eram adeptos do regime — por convicção ou oportunismo — pensa assinar um cheque em branco. Os observadores políticos inclinam-se por pensar que não há um projeto definitivo a nível militar, mas sim que esse diálogo evidencia, por um lado, as suas discrepâncias internas (já que por vezes o tom das conversações depende muito de quem seja o interlocutor) e, por outro, que a prova de maturidade cívica do povo uruguaio demonstrada no plebiscito está sendo difícil de ser superada a nível castrense num esquema simplistamente continuísta.

É difícil prever qual será a margem de manobra pessoal que terá o general Alvarez, um dos principais articuladores do golpe de 1973. Mas as Forças Armadas afirmaram, diante dos políticos convocados ao diálogo, que o projeto de abertura é do conjunto dos militares e que não depende da vontade do chefe do Executivo.

Por ora, as forças democráticas aglutinadas na Frente Ampla (de esquerda), ou na Convergência Democrática (que inclui o Partido Nacional) mantêm-se na expectativa ou não dão muito valor aos passos dados pelos militares. O exilado de maior peso político no país, Wilson Ferreira Aldunate, presidente do Partido Blanco, afirmou que ainda não pode ser dito que esteja realmente em curso um processo de abertura no Uruguai.

Os próximos meses, sem dúvida, serão decisivos, seja para confirmar a vontade — até agora somente demonstrada em frágeis atitudes, como o diálogo e o cessar das cassações de alguns dirigentes de segundo escalão — de levar o Uruguai a uma redemocratização ou, ao contrário, para que fique evidenciado que tudo não foi senão um esforço para mudar a cara de um regime bastante desgastado interna e externamente com o uso de uma nova máscara, rejuvenescedora, e sem maiores consequências.

Brasileiros e cubanos em Bagdá

□ Em nossa última edição ("Israel: terrorismo nuclear"), afirmamos que os árabes sofreram um duro golpe com o bombardeio do reator iraquiano, mas que Israel perdeu muito com essa agressão, sobretudo no campo político e diplomático.



Bagdá: a reunião censurou o ataque israelense

A recente reunião de parlamentos de vários países, em Bagdá, comemorando o 13º aniversário da revolução do Iraque, terminou com uma veemente condenação ao ataque israelense. Nos debates foram registrados fatos que revelaram a repulsa que a agressão despertou no mundo. Um dos exemplos da virtual unanimidade na condenação foi o episódio que reuniu na Conferência de Bagdá, o Partido Democrático Social do Brasil (PDS), e o Partido Comunista de Cuba.

Em sua intervenção, a delegação cubana denunciou o ataque israelense: "Esta agressão, contra um Estado membro do Movimento dos Países Não-Alinhados que realiza um notável esforço para superar a herança de séculos de opressão colonial e de exploração imperialista, é a continuação de uma política agressiva, de caráter expansionista que, durante muitos anos, vem caracterizando o governo de Israel."

Por sua vez, a delegação do PDS brasileiro, integrada por destacados dirigentes partidários, entre

os quais um vice-presidente da Câmara Federal, deputado Harold Sanford, emitiu uma declaração em que "condena com veemência a agressão de Israel contra o Iraque, o que fere os preceitos da paz, as normas do direito internacional e os princípios morais que devem nortear o comportamento das nações, acrescentando-se ainda o repúdio às radicalizações sionistas, já condenadas pelo governo brasileiro no plenário da ONU".

A moção do PDS apóia, ainda, a total retirada das forças invasoras que ocupam territórios árabes, o direito à autodeterminação dos palestinos e louva o programa de ação do Partido Ba'th árabe e socialista, que lidera o governo no Iraque.

Como se vê, só a inabilidade e o fanatismo do sr. Begin podem provocar esse fato não comum, de que Cuba e Brasil atuem, harmoniosamente, em um foro internacional da categoria da reunião que se realizou em Bagdá.

Campuchea: as divisões persistem



Sihanuk

A conferência internacional sobre o Campuchea, realizada pelas Nações Unidas, alcançou somente em parte um dos objetivos fixados pelos seus promotores: convertê-la numa caixa de ressonância para debilitar o governo do Campuchea e seus aliados, Vietnã e a União Soviética. Na realidade, desta reunião

surgiram divergências mais profundas do que se poderia imaginar entre os governos da Asean (Associação das Nações do Sudeste Asiático) e a China, que se opõem à intervenção vietnamita no Campuchea.

Ninguém esperava que em relação ao objetivo formal da Conferência — a retirada das tropas vietnamitas — fosse possível avançar substancialmente. O próprio Campuchea, assim como o Vietnã e a União Soviética, qualificaram a reunião de inaceitável e não tomaram parte das deliberações.

Phnom Penh considerou-a uma "grosseira ingerência" em seus assuntos internos e Hanói reiterou

a sua disposição de tratar sobre a "questão do Campuchea" e sobre a sua presença militar somente depois de cessado todo apoio externo às guerrilhas do *Khmer Vermelho* e aos demais grupos que combatem o governo campucheano. As guerrilhas contam com o amparo da Tailândia, de onde partem diversas operações que não chegam a abalar o poder, mas que desgastam o país e dificultam o seu processo de reconstrução.

Nenhum dos participantes do encontro de Nova Iorque aceitava este ponto de vista. Mas os países da Asean (Tailândia, Malásia, Indonésia, Filipinas e Singapura) propuseram que na resolução, junto com a exigência da retirada vietnamita, fosse incluída uma moção para desarmar aos *Khmer Vermelhos* de Pol Pot.

Se a moção tivesse sido aprovada seria um primeiro passo em direção à tese de Phnom Penh e seus aliados e seria ainda razoável manter esperanças de sucessivas aproximações entre as partes envolvidas no conflito. Mas Pequim, que dá apoio militar e econômico aos *Khmer Vermelhos*, opôs-se energicamente a esta proposição. Foi necessária uma paciente ação mediadora dos delegados franceses para que se chegasse a um acordo em relação ao texto final, que pediu a realização de "acordos para evitar que as facções armadas campucheanas impeçam ou perturbem o desenvolvimento das eleições". (O tema das eleições "livres" é outro ponto inadmissível para o governo do Campuchea, pois envolve a negação da legitimidade do próprio processo eleitoral que está sendo implantado.)

Com a posição de apoio ao derrotado regime de Pol Pot, a China ficou isolada. E também ficou clara a divisão entre as forças que lutam contra o governo de Phnom Penh quando Son Sann, ex-primeiro-ministro de Sihanuk e líder de uma das facções guerrilheiras, condenou no mesmo nível o governo do Campuchea e os *Khmer Vermelhos*, acusando ambos de serem "armados e apoiados maciçamente desde o exterior".

Uma definição semelhante caberia para Son Sann, mas em relação ao Ocidente. Na realidade, ele representa uma variante simpática às potências capitalistas: com seus ataques simultâneos aos pró-chineses e aos pró-soviéticos, espera que sejam aumentados os apoios à sua formação.

Em resumo: a reunião foi um fracasso em relação às intenções de seus participantes e depois de concluída a conferência, a "questão do Campuchea" ficou tão estagnada como antes.

TELEX

● Censura

O general Augusto Pinochet assinou um decreto que proíbe os meios de comunicação de divulgar atos de caráter "terrorista" ou "extremista". Essa disposição apóia-se na Constituição "aprovada" no plebiscito do ano passado e prevê sanções para aqueles que violarem as normas indicadas. Os atos de violência — "extremistas", na versão oficial — multiplicaram-se desde que o general Pinochet anunciou que permanecerá no poder por mais uma década.

● Corrupção

Um controle e um combate mais eficientes à corrupção administrativa será feito na Nicarágua, através do Sistema de Informação Intergovernamental, a ser criado nos próximos meses. O procurador-geral da República, Emilio Baltodano, anunciou e explicou que o novo sistema permitirá combater a corrupção de uma maneira mais eficiente, tema que tem preocupado, nas últimas semanas, a Junta que governa o país. Vários funcionários do Estado e trabalhadores de entidades e empresas nacionalizadas encontram-se detidos sob a acusação de corrupção no exercício de suas funções.

● Conversações

O presidente da Nigéria, Shehu Shagari, e o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, estiveram reunidos em prolongadas sessões de trabalho durante as conversações bilaterais sobre questões de interesse comum, nos primeiros dias de agosto. Iniciando os trabalhos, o presidente Shagari manifestou sua esperan-

ça em alcançar resultados concretos no diálogo Nigéria-Angola — dois dos mais poderosos e ricos países do continente africano — que assinaram em 1979, em Luanda, um acordo de cooperação econômica, científica e técnica. Também criaram uma Comissão Mista Bilateral para estudar os meios de desenvolver a cooperação nos campos de serviços aéreos, direitos de pesca, comércio, telecomunicações, educação, finanças e saúde.

● Diego García

O primeiro-ministro das Ilhas Maurício, Sir Sewoosagur Ramgoolam, apresentará à Assembleia Geral das Nações Unidas um memorando pedindo à Grã-Bretanha a devolução da ilha de Diego García. Este assunto foi analisado durante a última reunião da OUA (Organização de Unidade Africana), realizada em Nairóbi. A maioria dos países africanos apoiou "as legítimas reivindicações do povo mauriciano". Como se sabe, a ilha de Diego García, que faz parte do arquipélago das ilhas Maurício, foi cedida por Londres aos Estados Unidos, que lá construiu uma de suas mais importantes bases aeronavais no exterior.

● Solidariedade

O governo de Maurice Bishop ficou satisfeito com a solidariedade dos países do Caribe que recentemente recusaram ajuda norte-americana de quatro milhões de dólares porque Washington tentava excluir Granada dos benefícios da doação. Até mesmo a Jamaica, atualmente governada por uma equipe conservadora e pró-ocidental, aderiu à decisão. A doação ia ser feita ao Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC), que confirmou sua deci-

são de não aceitar a ajuda norte-americana, devido à discriminação a Granada. Nicholls, presidente do BDC, afirmou que as condições da oferta violavam os estatutos da sua instituição. O BDC foi criado em 1970 e desde então recebeu dos Estados Unidos 190 milhões de dólares.

● Petróleo

O petróleo voltou a ser um ponto de atrito entre o governo civil do presidente Belaúnde Terry e as Forças Armadas peruanas. Um projeto de lei apresentado pelo presidente do Senado, Javier Alva Orlandini, líder de uma das tendências do partido governista Ação Popular (AP), propôs a supressão dos artigos das leis que estabelecem que as Forças Armadas devem emitir sua autorização em relação aos contratos petrolíferos. Os militares, no entanto, segundo informações na imprensa, não aceitam a supressão do veto que têm sobre os contratos petrolíferos com empresas estrangeiras. Problemas em relação a um contrato petrolífero, foram a causa, em outubro de 1968, da derrubada do atual presidente Belaúnde Terry pelo general nacionalista Velasco Alvarado. Porém, o governo considera hoje que o poder de veto confere aos militares uma capacidade de decisão alheia às suas funções. Já as Forças Armadas entendem que as jazidas petrolíferas fazem parte da segurança nacional e, portanto, têm implicações militares. Eles preferem que o petróleo seja explorado pela empresa estatal Petroperú, mas na opinião do ministro do setor, Pedro Pablo Kuczynsky, o Estado não tem capacidade financeira para empreender a exploração e a extração petrolífera com a urgência necessária.

O assalto à Amazônia



Copyright agência O GLOBO

Antes na Amazônia era assim: seis lenhadores levavam de seis a oito dias para derrubar um hectare de terra. Agora, sozinho, um homem pode derrubar um hectare em dois dias, se usar uma moto-serra; 40 a 50 hectares de mata em um só dia, se usar o correntão — uma corrente de ferro com 100 metros de comprimento, pesando 11 toneladas, que, quando arrastada, devasta a floresta — ou 100 hectares em apenas meio dia, se utilizar um avião e os desfolhantes que eram usados na guerra do Vietnã.

A destruição ecológica faz parte de uma realidade que ameaça destruir a Amazônia: a sua ocupação, em larga escala, pelo capital transnacional em associação com o grande capital privado nacional e o governo brasileiro. São projetos gigantescos, como é o caso do Jari, do capitalista norte-americano Daniel Ludwig e a Alcoa, também norte-americana. Há ainda o caso de Carajás, no qual o governo, propositadamente, limitou a sua própria atividade à extração de minério de ferro para deixar o campo aberto às transnacionais e ao empresariado privado

nacional, sem nenhum controle e com grandes subsídios.

É uma nova etapa da história da Amazônia, onde o empreendimento seringalista começa a sair do cenário para dar lugar à empresa agropecuária, de mineração e madeireira. Uma nova história que repete, em dimensão bem maior, os erros das últimas décadas, só contribuindo para agravar os problemas da região Amazônica, onde a pobreza e a desesperança contrastam com o imenso potencial do solo e as grandes perspectivas que sua exploração adequada — visando os interesses nacionais — poderia abrir para o povo brasileiro.

Esta reportagem, coordenada por Edilson Martins, especialista em assuntos da Amazônia, foi feita para mostrar o que está acontecendo com a Amazônia. Dizer simplesmente que a floresta, a maior do mundo, está apenas ameaçada hoje representa pouco. A Amazônia está sendo invadida e saqueada, como nunca aconteceu nas tentativas anteriores que o capital internacional fez para ocupá-la.

Amazônia: 50 anos de fracassos e decepções

A Fordlândia, do capitalista norte-americano Henry Ford, fracassou. Os grandes lagos do futurólogo Herman Kahn, também norte-americano, não saíram do papel.

E a Transamazônica até hoje cria problemas para a região

Edilson Martins

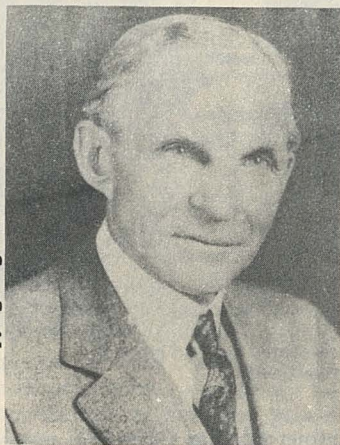
Nos últimos 50 anos, três projetos geraram esperanças e decepções na Amazônia brasileira: o primeiro fracassou, o segundo não saiu do papel e o terceiro, embora executado, talvez tenha trazido mais danos que benefícios.

Dos projetos, o primeiro foi a criação da Fordlândia, no Pará, em 1928. Dezoito anos depois, revelou-se apenas um sonho exótico de um dos "cardeais" do capitalismo norte-americano, Henry Ford. O segundo projeto era um "mar" interior, a ser formado pelos Grandes Lagos, resultado da inundação dos vales dos rios amazônicos. Foi uma idealização do sr. Herman Kahn — não passou do papel e agora constitui apenas a recordação espalhafatosa das pretensões do excêntrico futurólogo norte-americano.

A Transamazônica, o terceiro dos projetos, foi anunciada como a redentora da região. Não consolidou nada. Até hoje, em muitos trechos, a movimentação de veículos na estrada não é suficiente para justificar as elevadas somas investidas. Na época da construção da Transamazônica, nos anos do chamado "milagre brasileiro", o governo Médici prometia atrair para a região 500 mil nordestinos; não atraiu 30 mil.

A história dos projetos

Em 1928, um ano antes da grande recessão norte-americana.



Ford: comandando tudo pelo telégrafo

Copyright agência O GLOBO

o todo-poderoso Henry Ford fixou-se numa idéia: suprimir definitivamente a falta de borracha em suas indústrias. O grande capitalista já não suportava mais ficar na dependência dos preços dos ingleses do Ceilão (atual Sri Lanka) e dos holandeses de Java.

E resolveu fixar-se na Amazônia. Para que o capitalista norte-americano pudesse concretizar seus sonhos, o governo brasileiro decide lhe ceder 2.470 quilômetros (2,5 milhões de acres) de terras, às margens do rio Tapajós. Três mil caboclos são convocados, numa verdadeira ação de guerra, passando a receber salários considerados régios, à época. O excesso de concessões à empresa de Ford foi motivo de protesto por parte dos seringalistas, grandes latifundiários. De nada

adiantou. Um milhão de pés de seringueiras foram plantados.

E no coração da Amazônia começaram a surgir o hospital, os postos de saúde, as quadras de tênis, as mansões dos diretores, a cafeteria e o *drugstore*, no melhor estilo da Nova Inglaterra. Assumindo postura de general numa zona conflagrada, o velho Ford comandava tudo pelo telégrafo.

A animação e a exuberância dos anos iniciais duraram pouco. Os pés de seringueiras começaram a definhir. Eram mortos pelo excesso de sol e a falta de umidade, consequências da abertura de grandes clareiras. A floresta heterogênea continuava triunfando, apesar do tecnicismo e da disciplina do capitalista norte-americano. Em 1946, Henry Ford se despedia melancolicamente da Amazônia. O primeiro projeto ambicioso estava com sua história encerrada. Duas décadas depois Ludwig, também poderoso capitalista norte-americano, repetiria a empreitada de Henry Ford, evidentemente com características e objetivos bem diferentes; tudo leva a crer que o destino do seu projeto Jari será o mesmo da Fordlândia.

A década de 60 registra nova tentativa de ocupar a Amazônia. Não tão aventureira como a primeira, mas, sem dúvida, fantástica. A diferença é que o Henry Ford dos anos 60 não tinha o poder econômico do criador da Fordlândia. Ao invés de dinhei-



Transamazônica: um projeto faraônico que não integrou a região — desintegrou

ro, o seu poder tinha origens no seu QI (coeficiente de inteligência) amplamente alardeado. Seu nome: Herman Kahn, 150 quilos, lento, extremamente feio, obeso, diretor do *Hudson Institute* dos Estados Unidos. À época, o *Hudson* reunia dezenas de cientistas de renome internacional. Não só planejava projetos futuristas para a economia de diferentes países, como procura prever até o desdobramento de guerras convencionais, a exemplo da guerra do Vietnã; tanto no caso da Amazônia, como no caso do Vietnã o Instituto falhou.

Um "mar" de barragens

O mar interior projetado para a Amazônia provocou polêmicas em todo o país. Seu anúncio foi feito em 1967 e, como sempre acontece, não faltou quem também o defendesse. Na verdade, o

projeto de um sistema sul-americano de grandes lagos fora anunciado pela primeira vez em 1964. Quem lançou a idéia foi um discípulo de Kahn: Robert Panero.

Panero propunha a construção de barragens baixas para formar os lagos. A equipe do futurologo Herman Kahn chegou a sobrevoar várias vezes a Amazônia colombiana, estudando locais para execução do projeto. Edificadas ao longo dos rios, com elevação de 10 a 30 metros, as barragens formariam, segundo o projeto, um "mar" na maior bacia de água doce do mundo. Entendiam os cientistas do *Hudson Institute* que o continente sul-americano tinha uma grande vocação: era a ligação dos seus principais rios, através de canais, possibilitando assim o tráfego direto e permanente.

Detalhe: a ligação dos principais rios (a exemplo do Araguaia e o Xingu que são paralelos e

correm em direção ao Amazonas) acabaria unindo o Oceano Atlântico ao Pacífico através da faixa norte do continente. Em resumo, o projeto resultaria na interligação de cinco grandes nações sul-americanas. Significaria a tão sonhada internacionalização da Amazônia, reivindicação das nações desenvolvidas do Ocidente.

Canoas, botes a motor e pequenos navios seriam lançados nos lagos, ligando cidades, vilas e povoados. Havia expectativa de que o projeto resultasse na estabilização dos níveis de água dos rios, reduzindo os problemas causados pelo acúmulo de sedimentos. Além disso, melhoraria o potencial de navegação, propiciando, segundo seus defensores, grande desenvolvimento na região, em consequência das facilidades para circulação da produção. Hoje, Herman Kahn, seu discípulo Robert Panero e o *Hudson Institute* são apenas passado na longa noite de pesadelo da Amazônia.

A Transamazônica

A década de 70 acabou com o sonho dos grandes lagos e o substituiu por outro mais palpável: as estradas, apontadas como solução definitiva para integração de toda região.

Dentro dessa perspectiva nasceu o projeto da Transamazônica. Seu objetivo era ligar o ponto mais oriental da América do Sul — Cabo Branco, no Atlântico — à rede rodoviária peruana, atingindo o Pacífico após vencer a floresta. Na verdade, esse objetivo hoje está praticamente alcançado.

Mas se a Transamazônica internacionalizou a região, fracassou como projeto de integração. Isto porque não se coloniza uma região com mão-de-obra miserável, sem poupança, sem tecnologia; também não se coloniza com migrantes abandonados e ludibriados pelo governo, despreparados para lidar com a natureza e sobretudo famintos. □

O ciclo da borracha

A velha empresa seringalista perde os financiamentos do governo e dá lugar à nova empresa "agropecuária", madeireira e de mineração, oriunda do capital industrial

A Amazônia brasileira — região norte —, com uma área de 3.581.000 quilômetros quadrados, que corresponde a 42% de todo o território nacional, incluindo os estados do Pará, Amazonas, Acre e os territórios de Rondônia, Amapá e Roraima, vive, desde a década de 60, um novo ciclo sócio-econômico.

A velha empresa seringalista, que desde a segunda metade do século passado fora a unidade básica do ciclo monoextrativista da borracha, com seus seringalistas históricos e seringueiros lençários, está praticamente desativada, embora o país importe, anualmente, 50 mil toneladas desse produto, pagando ao mercado externo cerca de 85 milhões de dólares.

Essa transição atinge a chamada Amazônia legal, que envolve outros estados fora da região norte, abrangendo 58% do país. A região assiste hoje à consolidação da nova empresa agropecuária, madeireira e de mineração, oriundas do capital industrial. A substituição do capital comercial — base do ciclo monoextrativista da borracha, coleta de castanha-do-Pará e comercialização de peles de animais silvestres — pela nova empresa, com tecnologia transnacional e altamente sofisticada, gera hoje uma das transformações mais radicais de toda história da Amazônia.

A primeira região escolhida nessa nova tentativa de ocupação foi o vale do Araguaia. O processo atual apresenta características especiais e já merece uma reflexão nacional. Ele é o último no

sentido de ocupação e devassamento definitivo da terra, da reserva florestal, das riquezas minerais do subsolo e da organização político-econômica de toda a região. Pensando bem, trata-se apenas de um começo.

O ciclo da borracha

No dia 31 de outubro de 1853, o governo dos Estados Unidos solicitava oficialmente ao Brasil que abrisse a Amazônia à navegação internacional. Desde 1823 — data do primeiro embarque de borracha brasileira para o mercado externo — interesses internacionais se voltavam para a região. Em 1912 o Brasil perde definitivamente a hegemonia mundial da produção da borracha, que mantinha desde 1870.

Nesse período, os ingleses contrabandearam 70 mil mudas, do Brasil para suas colônias no sudeste asiático, tornando-se posteriormente, com o desenvolvimento dos novos seringais, os principais exportadores do mundo em decorrência do alto grau de racionalização capitalista de suas plantações.

De 1922 a 1945 os consórcios norte-americanos interessados na exploração do caucho (látex) fundam as companhias *Amazon Corporation*, *American Brazilian Exploration Corporation*, *Canadian Amazon Co. Ltda.*, e *Ford Amazon Company*, entre outras. Para se ter uma idéia do que foi o ciclo da borracha, que ora se encerra, basta enunciar alguns dados. Em 1823 a atual região Norte contava com uma popula-

ção estimada em 127 mil habitantes; em 1872, a população estava em torno de 340 mil; em 1900 já ultrapassava os 700 mil habitantes; e em 1920 contava com 1,4 milhão de habitantes.

No momento em que o país luta e precisa reduzir seu volume de importações, a produção atual de borracha, fundamental para a nossa indústria, não vai além das 21 mil toneladas. Nos últimos cinco anos o consumo da indústria brasileira cresceu cerca de 80%. Apresentamos anualmente um déficit de aproximadamente 50 mil toneladas; em 1972, o déficit era de 18 mil toneladas.

A partir de 1970 o ciclo da borracha, que durou 100 anos, sofre dois golpes mortais; extingue-se o monopólio estatal da borracha, o que descompromissa o Banco da Amazônia de financiar a empresa seringalista; e o governo federal, via Incra, contesta o domínio da propriedade. Todos os grandes proprietários passam à condição de posseiros.

Um seringalista da região, Armando Pereira, assim definiu essas duas medidas: "Foi um *no-caute* econômico, desfechado na boca do estômago de toda uma classe."

O capital industrial, oriundo de empresas transnacionais e grupos sulistas, esmagou, desta forma, impiedosamente, a velha empresa seringalista.

A suspensão de financiamentos pelo Banco da Amazônia, deixou toda a classe de seringalistas endividada. A partir de 1970, os grandes seringais, alguns com mais de 600 mil hec-

tares, passaram a ser vendidos, a preços irrisórios, a grupos sulistas e empresas estrangeiras. O hectare era adquirido a Cr\$ 2; hoje chega a custar Cr\$ 8 mil.

Os resultados negativos dessa política são notórios. O estado do Acre, por exemplo, cuja vocação para a produção do látex é inquestionável, transformou-se hoje numa grande fazenda de gado, com inúmeras empresas madeiras que destroem implacavelmente a floresta tropical.

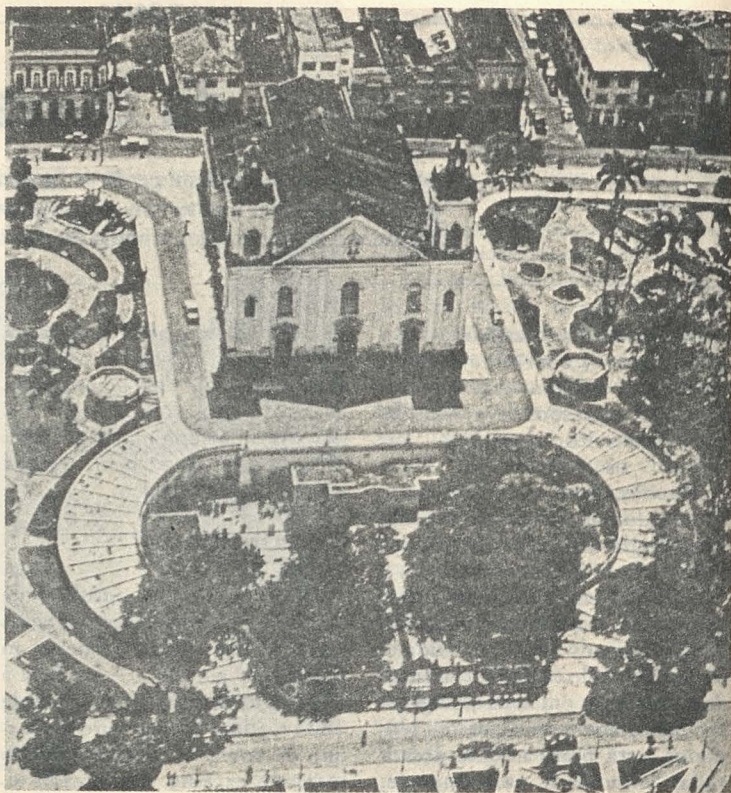
A penetração

Deve-se observar que sem as estradas a empresa transnacional e os grupos nacionais a ela associados, jamais teriam chegado, com a rapidez conhecida, à Amazônia. Nenhum grupo do atual ciclo — madeireiro, mineração e agropecuário — ingressou na região pelos rios, o que seria a via natural, e menos daninha à natureza. A cunha da atual penetração foram as estradas, principalmente a Belém-Brasília, iniciada no governo Juscelino Kubitschek. A instalação do capital industrial, portanto, começa a partir de Juscelino, alcançando o seu auge após o golpe militar de 1964.

Implantada a Belém-Brasília, estava criada a infra-estrutura para se alcançar o vale dos rios Araguaia, Tocantins, o sul do estado do Pará, a Rondônia e finalmente o Acre, último reduto dessa penetração nacional-estrangeira na Amazônia brasileira.

A riqueza maior

É bom não esquecer que o maior patrimônio da Amazônia são os seus recursos naturais. O desafio que a nação vive, no seu todo, é a finitude desses recursos naturais. Os danos que ora se praticam contra a Amazônia — desmatamento intensivo, sem reposição, principalmente nas grandes pastagens — são irreparáveis.



Manaus: uma cidade que teve sua época próspera proporcionada pela riqueza da borracha

O cientista Herbert O. R. Schubart, do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa), uma das instituições que realiza sérios estudos sobre o modelo de colonização da região, adverte que “a questão fundamental que se apresenta à humanidade, tendo em vista a finitude dos recursos naturais da terra, é a regulação de suas populações por mecanismos mais inteligentes que as guerras, as catástrofes ou a fome”.

O ciclo que ora se inaugura tem nos desmatamentos o seu grande aliado. E estes desmatamentos ocorrem sob o patrocínio de incentivos fiscais fornecidos pelo governo federal, conforme denúncia do Inpa, órgão, por sinal, oficial. “No Acre e Rondônia — revelou recentemente a instituição — estão sendo queimadas diversas essências de valor econômico, face ao estímu-

lo dos incentivos fiscais, para implantação de campos de pastagem.”

Os “barões” da borracha, do que sobrou, estão imobilizados pelo reumatismo, obesidade, carências financeiras. Sem poder e sem voz. Charutos “Romeu e Julieta” já não se acendem à luz morna de candelabros austríacos. Entretanto, nos cabarés de Marabá, cidade mais próxima do garimpo de Serra Pelada, no sul do Pará — a Amazônia, desde a sua descoberta, sempre viveu de mitos — uma prostituta chega a cobrar Cr\$ 50 mil por uma noite.

Ontem era o insolente e invariavelmente obeso seringalista; hoje, o símbolo desse novo *El Dorado*, pode ser um ex-retirante, subnutrido, tocado dos sertões nordestinos pela febre do ouro que assola o vale do grande rio. E. M. □

O assalto à floresta

A tecnologia aplicada nos desmatamentos amazônicos vem evoluindo rapidamente: com desfolhante, um avião sozinho liquida cerca de 100 hectares de floresta em apenas meio dia de trabalho

Orlando Valverde*



Todas as políticas de ocupação da Amazônia brasileira foram determinadas em função de interesses estranhos aos da região ou mesmo aos do país.

De acordo com um recente relatório sobre os desmatamentos na Amazônia, elaborado por técnicos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), de São José dos Campos (São Paulo), baseado em imagens de satélite, foram derrubados 7.700.000 hectares (77.000 quilômetros) da floresta, até o final de 1978, área equivalente a 2,96% das reservas brasileiras. Embora essa percentagem ainda seja modesta, é alarmante o fato de que

tenha sido de 169% a taxa de incremento da devastação, entre 1975 e 1978.

Realmente, à medida que o tempo corre, o processo de devastação se acelera: a machado e foice, como se trabalhava até o final da década de 60, seis lenhadores levavam de seis a oito dias para derrubar um hectare de mata não inundável. Com moto-serra, um homem sozinho pode derrubar um hectare em dois dias. Na segunda metade da década de 70, entrou em uso o "correntão",

* Orlando Valverde é geógrafo, com vários livros publicados sobre a Amazônia

uma corrente de ferro, com 100 metros de comprimento, pesando 11 toneladas, arrastada em cada extremidade por um trator pesado, que abre um corredor nas matas de troncos finos, sejam elas naturais ou secundárias. Com esta técnica, que provoca terríveis danos ecológicos, uma equipe de cinco homens pode derrubar 40 a 50 hectares de mata em um só dia.

Quando terminou a guerra do Vietnã, sobrou nos Estados Unidos grande quantidade do chamado "agente laranja", desfolhante que aniquilou as matas daquele país e provocou doenças horríveis em sua população.

Esse material, contrabandeado em parte para a Zona Franca de Manaus, foi adquirido no comércio.

No Acre, por exemplo, onde é muito pequeno o número de "projetos agropecuários" financiados, o desfolhante foi utilizado também como um dos meios para expulsar posseiros, índios e seringueiros de suas terras, forçando-os a emigrar para não morrer. Usando desfolhante, um aviador pode, sozinho, destruir cerca de 100 hectares de floresta, em apenas meio dia de trabalho.

Os peões para a derrubada das matas e o plantio das pastagens foram aliciados por empreiteiros de mão-de-obra, conhecidos como *gatos*, nas regiões onde há crise agrária, principalmente no Maranhão, de onde são transportados sob vigilância, como o gado. Ao término do serviço são despedidos sem indenização alguma, em desobediência total às leis trabalhistas. Sem dinheiro para voltar à sua terra natal, penetram mais na selva amazônica, onde se estabelecem como posseiros. Podem, mais tarde, ser expulsos de lá, mas já terão derrubado um pouco mais da floresta, aumentando, assim, o desmatamento.

Nas terras desprovidas da cobertura florestal e submetidas aos aguaceiros que sucedem à época das queimadas, ocorre o seguinte: erosão acelerada dos solos; lixiviação, que é o arrastamento dos nutrientes solúveis, por dissolução, para o lençol freático, e daí para os rios; eluviação, ou seja, a descida de partículas finas (argila, silte e areia fina) para os horizontes inferiores do solo; aumento da carga sólida dos rios, que se entulham de sedimentos. E a alteração do clima local e do regime das águas. Resultado: os rios se tornam torrenciais, com violentas enchentes e vazantes.

Na floresta, verifica-se o desaparecimento de várias espécies



Os desfolhantes têm várias utilidades: desmatar e expulsar posseiros e índios

vegetais. Estão nesse caminho: o mogno, a madeira de marcenaria mais preciosa da Amazônia; a maçaranduba, que além da madeira, produz goma não elástica; a castanheira-do-Pará, também com boa madeira e dando, com suas sementes, o alimento mais rico que se conhece, por unidade de volume; a poaia ou ipecacuanha, raiz medicinal; o pau-rosa, produtor de essência para perfumaria.

Há uma ameaça real: a continuar tal processo, muitas espécies botânicas desaparecerão da Terra, para sempre.

Exploração florestal

Para se compreender, desde a origem, a evolução das propostas de exploração florestal na Amazônia brasileira, é preciso voltar quase 30 anos atrás.

Logo que foi criado em 1953 pelo governo federal, o primeiro órgão oficial de planejamento para a Amazônia — que hoje tem o nome de Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia —, assinou convênio com a FAO para execução dos primeiros levantamentos florestais do país. Os levantamentos foram realizados entre 1954 e 1957,

numa extensão de aproximadamente 1.700 quilômetros por 100 de largura, desde o rio Maracá, Maranhão, até o rio Madeira, Amazonas.

Detalhe significativo: os relatórios técnicos publicados pela FAO tiveram edição limitada, mimeografada em língua inglesa, ficando, portanto, inacessível ao grande público e aos empresários brasileiros. Somente em 1973 a Sudam fez uma edição condensada em português, mas excluiu os mapas.

No entanto, já em 1972 a diretora do Departamento de Recursos Naturais da Sudam, Clara Pandolfo, publicava um trabalho sugerindo uma série de reservas florestais e reservas indígenas na Amazônia brasileira, além de 12 "florestas regionais de rendimento". O trabalho tinha o nome de "Estudos básicos para o estabelecimento de uma política de desenvolvimento dos recursos florestais e de uso racional das terras da Amazônia". No trabalho, havia informações importantes, entre elas a de que a soma das chamadas "florestas de rendimento" equivaleria a 392.530 quilômetros, superfície maior que a das duas Alemanhas juntas.

Clara Pandolfo sugeria que o governo brasileiro fornecesse incentivos fiscais, oriundos do Imposto de Renda, através da Sudam, para implantação das reservas. Além disso, o governo se responsabilizaria pela infra-estrutura local, ligando a área de cada projeto ao rio navegável mais próximo. Na opinião de Clara Pandolfo, as concessões das áreas para exploração seriam dadas a empresas qualificadas, nacionais ou estrangeiras. A autora admitia que, já naquela época, a exploração madeireira no país vinha sendo feita de forma predatória. Dizia que as poucas empresas que tentavam cumprir o Código Florestal limitavam-se a plantar pequenos bosques de *Eucalyptus* e *Pinus* tropicais, numa proporção muito inferior às áreas devastadas.

Diante desta constatação, sugeria a criação de uma sociedade de economia mista para repor as árvores. A sociedade teria 40% de suas ações subscritas pela União, 20% pela Sudam e as demais ações distribuídas entre empresas governamentais e pessoas físicas, ainda que estranhas à região Amazônica.

Relatórios duvidosos

Em 1977, mais um técnico da FAO esteve no Brasil. Foi o norueguês F. Schmithusen. Veio com a finalidade de avaliar as propostas do chamado relatório Pandolfo. Não era um silvicultor, mas um técnico em administração de empresas.

Baseado em dados discrepantes dos levantados por Clara Pandolfo, o técnico norueguês criticou mais profundamente os baixos rendimentos das pequenas serrarias da Amazônia. Sua sugestão: fazer a exploração por períodos limitados de tempo, de preferência a longo prazo, através de grandes empresas que não teriam obrigação de comprar as terras onde trabalhassem. Apesar de seu entusiasmo, o técnico estrangeiro não ocultou do gover-



Do machado à serra, a tecnologia cada vez mais a serviço da destruição da floresta

no a necessidade de fazer severas fiscalizações para evitar a devastação das florestas.

É sintomático o fato de que ambos os relatórios mencionados atribuísem à floresta amazônica volumes médios de madeira comercial muito superiores aos vo-

lumes fornecidos pelo Projeto Radam. Sem declarar explicitamente, é claro que os dois relatórios tinham como finalidade entregar a exploração madeireira da Amazônia brasileira a grandes firmas internacionais, uma vez que há carência de capital para

empresas nacionais que viessem a se candidatar a empreendimentos de tal envergadura. Além disso, de acordo com a legislação em vigor são consideradas nacionais todas as empresas que tenham sede no país, independentemente da sua composição acionária. Como não há nenhuma restrição legal à remessa de lucros para o exterior, fica muito facilitado o saque à economia brasileira.

Fiscalização utópica

As recomendações do norueguês Schmithusen com relação à "severa fiscalização" parecem ridículas para quem conhece esses serviços no Brasil. O técnico da FAO parecia procurar, desde aquela época, um pretexto para que futuramente fosse lançada a culpa das devastações sobre funcionários brasileiros, acusados de inépcia e corrupção.

Em 23 de janeiro de 1979, o então presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF —, Paulo Berutti, deu uma entrevista ao jornal "O Estado de São Paulo", que bem retrata a triste situação da guarda florestal no Brasil. Confessandose envergonhado, declarou que havia no país somente 3.000 guardas, quando seriam necessários 80.000 no mínimo.

Eis em que condição se encontra a fiscalização florestal, apenas nas unidades políticas da Amazônia brasileira. No estado do Amazonas, para vigiar 156,4 milhões de hectares de matas há nada mais que 12 guardas, embora equipados com quatro carrões e dez barcos. No Pará, os guardas florestais são em número de 20. Mas, especialmente no sudeste do estado, prevalece a violência: três guardas já foram assassinados por contraventores da lei ou seus capangas. No Acre, 15 guardas tomam conta de 15 milhões de hectares de floresta (um para cada um milhão de hectares), se bem que dispondo de quatro car-

ros, quatro lanchas e dois barcos. No território de Rondônia não há nenhum guarda florestal; a fiscalização das derrubadas está a cargo da Polícia Federal, que nada entende do assunto. Em 1975, o único guarda florestal do território foi demitido, após inquérito administrativo; ficou seis meses sem receber vencimentos e, por isso, se associara aos contrabandistas de madeira.

Diante deste quadro, fica-se com a impressão de que as grandes transnacionais madeiras ainda não penetraram na Amazônia. Nada mais falso. Várias delas já se encontram lá há muito tempo: a Brumasa, subsidiária da Bruynzeel, holandesa, extrai madeira do baixo Amazonas; a Georgia Lumber, exporta madeira serrada do território do Roraima, via Venezuela; a Toyomenka, japonesa, trabalha com moderna serraria, automatizada, em Abaetetuba, perto de Belém. A National Bulk Carriers, controlada pelo magnata D. K. Ludwig, instalou um império madeireiro no vale do Jari.

A pesquisa incipiente

A silvicultura tropical ainda está, infelizmente, em sua infância. A substituição da complexa floresta heterogênea por uma plantação homogênea tem dado resultados lamentáveis na Amazônia. Os plantios de pimentado-reino, feitos maciçamente pelos japoneses em Tomé-Açu, 200 quilômetros ao sul de Belém, foram destruídos por fungo (*o Fusarium*), que ataca as raízes. Tem havido incêndios em florestas plantadas: de seringueiras, no Acre; de *Gmelina* e *Pinus* (para celulose), no Jari.

Não estão ainda completas as pesquisas silviculturais, promovidas pelo Inpa, nas cercanias de Manaus (na Reserva Ducke), e pela Estação de Silvicultura de Curuá-Una, perto de Santarém, pertencente a um convênio FAO-Sudam.

No afã de entregar o restante dos recursos naturais da Amazônia às transnacionais, várias personalidades do governo brasileiro não querem esperar pelos resultados das pesquisas.

No encerramento do 3º Congresso Florestal Brasileiro, realizado em Manaus, em dezembro de 1978, Paulo Berutti, em discurso de improviso, afirmou que se fosse exportada toda a madeira nobre de uma superfície de 56 milhões de hectares da selva amazônica, o Brasil poderia, com as divisas obtidas, pagar sua dívida externa — à época cerca de 40 bilhões de dólares —, atualmente mais de 60 bilhões de dólares.

Demonstrações populares de rua, especialmente de estudantes e intelectuais, reagiram a essas declarações. Embora reprimidas com violência, o governo recuou momentaneamente. Mais de 20 associações de defesa do meio ambiente foram fundadas de norte a sul do país, pelo despertar de sua consciência ecológica.

A mais antiga dessas associações é a Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA), criada no Rio de Janeiro em 1967, e cujos estatutos prevêem a futura transferência de sua sede para a Amazônia. Atravessou, com dificuldades, os anos duros de ditadura e repressão policial, mas contribuiu efetivamente para fazer abortar o Plano dos Grandes Lagos Sul-Americanos, do Instituto Hudson, financiado pelo Departamento de Guerra dos Estados Unidos; realizou quatro cursos sobre a Amazônia, frequentado por número sempre crescente de alunos; publica o boletim "A Amazônia Brasileira em Foco", já em seu 13º número, bem como o jornal "Amazônia Hoje". E está organizando agora o I Simpósio Internacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia, que será realizado de 16 a 18 de outubro próximo.

A invasão estrangeira

Um perfil das transnacionais na Amazônia, as facilidades governamentais e a sua tática de "associação" ao capital nacional para a exploração dos nossos recursos naturais

*Ricardo Bueno**

Durante muito tempo foi conhecida como o "Inferno Verde". Uma floresta densa, fechada, em que a luz do sol quase não penetrava, com milhares e milhares de espécies vegetais e animais (algumas desconhecidas do homem). Muitos sonhavam em viajar em seus rios caudalosos e piscosos (alguns límpidos, outros pardacentos). Lendas não faltavam sobre riquezas minerais fabulosas e até mesmo montanhas de diamantes. Contavam-se histórias sobre tribos indígenas ferozes, que jamais haviam tido contato com seres "civilizados" e que adoravam carne humana. A Amazônia incendiava as imaginações.

Mas um animal ferocíssimo, criado pelo homem, penetrou nessa floresta. Devassou seus mais delicados segredos, derrubou centenas de milhares de árvores, poluiu rios, gerou pastagens degradadas, liquidou espécies inteiras de outros animais, matou posseiros e pequenos proprietários. Em sua caminhada, cada vez mais rápida, esse animal ameaça transformar o "Inferno Verde" num "Deserto Vermelho". Seu nome: capitalismo selvagem.

Um capitalismo liderado por grandes grupos nacionais e estrangeiros. Vamos deixar de lado a "prata da casa", para tratar da penetração estrangeira. Para compreendê-la é preciso fazer uma pequena viagem no tempo e retornar a 1966, quando foram criados pelo governo federal os incentivos fiscais para a ocupação da Amazônia. Uma fórmula maquiavélica para baratear a



conquista da Amazônia pelo grande capital. Pela lei nº 5.714 os grupos monopolistas ganharam o direito de descontar até 50% do Imposto de Renda a pagar, desde que os recursos fossem utilizados em projetos na Amazônia que recebessem sinal verde da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

* Ricardo Bueno é jornalista e economista. Autor de "Porquê os preços sobem no Brasil", "ABC do entreguismo", "A farsa do petróleo e do álcool: rumo ao desastre". Atualmente chefia a Reportagem do Jornal do Comércio.

Benefícios fiscais

A brincadeira não parou por aí. Os benefícios fiscais foram muito além e incluíram também:

- Isenção total ou redução de 50% do Imposto de Renda devido, por dez anos, para os empreendimentos instalados ou que viessem a se instalar até 31 de dezembro de 1974.

- Isenção de qualquer imposto ou taxa que recaia sobre a importação de máquinas e equipamentos necessários à implantação de projetos na área da Sudam (o que permitiu ao norte-americano Daniel Ludwig, do projeto Jari, importar uma fábrica completa

de papel e celulose sem pagar um tostão de impostos).

• Benefícios estaduais e municipais como, por exemplo, o não pagamento de ICM.

Perante tanta generosidade os grandes grupos estrangeiros não se fizeram de rogados e aproveitaram os incentivos para se apropriar de gigantescas extensões de terras na Amazônia através da implantação de projetos "agro-pecuários". Vai entre aspas mesmo, pois de "agro" não têm nada: os grupos estrangeiros não plantam coisa alguma na Amazônia. Quanto ao "pecuário" só se justifica parcialmente, pois mesmo em algumas áreas onde há cabeças de gado o interesse principal é outro: o negócio é verificar se nas terras há reservas importantes de minérios ou madeiras de alto valor no mercado internacional. Ou, então, simplesmente sentar em cima das terras à espera de que se valorizem (utilizá-las, portanto, como reserva de valor).

A Sudam aprovou mais de 330 projetos agropecuários. Os grupos que os controlam têm seus nomes sigilosamente guardados pela Superintendência, que não tem interesse em revelar a extensão das terras em mãos de estrangeiros. O dado seria, certamente, chocante. Mas apesar do

esconde-esconde da Sudam alguma coisa já se descobriu. A geógrafa Irene Garrido, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fazendo pesquisas na parte sul e leste da Amazônia constatou a existência de fazendas da ITT, Gulf Oil, Mercendes Benz, Volkswagen, Swift, King Ranch, Liquigás SPA (italiana), Mtsui, Heublein e Sifco. Já penetraram no "Inferno Verde" também a Georgia Pacific, a Bethlehem Steel, a Toyo Menka, a Marubeni, a Ester Research Co., a Twin Agricultural and Industrial Development, o Banco Mitsubishi, a Singer, a National Bulk Carriers (de Daniel Ludwig) e outros membros da grande família transnacional.

O tamanho das áreas é de cair o queixo. Destaque especialíssimo para o projeto Jari, que chegou a reivindicar 3,7 milhões de hectares. A Volks possui 140 mil hectares, a Liquifarm 670 mil (cinco vezes a cidade do Rio de Janeiro), a Georgia Pacific 400 mil, a Union International (inglesa) 664 mil hectares. E por aí vai. São dezenas de milhões de hectares nas mãos dos grupos estrangeiros.

Madeira: um grande negócio

Mas como nem só de caviar vive o homem, nem só de terras vivem os grupos estrangeiros que invadiram a Amazônia. Eles também estão botando a mão nas madeiras da região e devastando grandes áreas. A Sudam já ousou dizer, porém, que tal desgraça é provocada por 300 serrarias clandestinas, a maioria de pequeno porte. E as grandes serrarias, será que a superintendência as desconhece? Será que não sabe, por exemplo, que nas cercanias da foz do Amazonas existem empresas gigantescas, serrarias de meter medo, como as duas pertencentes à Eidai Co. Ltda., maior fabricante de madeiras compensadas do Japão, que controla uma área de 50 mil hecta-

res? Já a Bruynzeel NV, firma holandesa de materiais de construção com filiais em várias partes do mundo, também possui uma propriedade imensa em associação com a Bethlehem Steel (250 mil hectares no Amapá). A Georgia Pacific Corporation, que lidera a fabricação de madeira compensada nos Estados Unidos, tem duas grandes áreas no Pará. Seria uma injustiça não incluir nesta lista a Jari Florestal e Agropecuária que planeja produzir 4,6 milhões de metros cúbicos de madeira, com vendas programadas para os Estados Unidos e a Europa.

E o que dizer dos minérios? O sonho oficial é transformar a Amazônia numa grande base de exportação de minérios. Fazer com que as fabulosas riquezas minerais da região (que compreendem reservas de bauxita, ferro, ouro, manganês, cassiterita, nióbio, cromo, caulim etc) gerem dólares para aliviar a situação do balanço de pagamentos.

Como conseguir isso? A resposta do governo brasileiro é clara e já está sendo posta em prática: atrair os grandes grupos internacionais da área de mineração para que sozinhos ou em associação com empresas estatais e, às vezes, grupos privados nacionais (joint-ventures) devessem o subsolo e elevações da Amazônia e, com o minério aí encontrado, alimentem as usinas que possuem nos países ricos (em especial nos Estados Unidos e no Japão). A expressão "entregar o ouro aos bandidos" cai, nesse caso, como uma luva.

A corrida pelo controle dos minérios já começou. Em apenas dois anos (1973/74), por exemplo, seis importantes grupos (Royal Dutch Shell, Saint Joe Minerals, Saint Gobain Pout-a-Musson, International Nickel, Brascan e United States Steel) requereram nada menos que 188 áreas para pesquisa mineral em dois municípios do Pará — Marabá e São Félix do Xingu. Segundo o "Coojornal"



Agressão à mata: uma rotina de trabalho

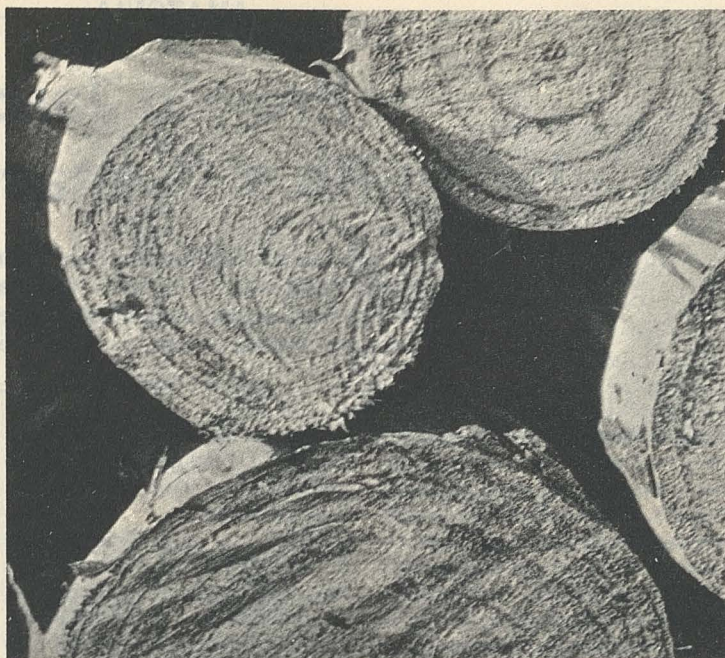
— uma publicação do Rio Grande do Sul com circulação nacional — “a maioria dos pedidos de pesquisa, naturalmente, não chega a constituir um programa de investimentos. Na verdade, o requerimento das áreas é apenas uma das formas de um grupo empresarial ingressar em uma região e garantir sua presença nela, sem que isso signifique pretensão de explorá-la imediatamente”.

Reservas minerais

A relação dos grupos estrangeiros que já estão na Amazônia para explorar as reservas minerais é impressionante. Mencionando apenas a “fina flor” aparecem: *Alcoa*, *U. S. Steel*, *Alcan*, *Anglo American*, *Habna*, *Bethlehem Steel*, *Shell*, *Saint Joe*, *Saint Gobain*, *Inco*, *Eternit*, *Brascan*, *Brasimet*, *Patiño*, *Mitsubishi*, *Mitsui*, *Show* e *Denko*, *Sumitomo Chemical*, *Nippon Steel*, *Oesterle*, *Stanko*, *Noronda*, *New Jersey Zinco*, *De Falcon*, *Exxon* e *Bunge y Born*.

As subsidiárias desses trustes se multiplicam rapidamente na Amazônia. Um levantamento realizado pela geógrafa Irene Garrido assinala: “As grandes companhias vêm criando empresas de pesquisa mineral, cujos endereços são do Rio de Janeiro. Pode-se, no entanto, identificá-las pelos nomes relacionados com a toponímia amazônica. É o caso das empresas organizadas pela *Royal Dutch Shell*: Mineração Rio Xingu, Mineração Curuá, Mineração Jauaperi, Mineração Iriri e Mineração Nhamundá. O grupo *Patiño* também mantém empresas deste tipo, como a *Nivale* — Mineração Vale do Madeira e Mineração Vale do Roosevelt. A *Bethlehem Steel* formou a Mineração Itatiaia e a Mineração Cabo Orange, sendo a primeira para pesquisas geológicas do manganês no noroeste da Amazônia.”

Em alguns casos os grupos estrangeiros formam *joint-ventures*



A madeira da Amazônia é um dos principais interesses dos grandes capitais estrangeiros

com mineradoras brasileiras. A *Shell* ligou-se à Mineração Rocha, pioneira em Rondônia, através de sua subsidiária *Hilition Maatschappij NV*. O grupo norte-americano *W. R. Grace* associou-se à Mineração Brasileira — *Mibrasa*. E o grupo *Patiño* (que monopoliza o estanho em escala mundial) uniu-se à Mineração Brasileira.

O mais grave é que para atrair esses grupos estrangeiros, o Brasil oferece favores escandalosos. O caso da Albrás (projeto controlado pela Vale do Rio Doce), é um exemplo notável. Para cooptar sócios japoneses para aquela usina de alumínio, que ficará em Vila do Conde (a 40 quilômetros de Belém), o governo brasileiro se comprometeu a construir toda infra-estrutura, inclusive a hidrelétrica de Tucuruí que não custará menos de US\$ 2,5 bilhões. Esta hidrelétrica não só vai fornecer energia ao projeto Albrás como o fará a *precinhos muito camaradas* (ou seja, subsidiados). Como 50% da produção da Albrás irá para o Japão, isto signi-

fica que o Brasil (um país pobre) estará subsidiando o alumínio a ser utilizado pelo poderoso país do sol nascente. Em resumo: o Brasil estará financiando o desenvolvimento de um país muito mais rico.

Quem se beneficiou, também, das generosas doações do governo brasileiro foi a *Icomi*, na qual a *Bethlehem Steel* tem 49%. Ela importa equipamentos sem pagar impostos e o projeto de pelotização de manganês contou, na primeira fase, com 38% e, posteriormente, 65% de seus recursos provenientes de incentivos fiscais. Já a Mineração Brasileira (que apesar do nome é norte-americana) goza de isenção do imposto de renda para explorar cassiterita. A usina de redução de cassiterita, em Manaus, contou com benefícios da Sudam e da Suframa que constituem mais de 75% do total de recursos aplicados. Na exploração de caulim, Daniel Ludwig está isento dos impostos de renda e importação. □

Projeto Jari: a luta contra a desnacionalização

A implantação do setor florestal do programa de produção de celulose representou um atentado à natureza e a implantação industrial significou um desrespeito aos interesses sócio-econômicos e financeiros nacionais

Irene Garrido*

O destino da imensa área do projeto Jari, na Amazônia, seguramente o maior latifúndio do mundo, está sendo decidido sem que o povo brasileiro possa participar. Vítima dos seus sucessivos erros, o capitalista norte-americano Daniel Ludwig está articulando a chamada "nacionalização" do empreendimento, numa operação que lhe trará dupla vantagem: vai socializar seus prejuízos e arrefecer a pressão da opinião pública contra as múltiplas irregularidades que vem praticando.

A manobra é hábil e está sendo articulada pelo empresário Azevedo Antunes, personagem intimamente ligado ao capital transnacional desde que foi alçado, na década de 50, do obscuro cargo de diretor de uma pequena empresa de mineração para o importante cargo de diretor da Icomi, empresa associada à poderosa *Bethlehem Steel Corp.*. Se concretizada, a chamada "nacionalização" vai significar apenas a substituição meramente formal do patrão norte-americano por seus representantes brasileiros, permitindo assim que o grupo Ludwig possa obter todas as facilidades que vem exigindo.

As exigências

Mas que facilidades são essas? A primeira delas é a regularização da questão das terras ocupadas pelo projeto. Esta é a primei-

ra grande reivindicação do dono do Jari, Daniel Ludwig. Quando pediu aval ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), o Jari dizia possuir 3.700.000 hectares (37 mil quilômetros quadrados). Atualmente, reduziu suas pretensões para 1.600.000 hectares (16 mil quilômetros quadrados), mas o governo só regularizou 300.000 hectares (três mil quilômetros quadrados).

A tese que vem tentando defender é a dos "limites naturais". Em carta datada de agosto de 1980, ele comunicou sua pretensão — que dá idéia de tratar-se de um litígio entre nações — ao ex-ministro chefe da Casa Civil da Presidência da República, general Golbery do Couto e Silva. O documento, ao invés de ser devolvido ao remetente, acabou sendo distribuído entre os ministros da área econômica.

Outro aspecto da "nacionalização" é a transferência para o governo brasileiro dos encargos sociais e gastos com infra-estrutura. Embora ocupe uma área imensa, o Jari emprega apenas oito mil trabalhadores, número muito pequeno se levadas em conta as dimensões gigantescas do projeto e o fato do Brasil possuir um milhão de trabalhadores sem terra.

* Irene Garrido é geógrafa e vice-presidente da Campanha Nacional de Defesa pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA)

Para pressionar o governo, o Jari que antes admitia empregados, agora está demitindo. É mais um ingrediente da tensa situação social da área do projeto, onde a empresa só fez aguçar o problema, discriminando os trabalhadores braçais. Um trabalhador de nível técnico ou administrativo tem todas facilidades: casa com ar condicionado, geladeira, gasolina de graça e altos salários. O trabalhador braçal ganha o salário-mínimo e não tem sequer casa para morar.

Por fim, o capitalista norte-americano lucraria também com novos avais para empréstimos. Nada mais lucrativo para quem conseguiu até agora burlar todas as exigências legais para importação e obtenção de financiamentos. Alguns exemplos: a fábrica de celulose que funciona acoplada à usina termoeletrônica do Jari foi construída no Japão, coincidentemente num estaleiro que pertenceu a Ludwig. O capitalista norte-americano conseguiu vencer a barreira da legislação protecionista da indústria nacional graças ao excelente relacionamento que mantém com um antigo funcionário seu: Heitor de Aquino Ferreira, secretário particular do presidente Figueiredo e do ex-presidente Geisel.

Daniel Ludwig não se limitou apenas a comprar a fábrica no Japão. Para efetuar a compra, conseguiu também o aval do BNDE, o que, por lei, só pode

ser concedido a projetos genuinamente nacionais. E mais: o Jari foi também isento do imposto de importação para todos os programas do projeto. O então presidente Geisel justificou a medida à época com o fato de que o governo considerava o Jari empresa de relevante interesse para o desenvolvimento nacional.

Destruição ecológica

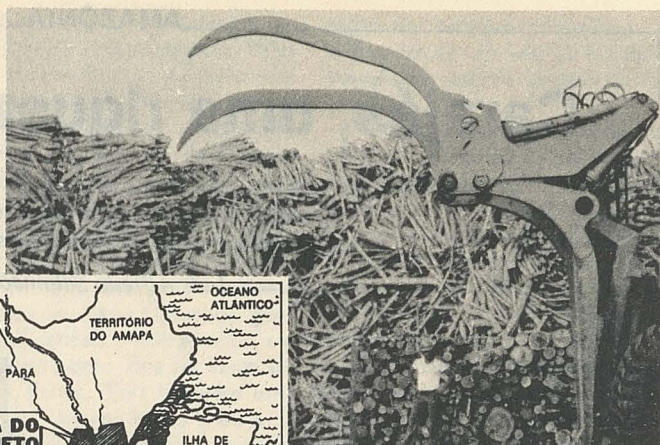
Próximo à foz do Amazonas e da fronteira com o Suriname, no vale do rio Jari, o projeto do capitalista Daniel Ludwig começou a ser implantado em 1967. Foi o resultado prático de uma visita que o capitalista norte-americano fez ao primeiro presidente pós-64, o marechal Castelo Branco, encontro promovido por Roberto Campos, personalidade de notória ligação com o capital transnacional.

O projeto, registrado com o nome de Jari Florestal Agropecuária Ltda, tem múltiplas atividades: produção de celulose, extração de caulim, produção de arroz, criação de bovinos e búfalos para industrializar a carne. É um negócio muito lucrativo: tudo que produz tem grande aceitação no mercado externo.

Um dos seus grandes objetivos econômicos — talvez o principal — é a produção de celulose, a partir da *gmelina*. Trata-se de uma árvore importada da Birmânia e plantada na Amazônia numa extensão de dois mil quilômetros quadrados, em substituição da floresta original, heterogênea.

Este detalhe do projeto é um dos principais alvos dos seus críticos, tanto nacionais como estrangeiros. Cientistas e instituições de pesquisa não têm poupa- do munção contra a devastação ecológica patrocinada pelo Jari. E não é difícil compreender a razão dos protestos e denúncias: ninguém de bom senso pode admitir medida antiecológica de tal envergadura.

No. 36 — Agosto — 1981



No Jari, um império quase do tamanho da Suíça, grandes máquinas destroem a floresta

O conhecimento sobre o resultado de prática de tal natureza ainda é escasso. Pouco se sabe sobre o que pode ocorrer quando a floresta heterogênea é substituída por plantios homogêneos. O mais grave é que não foram feitas experimentações em pequenas áreas para conhecer o crescimento da *gmelina* e o desenvolvimento de doenças e pragas. O resultado foi que dez anos depois do início do plantio os técnicos do Jari descobriram um fato desastroso: a *gmelina* não cresce com facilidade em solos arenosos, como os que estavam sendo utilizados. Estavam aparecendo doenças e pragas.

Anteriormente, o capitalista norte-americano Henry Ford tinha sido também vítima do desprezo pelos métodos científicos ao tentar plantar seringais, em grande escala, no vale do Tapajós. A diferença é que Ford, apesar de todos os problemas que criou, devolveu as terras que ocupava ao governo. Naquela

época, a Amazônia ainda não era muito valorizada.

Ludwig quer assumir postura diferente. Para ele, há duas alternativas: a "nacionalização" do projeto à sua maneira (o que significa que ele continuará mantendo seu controle) ou a sua abertura a capitais privados nacionais, onde seu poder continuará sendo exercido.

Pela sua dimensão e localização, o Jari não pode pertencer a um único empresário. Tal circunstância tem duplo aspecto negativo: entrava o desenvolvimento e põe em risco a própria soberania nacional. Tanto é assim que o Conselho de Segurança Nacional criou o Grupo Executivo para o Baixo Amazonas (Geba). Trata-se de um organismo que não faz oposição ao projeto Jari, mas está preocupado com a questão das suas terras e a sua posição geográfica.

É fora de dúvida a importância da nacionalização do Jari. Mas isso não significa entregá-lo a "testas-de-ferro" que, usando seus nomes brasileiros, tornarão mais fácil a obtenção de concessões oficiais. Se concretizada a "nacionalização" que Ludwig pleiteia, o capitalista norte-americano terá conseguido fazer com que o governo esqueça uma das regras básicas do capitalismo: a de que o empresário assuma o risco do negócio. □

Carajás, uma riqueza em perigo

Uma das maiores reservas de minério do mundo está aberta à iniciativa privada, nacional e estrangeira: as transnacionais estão prontas para a sua conquista

Luis Alfredo Salomão*

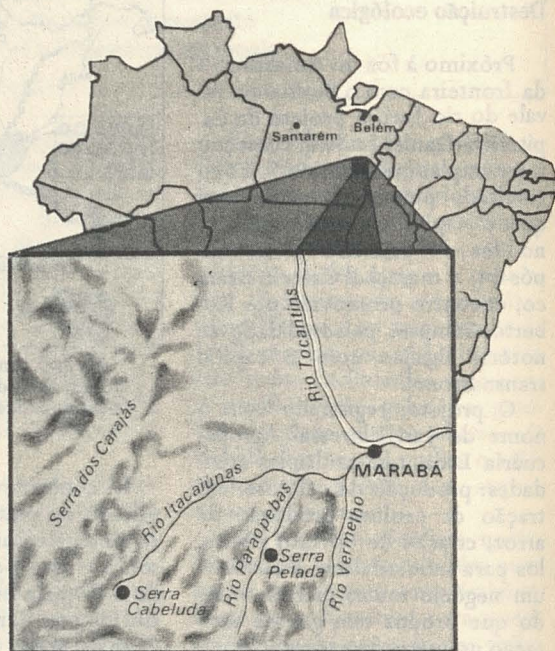
Entre o Araguaia-Tocantins e o Xingu, próximo às cidades de Belém e São Luís, está localizada a província mineral de Carajás. Suas reservas ainda não foram totalmente avaliadas, mas os números já conhecidos são suficientes para confirmar suas dimensões colossais. São mais de 20 bilhões de toneladas de ferro de alto teor de concentração (66%), seguramente a maior reserva do mundo, 60 milhões de toneladas de manganês e grande potencial de minérios de cobre, níquel, ouro, bauxita e cassiterita. Em alguns casos, a exploração das jazidas pode tornar o Brasil auto-suficiente ou aumentar significativamente a produção de metais não-ferrosos.

Toda esta riqueza está ameaçada porque o governo restringiu sua exploração direta apenas ao minério de ferro, que está sendo feita através da Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD). Esta atitude visa deixar aberta a oportunidade de exploração dos demais minérios para companhias privadas nacionais ou estrangeiras. No mínimo, é uma postura tecnicamente questionável: a CVRD teria facilidades para atuar diretamente na exploração dos demais minérios, como é, por exemplo, o caso do manganês. Politicamente, trata-se de uma decisão equivocada e conduzirá, seguramente, à entrega das reservas de Carajás ao capital estrangeiro.

Se restar alguma dúvida quanto a esta ameaça, basta observar o comportamento de autoridades governamentais e da direção

A localização de Carajás é privilegiada: a energia é abundante, as cidades são próximas. O problema são as transnacionais

* Luis Alfredo Salomão é diretor do Departamento Sócio-Econômico do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro



da Vale do Rio Doce, esta última particularmente. Não será difícil constatar que todo esforço vem sendo feito no sentido de atrair empresas estrangeiras como a *British Petroleum* para explorar o cobre, a *Kaiser* ou a *V&AW* para explorar o alumínio, a *Sumitomo* para explorar o manganês e assim sucessivamente. Isto porque o governo e a Vale do Rio Doce não confiam na capacidade técnica e financeira do empresariado nacional e têm compromisso político de esvaziar as empresas públicas.

As reservas

Ainda que se queira evitar o ufanismo, não se pode deixar de

admitir o fato das gigantescas dimensões de Carajás. Independentemente das suas reservas de minério de ferro, que por si bastariam para justificar seu imensurável interesse econômico, há outros dados igualmente expressivos. Suas reservas de manganês, com 60 milhões de toneladas, têm teor de minério de 42% e baixa presença de álcalis (1%). São superiores às reservas deste minério na Serra do Navio (Amapá); no país, só são superadas pelas reservas de Urucum, Mato Grosso. Há ainda o grande potencial de minérios como níquel, ouro, bauxita e cassiterita. Não será surpresa se surgirem outras ocorrências expressivas na província mineral de Carajás, como foi a

descoberta em plena mata amazônica de Serra Pelada, garimpo de ouro que hoje ocupa 25.000 homens.

É evidente que toda essa riqueza, ainda sem uma avaliação precisa, constitui imenso fator de atração de investimentos. O grande problema é justamente a possibilidade do seu domínio pelo capital transnacional, que se agrava no nosso país pela penetração que este tem conseguido e pela representação que possui junto ao governo brasileiro. Se levarmos em conta o elevado endividamento externo — mais de US\$ 60 bilhões — e a ameaça sombria do país não ter folgas na balança comercial para pagar suas dívidas, fica mais clara a vulnerabilidade nacional no caso de Carajás. Atualmente, suas reservas são consideradas pelo governo valioso trunfo para renegociação da dívida externa.

Não é só no campo econômico que Carajás está ameaçado. Pelas suas dimensões, o projeto terá repercussão em diversos campos da política nacional, envolvendo desde a ocupação e o desenvolvimento do sudoeste amazônico — principalmente nos estados do Pará e Maranhão — até a industrialização de seus recursos minerais. Envolve também a utilização dos recursos florestais, para fins industriais e energéticos, e o aproveitamento dos recursos hídricos locais. Terá também uma série de consequências para a cidade de São Luís, distante 750 quilômetros de Carajás e onde está sendo construído o porto para escoamento do minério, cujos habitantes, se for mantida a tendência atual de falta de planejamento, se verão brevemente às voltas com os mais diversos tipos de problemas: poluição, crescimento urbano desenfreado, satu-

ração dos serviços públicos e até a destruição do seu já bastante ameaçado acervo arquitetônico colonial.

De particular importância é a política de ocupação demográfica e de organização — social e fundiária — do campo na região. Se forem implantadas grandes fazendas silviagropecuárias, como vem sendo planejado, haverá intensificação dos conflitos de terras.

Quanto à penetração do capital transnacional não é difícil avaliar seus efeitos. Basta lembrar os resultados da sua contribuição na “pesquisa” mineral, bastante conhecidos. A “descoberta” de Carajás deu à U. S. Steel tranquilidade quanto ao suprimento futuro, a baixo custo, de minérios de ferro e manganês, ambos de alto teor, sem que a siderúrgica transnacional tenha qualquer preocupação com os



O homem e a terra são vítimas da mesma espoliação. O destino de ambos depende de uma definição política coerente

pesados investimentos em infraestrutura. O ônus de todo investimento foi assumido pelo arrogante governo Geisel, que se autoproclamava nacionalista; a transnacional ainda recebeu US\$ 55 milhões para sair da sociedade que tinha com a Vale do Rio Doce na Amazônia Mineral, hoje extinta.

Há ainda outros casos escabrosos. Exemplo: o caso do níquel de Barro Alto, sobre o qual a transnacional Inco está sentada há anos. Casos como o de Carajás e Barro Alto mostram quanto não é recomendável a política nacional de aceitar liberalmente a participação do capital estrangeiro na pesquisa e exploração mineral.

É razoável admitir que, em certas circunstâncias excepcionais, exista interesse brasileiro de contar com a participação estrangeira em determinados projetos de mineração. Tal interesse pode ser ditado por questões tecnológicas ou de ordem comercial. No entanto, não significa que esta deva ser a regra, como ocorre atualmente. Deve ser, sim, uma exceção. E a deliberação sobre

sua conveniência tem que caber ao Congresso Nacional e não a uma minoria que pretende ditar o que é melhor para a nação.

Um dos aspectos mais negativos da atual política de exploração mineral é o esvaziamento dos projetos de pesquisa. Dispõe-se hoje de levantamentos por radar de quase todo o território nacional, o que, através de técnicas de interpretação, permite obter dados sobre o relevo e a estrutura geológica em escala de 1:250.000. Para um levantamento satisfatoriamente preciso, no entanto, seria necessário detalhar esse levantamento à escala de 1:100.000, através de levantamentos aerogeofísicos. Estimuladas pelo governo federal, algumas empresas brasileiras se equiparam para fazer tais levantamentos e chegaram a mapear três milhões de quilômetros quadrados; porém, o programa de pesquisa não teve continuidade e as empresas, em dificuldades financeiras, estão desfazendo suas equipes técnicas devido à ociosidade.

A retomada dos programas de levantamento sistemático para o melhor e mais completo conheci-

mento geológico do país é fundamental. Uma demonstração clara disso é que a descoberta de Carajás por uma empresa transnacional, nas circunstâncias em que se deu, custou um preço demasiadamente elevado ao povo brasileiro, pago pela falta de conscientização objetiva e consequente sobre o potencial de suas riquezas e sobre a necessidade de defendê-las.

A nação aceitou o ufanismo de pregação ideológica do "Brasil-Grande do Futuro" e não teve a menor capacidade de resistir às manobras do capital transnacional para se apropriar de seus recursos naturais e humanos, com o apoio de alguns áulicos entreguistas. É algo improvável que se descubra uma nova província do porte de Carajás, mas é também quase certo que a pesquisa sistemática em mais da metade do território, praticamente ainda desconhecido (do ponto de vista geológico) permitirá encontrar depósitos significativos de inúmeros minérios de que hoje o país é carente. Serra Pelada — só para citar um caso bastante divulgado pela imprensa — é um

SBPC condena Carajás

□ Durante a 33ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) foi aprovada por unanimidade, no encontro sobre "Política Mineral Brasileira e o Projeto Grande Carajás", uma moção que rejeita a política mineral executada pelo governo brasileiro. Como proposta concreta, conclamou-se a sociedade brasileira para um amplo debate sobre política mineral, especialmente sobre o projeto Grande Carajás, e criou-se um grupo de trabalho para estudar o assunto e propor formas de ação.

É a seguinte, na íntegra, a moção:

Considerando que:

1. O governo brasileiro está dando início no

norte do país ao programa grande Carajás, que envolve investimentos da ordem de US\$ 60 bilhões, para a exploração de jazidas de minérios de ferro (18 bilhões de toneladas — a maior do mundo), de manganês (60 milhões de toneladas — a maior do Brasil), de cobre (um milhão de toneladas — também a maior do Brasil) e outros recursos naturais.

2. O governo brasileiro, ainda no âmbito do programa grande Carajás, está permitindo a instalação de empreendimentos ligados à produção de bauxita — alumina-alumínio, que envolvem investimentos da ordem de US\$ 3 bilhões, com base em capitais estrangeiros.

3. O governo brasileiro se dispôs a conceder ampla gama de investimentos fiscais e creditícios, inclusive isenção de imposto de renda, e tarifa subsidiada de energia, cujo ônus recairá sobre a poupança do povo brasileiro, beneficiando principalmente grandes grupos estrangeiros.

exemplo disso: o que não teria acontecido se, ao invés de ter sido encontrada por garimpeiros nacionais, essa jazida de ouro fosse descoberta pela *Anglo-American*?

Interesse nacional

É preciso ressaltar ainda que a dependência mineral do Brasil — que importa 65% das suas necessidades de produtos do subsolo — não será superada apenas com a máxima exportação do que é extraído das jazidas do país, como vem ocorrendo há anos por causa do oportunismo irresponsável. A alternativa para diminuir a dependência externa do país será o conhecimento profundo de suas reservas minerais e a definição de um programa racional para seu aproveitamento, levando em conta os interesses das futuras gerações.

Carajás, por uma feliz coincidência, tem condições excepcionais para permitir o desenvolvimento de um grande projeto de utilização de suas reservas minerais, apoiado em projetos de metalurgia e aproveitamento ener-

gético do potencial da região. Distante 650 quilômetros de Belém e 750 quilômetros de São Luís, a região de Carajás possui imenso potencial hidrelétrico (Tucuruí) e, pelo seu valor econômico e estratégico, poderá dar ao desenvolvimento do país contribuições relativamente superiores ao que as minas de *Bushwelt* e *Sudbury* representam para a África do Sul e o Canadá, respectivamente.

No fundo, a discussão sobre Carajás envolve o próprio relacionamento do país com o capital transnacional. Assim, o destino de Carajás está no mesmo nível de discussão do projeto Jari, outro empreendimento-monstro que se desenvolve na Amazônia sob os auspícios das transnacionais, do chamado pacote florestal e dos contratos de risco para exploração do petróleo. A conclusão é de que se torna imperativo o controle do ingresso de capital transnacional no país. Devido ao altíssimo grau de integração do Brasil na economia internacional, não se pode ter ilusões de que a dependência externa será eliminada a curto prazo por

força apenas da vontade nacional. Os interesses do grande capital transnacional estão aqui profundamente enraizados e contam com o apoio da burguesia e de setores da burocracia governamental.

É possível que, a continuar o processo de abertura democrática, os interesses nacionais venham sobrepor os interesses do país à expansão do capital transnacional. Para o Brasil, é encorajador o exemplo do que têm feito algumas nações do Terceiro Mundo, como a Venezuela, Colômbia, Peru e Equador que celebraram o Pacto Andino junto com a Bolívia e o Chile (estes últimos afastados temporariamente devido à situação interna de ambos os países). Isto não significa que o que é bom para esses países seja bom para o Brasil. O valor do exemplo do Pacto Andino é mostrar que há necessidade de se lutar para derrubar as instituições que hoje garantem a hegemonia do grande capital transnacional no país. E a vitória, ao que tudo indica, é possível. □

4. O programa grande Carajás se insere num modelo de desenvolvimento excludente, reforçador da dependência, com as características negativas e voltado principalmente para a exportação de bens primários e semi-acabados, de preços internacionais aviltados, agravando, através da importação de capital e tecnologia, o balanço de pagamento e a dívida externa:

— Vem provocando mudança definitiva e radical na estrutura sócio-econômica e fundiária da região, com impacto ambiental predatório e geração relativamente pequena de empregos.

5. A política mineral brasileira tem alienado os recursos do subsolo, que, pela Constituição, são patrimônios da União, transferindo-os a grupos estrangeiros, como vem acontecendo na Amazônia e em Aracai, na Bahia.

6. Finalmente, a política mineral e, especialmente, o programa grande Carajás, vem sendo executado sem ampla consulta ao povo brasileiro,

através de decisões fechadas, sem participação do Congresso Nacional.

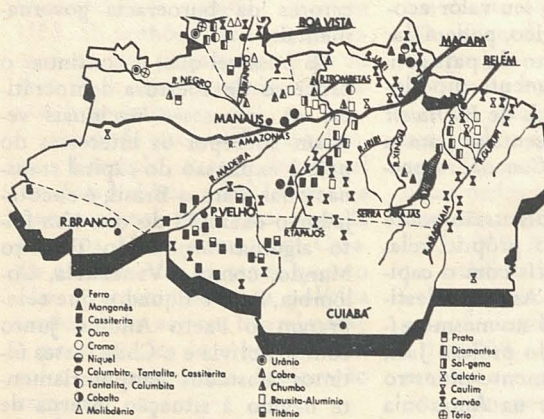
A SBPC resolve:

1 — Rejeitar a política mineral em execução pelo governo, em especial o programa grande Carajás tal como proposto e em execução pelo governo.

2 — Conclamar a sociedade brasileira para um amplo debate sobre a política mineral especialmente sobre o projeto grande Carajás que leve à adoção de medidas voltadas para o atendimento das necessidades maiores do povo brasileiro.

3 — Criar, em seu âmbito, um grupo de trabalho para estudar o assunto e propor formas de ação para a SBPC, para o qual convidará entidades representativas da sociedade civil que vêm se interessando pelo debate aberto da política mineral do projeto grande Carajás com o objetivo de se definirem propostas alternativas para “o uso das riquezas de nosso subsolo”.

Os minérios da Amazônia



Bauxita — minério argiloso de onde se extrai o alumínio. O Brasil tem a terceira maior reserva de bauxita do mundo. Quer dizer, tinha. A maior parte da bauxita brasileira foi entregue à exploração de grupos estrangeiros. A Alcan, a Alcoa e Ludwig repartiram as jazidas das margens do rio Trombetas. O grupo inglês Rio Tinto Zinc ficou com as jazidas de Paragominas. A American Reynolds e Ludwig têm reservas ao longo do rio Amazonas.

Cassiterita — é o minério do estanho. Extraído do solo através do garimpo, ainda é majoritariamente produzido por brasileiros. Mas o governo tem feito tudo para tirar os garimpeiros das áreas de cassiterita em Rondônia e Goiás e entregá-las a grandes empresas, especialmente estrangeiras. A maior empresa nacional de exploração de cassiterita já pediu concordata.

Cobre — até hoje o Brasil importa cobre. Há um grande projeto do governo se instalando na Bahia para explorar as minas de Carajás. Mas a maior jazida foi recentemente descoberta na região de Carajás. Pertence, por enquanto, à Vale do Rio Doce, mas as transnacionais já se ofereceram para explorá-la. Pode ser desnacionalizada a qualquer momento.

Cromo — metal muito usado na siderurgia. Toda a produção brasileira é feita na Bahia por uma empresa controlada pela Bayer, alemã.

Diamante — a maior parte da produção, extraída de garimpos, é contrabandeada. O que sai legalmente é vendido em bruto, embora a produção lapidada valha muitas vezes mais. Em 1973 o Brasil exportou dois mil quilos de pedras brutas, ganhando apenas US\$ 16 milhões, e dois mil quilos de pedras

lapidadas, ganhando nada menos que US\$ 19 milhões.

Ferro — O Brasil é o maior produtor de minério de ferro do mundo e a Vale do Rio Doce é a maior companhia mundial na exportação dessa riqueza essencial. As reservas brasileiras estão no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais e na Serra dos Carajás (Pará). Além da Vale, diversos grupos estrangeiros extraem minério em Minas Gerais. O mais importante desses grupos, o consórcio internacional MBR, liderado pela Hanna, exporta seu minério pelo porto de Sepetiba, após transportá-lo pela Rede Ferroviária Federal pagando tarifas subsidiadas. A entrega das jazidas de minério de ferro de Águas Claras à Hanna é uma história tão escandalosa que chegou a colocar contra o governo do general Castello Branco o então governador Carlos Lacerda que o ajudara a chegar ao poder derrubando o presidente João Goulart.

Manganês — esse minério é fundamental na siderurgia. A maior jazida do Brasil está no Amapá e vem sendo dilapidada há quase 30 anos pela empresa norte-americana Bethlehem Steel. O manganês é todo exportado para os Estados Unidos por preços que não sobem nunca em termos reais. A jazida, entretanto, vai acabar em 20 anos, tanto que o governo só permite a exportação de dois milhões de toneladas anuais. O manganês é a maior riqueza do Amapá, mas o território hoje continua tão pobre quanto era há 30 anos. Uma nova e grande jazida de manganês foi descoberta na Serra dos Carajás.

Ouro — primeiro foram os portugueses que levaram todo o ouro que puderam encontrar na superfície. Agora são os sul-africanos da empresa Anglo-American que estão tomando conta do ouro. Compraram a maior e mais antiga mina do Brasil — Morro Velho — e se associaram à exploração do ouro em Jacobina, Bahia.

Mas ouro dá mesmo é em garimpo. Eles existem às centenas perdidos nas matas amazônicas e servidos de bons (e clandestinos) campos de aviação, por onde o ouro some do Brasil. Oficialmente, a produção de ouro no Brasil é avaliada em mais ou menos 6 mil toneladas por ano. Extra-oficialmente, sabe-se que ela chega a mais de 15 mil toneladas.

O mais famoso garimpo do Brasil é o de Serra Pelada, embora seja o mais novo.

Urânio — as reservas estão nas mãos da Nuclebrás, mas o monopólio estabelecido na década de 60 foi quebrado no governo Geisel, que permitiu a associação da Nuclebrás com grupos estrangeiros para pesquisar e explorar urânio no Brasil. A única associação até agora feita foi com um grupo alemão e o resultado tem sido, até certo ponto, frustrante.

Marcos Dantas

A Alcoa ameaça destruir São Luís

Uma cidade, que integra o patrimônio cultural do país, enfrenta as maquinções e a arrogância da transnacional do alumínio

Reginaldo Telles

A Organização das Nações Unidas é taxativa: por questões de preservação da natureza, a industrialização do alumínio tem que ser limitada, por fábrica, a 250 mil toneladas anuais, não podendo a produção ficar concentrada próxima às cidades ou rios, baías, ilhas e oceanos. Nenhuma dessas recomendações a Alcoa (Alumínio S/A), transnacional norte-americana, está levando em consideração no gigantesco complexo industrial que está instalando na ilha de São Luís do Maranhão, no chamado Meio-Norte do Brasil — uma porta no Nordeste e outra na Amazônia.

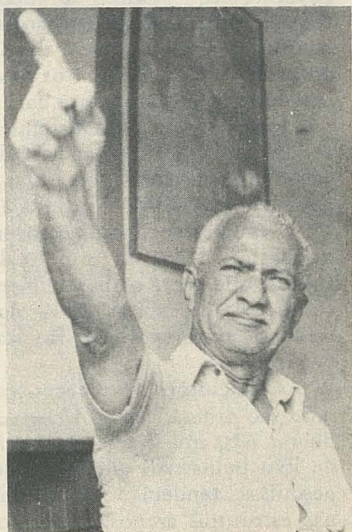
Suas pretensões são descabidas: desrespeitando todos os critérios estabelecidos pelas recomendações da ONU, a transnacional vai produzir, na fase inicial, 600 mil toneladas por ano; posteriormente, ampliará a produção para três milhões de toneladas, isto é, multiplicará por cinco a produção inicial. Como se isso não bastasse (vai desequilibrar todo o ecossistema da cidade) a fábrica ainda está se apossando de 13% da área de São Luís: reivindica para suas instalações 10 mil hectares, dos quais 1.500 serão destinados à construção do chamado lago de lama vermelha, onde ficará o seu lixo industrial. Inicialmente, a fábrica tinha solicitado apenas 3,5 mil hectares, mas resolveu ampliar suas pretensões quando percebeu que o governo estava inclinado a conceder facilidades excessivas ou tudo o que a transnacional pedisse.



Nascimento Morais Filho condena a Alcoa e defende a exploração do alumínio em benefício de São Luís e do povo marginalizado, que vive esquecido

Poluição

Encravada no Golfão Maranhense, em plena região Amazônica, São Luís do Maranhão é uma cidade que tem crescido muito. Na última década, sua população passou de 265 mil para 500 mil habitantes. Seu maior problema é o exército de mão-de-obra desocupada e desqualificada — na maior parte formado por gente habituada apenas ao trato rudimentar da terra — que



terceiro mundo

se oferece basicamente para o plantio do arroz, da mandioca e do coco babaçu, as três principais riquezas do Estado.

A cidade é pobre, muito chuvosa (chega-se a comentar que é cercada de água por todos os lados, inclusive pelos ares), sem agricultura e sem indústria. Mas isso não significa que não atraia muita gente: são milhares de famílias que chegam das zonas rurais do interior do Estado, de onde são enxotadas pelos latifundiários tradicionais e, agora, também pelas empresas pastoris que estão ocupando enormes áreas das melhores terras do Maranhão, com o apoio do governo.

Nenhuma das suas dificuldades impede que o governo dê todo apoio à implantação da indústria de alumínio, cuja tecnologia depende prioritariamente da abundância de energia no estado, oriunda da hidrelétrica de Boa Esperança e reforçada pela hidrelétrica de Tucuruí, na região do Tocantins, no vizinho estado do Pará, em fase de conclusão. Portaria do ministro das Minas e Energia, César Cals, garante à *Alcoa* desconto de 15% das tarifas elétricas.

Nem mesmo o parecer de um grupo especial de trabalho, integrado por técnicos do próprio governo, condenando a *Alcoa* fez com que a administração recuasse no apoio que vem dando ao projeto. Um dos pontos básicos do relatório era o fato da *Alcoa* estar se instalando justamente em cima dos mananciais de água que abastecem São Luís; o único efeito desta constatação foi a súbita atenção que o governo passou a dar ao projeto de Italuís, que prevê o abastecimento de água da capital através das reservas continentais do rio Itapicuru.

As conclusões do parecer técnico são dramáticas: a *Alcoa* vai liberar 410 mil toneladas anuais de lixo industrial, que, segundo pesquisas, tendem a se infiltrar nas estruturas arenosas do solo,

atingindo lençóis de águas subterrâneas. Resultado: poderão ocasionar o desaparecimento de sururus, camarões, tainhas, bagres, ostras e diversas outras formas de vida das bafas de São Marcos e São José. E a poluição não ficará limitada só ao mar. As chaminés da transnacional norte-americana lançarão nos céus de São Luís toneladas de óxido de enxofre, gás que, na presença da água, facilmente reage, dando origem ao ácido sulfúrico. Este poluente atingirá os cursos de água, plantações e cidades vizinhas.

Mobilização popular

Em São Luís, a movimentação contra a *Alcoa* começou em 1980. No dia 3 de junho daquele ano, o deputado oposicionista Haroldo Sabóia denunciou a transnacional na Assembléia. Em agosto foi criado o Comitê de Defesa da Ilha de São Luís, coordenado pelo professor e escritor Nascimento Morais Filho. Imediatamente, o Comitê entrou em ação: a ilha foi inundada com panfletos que denunciavam a transnacional *Alcoa* e alertavam a população para os riscos que trazia a produção de alumínio na cidade.

Do Comitê participam parlamentares, jornalistas, sindicatos, associações de classe, a universidade local, colégios secundários, enfim, o movimento cresceu tanto que hoje não seria exagero dizer que é a própria ilha de São Luís. A campanha de conscientização contra a *Alcoa* teve dois fortes aliados: o "Jornal Pequeno", órgão comprometido com as lutas populares, e a "Rádio Educadora", da Diocese local, que se posiciona sempre em defesa dos oprimidos. De bairro em bairro, através de comícios relâmpagos e distribuição de folhetos, a campanha foi mostrando o que era a *Alcoa* e levando a população a entendê-la do ponto de vista crítico.

Quem fala é o presidente do Comitê, Nascimento Morais:

— O governador do Estado e o representante da *Alcoa*, logo após o início do trabalho do Comitê, foram vaiados quando recebiam honrarias numa festa num dos clubes de São Luís.

Efetivamente, a campanha ganhou a simpatia popular. No dia 12 de outubro, Dia da Criança, centenas de meninos declamaram poesias, cantaram e fizeram desenhos com base em temas relacionados com a ameaça da *Alcoa*. Foi durante a Festa da Natureza, na Praça Gonçalves Dias.

— Antes do Dia da Criança — conta Nascimento Morais — tentamos fazer uma concentração pública, mas a Secretaria de Segurança proibiu. Entramos com um mandado de segurança, que hoje se encontra no Supremo Tribunal Federal.

No programa do Comitê está incluído um simpósio que reunirá em São Luís estudiosos e especialistas em temas ecológicos e econômicos. Todo esse trabalho tem obtido boa repercussão. No exterior, o *New York Times* foi um dos jornais que abriu espaço para publicar as denúncias contra a transnacional.

— A luta contra a *Alcoa* é de toda cidade. É uma luta política em que o melhor é a terra e o maior é o povo — afirma Nascimento Morais.

Ele é um entusiasta do trabalho do Comitê. E não faz segredos:

— Se não estivesse participando da campanha contra a *Alcoa*, morreria de enfarte ou de remorso. Trata-se do segundo momento mais importante da vida do Maranhão. O primeiro foi a sua adesão à Independência; agora, estamos lutando contra a invasão estrangeira.

Para dirigir o Comitê, Nascimento Morais suspendeu o trabalho de pesquisa que vinha fazendo sobre a vida do seu pai, seu homônimo, cujo centenário de nascimento será comemorado

em 19 de março de 1982. Nascimento Morais (pai), notável jornalista, mestre de muitas gerações, era negro e destacou-se em campanhas na imprensa contra a tirania e a opressão de muitos governos, sempre ao lado dos oprimidos e de seus irmãos de cor.

A fome de lucros

Um dos argumentos que a *Alcoa* usa para justificar a instalação da sua fábrica são as vantagens que oferecerá à população local. Nascimento Morais contesta esta tese. E cita dados:

— A *Alcoa* diz que dará 4 mil empregos na fase de construção da fábrica, mas desse total 2.500 serão de operários e técnicos especializados que virão de fora. O maranhense mesmo só terá vagas para trabalho braçal, de servente e de contínuo. Cabe então a pergunta: para que tanto sacrifício? A troco de quê?

Há muitas outras questões: quantos lavradores não estão sendo desalojados dos milhares de hectares que a *Alcoa* ocupará no interior da ilha? Quantos pescadores não ficarão desempregados em virtude da morte dos peixes, caranguejos, sururus e camarões?

Outro argumento da transnacional em favor da fábrica: o volume de recursos que o Estado arrecadará de impostos. No entanto, os técnicos do governo ainda não conseguiram descobrir o alcance de tais vantagens, tão propaladas. Em cinco anos, a *Alcoa* pediu isenção de US\$ 99 milhões, isto é, nada menos do que 90% do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) que teria de pagar. Paralelamente, pediu também isenção do Imposto de Renda por 15 anos. Isto sem falar no contrato especial feito com o governo que garantirá à fábrica energia elétrica por preços mais baratos que os atualmente pagos pelo consumidor brasileiro.

No. 36 — Agosto — 1981

SALVA TEU FILHO COMBATENDO A ALCOA



A ONU — ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONDENA A INSTALAÇÃO DE USINAS DE ALUMÍNIO EM ILHAS, BEIRAS E DESAGUADOUROS DE RIOS, BAÍAS E TERRENOS ARENOSOS. ISTO PORQUE UMA USINA DE ALUMÍNIO DESTROÍ AS PRAIAS, ENVENENA OS PEIXES, OS CARANGUEJOS, OS SURURUS E OS CAMARÕES. MATA AS PLANTAS E MATA O HOMEM.

Comitê de Defesa da Ilha de São Luís

A cidade declarou guerra à transnacional. O cartaz conscientiza o povo

Diante destes números, cabe outra pergunta: por que o governo não negociou a instalação da *Alcoa* na região das minas, distante 900 quilômetros de São Luís? Será que a *Alcoa* não dispõe de dinheiro para construir uma cidade para seus funcionários, com água, luz, escolas, hospitais etc? Por que se instalar na capital? Será que em São Luís se dispõe de toda a infraestrutura que irá economizar despesas à riquíssima empresa norte-americana?

Só parece existir uma resposta: a fome de lucros. Quanto

mais a *Alcoa* conseguir faturar, melhor. Para a *Alcoa* pouco importa que a natureza morra e 70 mil pessoas sejam jogadas ao desemprego. Seu presidente, Alain Belda, foi bem explícito: declarou que vai solicitar do governo todas as vantagens e regalias que puder. Pouco importa se os pobres da ilha, do Munim, do Baixo Itapecuru e do litoral ficarem sem o alimento barato — peixe, caranguejo, camarão, sururu. Para o seu presidente, o importante são os lucros e as férias em Paris, no Hayaí, nas Bermudas. Nada mais. □

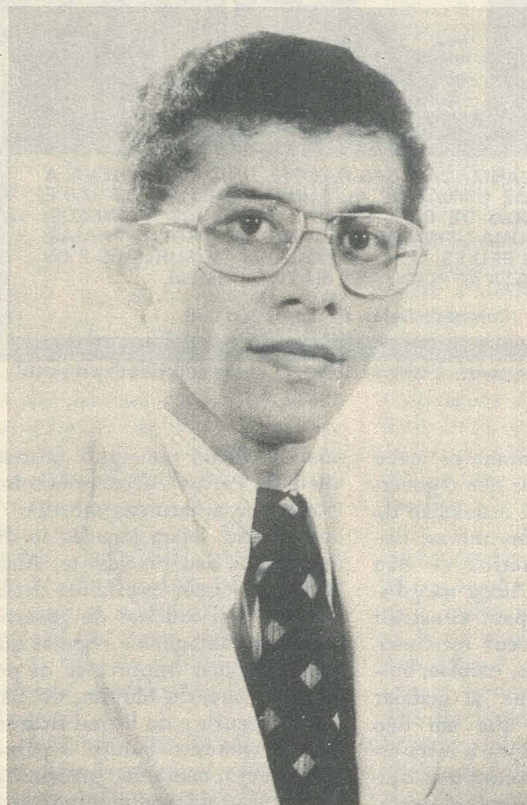
terceiro
mundo

Ação popular, arma contra o arbítrio

A luta dos maranhenses em defesa da sua ecologia vai, agora, aos tribunais

□ Os advogados Josemar Pinheiro e João Batista dos Santos desmitificaram a Alcoa numa ação popular que estão movendo em defesa da ilha de São Luís do Maranhão. Conseguiram mostrar que a transnacional tem gasto milhões com propaganda na imprensa para “fabricar” uma imagem de cordeiro, quando, na verdade, é o lobo mau que destrói as matas e as terras ribeirinhas no local onde está erguendo suas instalações. Nesta entrevista, os dois advogados falam das suas expectativas com relação à posição da justiça na defesa dos interesses populares no país e no Maranhão, em particular.

Por que vocês estão utilizando a justiça na luta contra a transnacional Alcoa?



Josemar: a justiça é para defender o povo

— A luta judicial é também um instrumento de resistência a favor dos interesses da população ameaçada. A justiça possui cidadãos comprometidos com o povo e com a natureza, embora na nossa sociedade muitos dos seus integrantes estejam ligados ao sistema de corrupção, opressão e arbítrio. Estamos otimistas porque os juízes, nesta luta, estão do lado da população. No nosso país, a justiça tem sido o último sustentáculo para corrigir injustiças e vencer a arrogância do autoritarismo. É o que tem acontecido em momentos decisivos, como foi o caso Herzog (O jornalista Wladimir Herzog foi assassinado nas dependências do II Exército, em São Paulo, no governo Geisel. A justiça considerou a União, posteriormente, responsável pela sua morte).

Pode ser utilizada a ação popular?

— A ação popular faz parte desta última etapa. Na Semana da Ecologia, entramos com uma ação popular para demonstrar que estamos dispostos a prosseguir até o fim da luta, com a retirada definitiva da Alcoa da ilha de São Luís. Essa opção, que também é política, possui uma singularidade: só pode ser proposta pelo cidadão que for eleitor. Infelizmente, ela vem sendo pouco utilizada contra os desmandos, os atos lesivos e desrespeitosos à lei, praticados pelos administradores. A população desconhece esse poderoso instrumento de luta na defesa dos seus direitos ameaçados ou completamente aniquilados. Pela ação popular cabe ao povo agir para anular atos que atentem contra o patrimônio econômico, administrativo, artístico, ambiental ou histórico da comunidade.

No plano jurídico, quais foram os resultados da luta contra a Alcoa?

— Agora, os maranhenses descobriram que nossa terra tem uma vocação siderúrgica. Na ação popular, discutimos as consequências da Alcoa, fruto da conspiração do trilateralismo para ocupar as nações periféricas com projetos já condenados nas suas matrizes, rejeitados e punidos por legislações de vários países. Enfocamos o assunto no plano econômico, social e ambiental. Aliás, suas consequências negativas foram comprovadas em relatórios feitos por técnicos responsáveis e idôneos designados pelo próprio governo. A ação popular contra a Alcoa é a porta de entrada para os protestos que daqui por diante serão muitos.

A contra-informação: uma tática entreguista

O Incra questiona o mapeamento do solo e subsolo amazônicos
feito pelo Radam — uma instituição comprometida com a soberania nacional
— com o objetivo de pressioná-lo e desmoralizá-lo

O Incra, através de seu presidente, Paulo Iokota, declarou este ano que mais de 90% de todo o levantamento do Radam (Radar da Amazônia) padecia de equívocos. A notícia causou um grande mal-estar já que arguia como imprecisas as avaliações do solo empreendidas pelo Radam.

Onde o Radam desaconselhava qualquer tipo de agricultura o Incra "provava" ser o solo fértil. O território de Rondônia, segundo o Incra, exibía diferentes exemplos dessa avaliação enganosa.

O diretor do Departamento Nacional de Pesquisas Minerais (DNPM), Antônio Luís Sampaio, ao qual está subordinado o Radam-Brasil, insistiu na honestidade e precisão de todo o mapeamento. A polêmica prosseguiu por alguns dias, mas logo depois os dois órgãos, tudo leva a crer que por intervenção do Planalto, chegavam a um "acordo".

Quem teria razão? Que interesses subterrâneos levaram essas duas instituições oficiais, sempre tão afinadas, a revelarem publicamente, antagonismos tão graves?

O presidente do Incra, Paulo Iokota, é um homem de inteira confiança do ministro do Planejamento, Delfim Neto, ao qual serve desde os idos do governo Médici. O Estado capitalista brasileiro tem firmado diferentes alianças com a empresa transnacional. Desnecessário repetir a confiabilidade depositada pelas

corporações transnacionais junto ao ministro Delfim Neto. Os interesses, portanto, do capital privado industrial, cada vez mais presente na Amazônia, não podem ser contrariados por instituições preocupadas com ecologia, ecossistema etc...

Imaginar erro de 90% nos levantamentos do Radam é duvidar demais do que resta de nossa ciência. O mapeamento não resulta de maquinações cartográficas. Ele é feito com precisão científica, cuja margem de erro é absolutamente mínima.

Mapeamento

Criado em 1970, o Radam já mapeou 4,2 milhões de quilômetros quadrados do nosso território, isto é, quase 50% de toda a superfície do país, na escala de 1 por um milhão.

Utilizando o sistema de abertura de clareiras no meio da selva — 50 por 40 metros —, já foram abertas mais de três mil dessas unidades na Amazônia, onde são instalados os sensores remotos. Fazendo uso de fotografias aéreas, que fornecem uma leitura precisa, só de helicópteros foram visitados e pesquisados 12 mil pontos diferentes da Amazônia.

O Radam dispõe em seus arquivos de um total de 18 volumes, revelando, através da leitura de mosaicos, um quadro preciso e geral de toda a região amazônica. São levantamentos relativos à geologia, vegetação, solos, geo-

morfologia (relevos), biologia, enfim, ao uso potencial da terra.

A história é antiga. Parece desnecessário falar da voracidade da empresa transnacional. Ela sempre quer mais, com um mínimo de custos, e tudo dentro de uma pressa tipicamente capitalista. Não há, é notório, qualquer compromisso com a preservação de nossas riquezas naturais. Ela quer lucros — e rápido.

Bragantina, por exemplo, no Pará, há bem pouco tempo área de terra rica, hoje é uma capoeira imprestável. O que se discute não é a qualidade da terra, e sim, seus índices pluviométricos, que em área de terreno acidentado levam os melhores solos amazônicos, empobrecem as zonas mais férteis.

Betty J. Meggers, em seu livro "Amazônia — ilusão de um paraíso" adverte que a "formação geológica da bacia amazônica é muito velha, diferente de outras regiões tropicais, como as da África e do Sudoeste da Ásia. A região é constituída pelas terras mais antigas que permanecem fora dos mares e rios, em cima da terra".

Enquanto no Sul adquire-se um terreno que servirá para os filhos e netos, dado sua capacidade produtiva, na Amazônia a posse de uma terra não vai além de três ou quatro colheitas. Quem percorre, por exemplo, a autopista Belém-Brasília, constata isso: o agricultor vai penetrando floresta adentro, na medida em

que o solo evidencia sua esterilidade na terceira ou quarta colheita.

A oportunidade

Pela primeira vez, na história da Humanidade, o homem poderia, numa grande região, empreender uma ocupação de forma racional. A Amazônia é hoje a maior floresta de mata contínua

existente no mundo, com o maior volume de água doce da terra. Foram gastas somas bilionárias na consecução do seu mapeamento, trabalho agora ameaçado pela desmoralização.

Através dos 4,2 milhões de quilômetros quadrados de nosso território mapeado pelo Radam, o Brasil poderia empreender a ocupação da Amazônia de forma racional. De tal maneira que num

futuro próximo todo esse patrimônio — cuja destruição é irreparável — não seja apenas um retrato na parede.

No caso específico do Radam, o seu compromisso é com a soberania nacional. Pelo menos, até que se prove o contrário. Se não fosse, bastariam para comprová-lo polêmicas do gênero da que aconteceu com o Incra e as pressões de desmoralização. E.M.

WILLY



ÚLTIMA PÁGINA

HUMOR



TAA

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
★
ANGOLA AIRLINES

ANGOLA

A woman wearing a colorful headwrap and a white shawl is harvesting coffee beans from a tree in a lush plantation. She is holding a large woven basket. The background is filled with green coffee leaves and clusters of ripe, brown coffee cherries.

Café de Angola
um
gosto
a
liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 — Luanda • Telefone 73671/2/3 • Teleg. "IN CAFE" • R.P.A.